



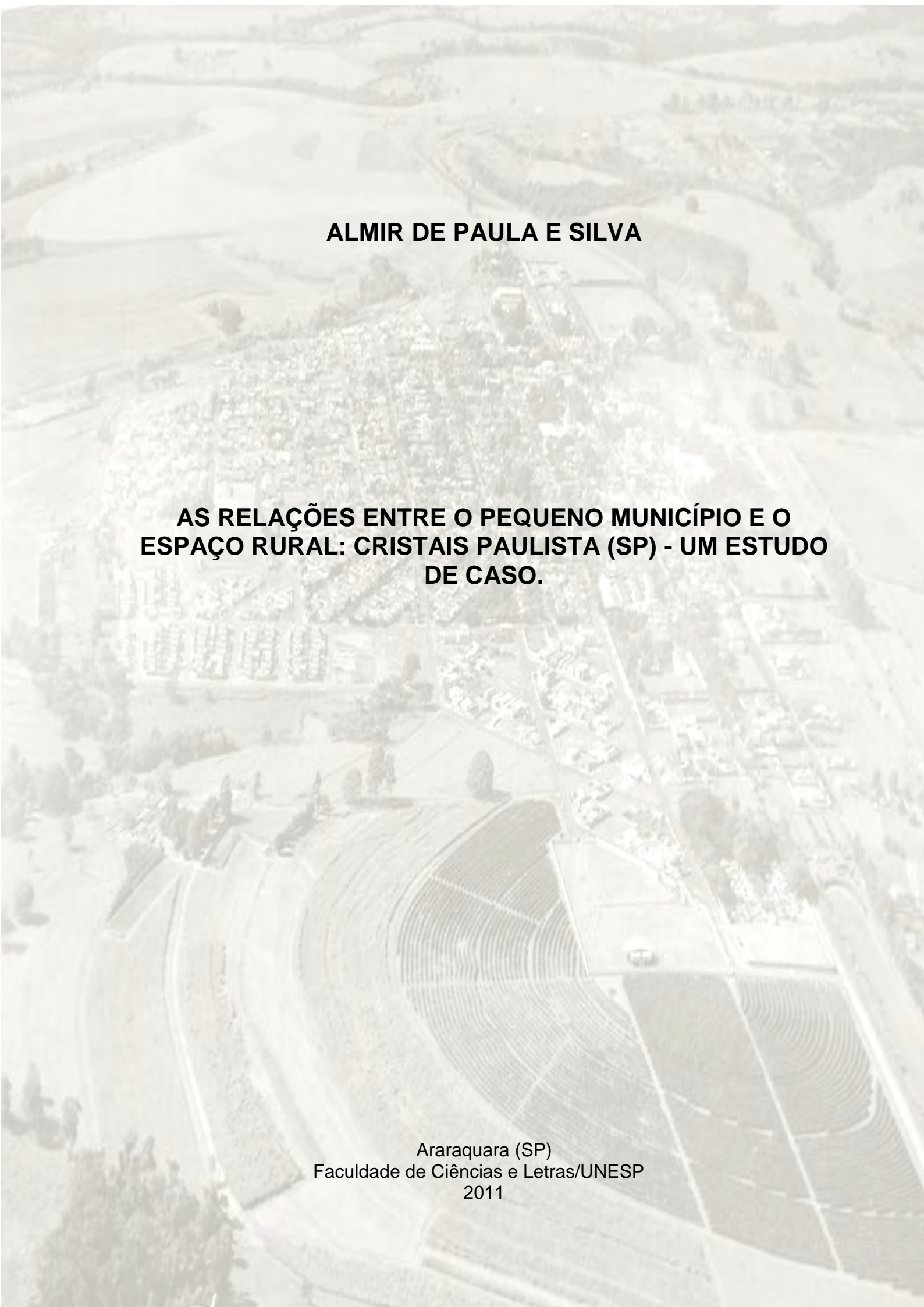
**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUISTA
FILHO”**

**Faculdade de Ciências e Letras
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

ALMIR DE PAULA E SILVA

**AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O ESPAÇO
RURAL: CRISTAIS PAULISTA (SP) - UM ESTUDO DE CASO**

Araraquara (SP)
2011

An aerial photograph of a rural landscape. In the center, a town with numerous buildings is visible. Surrounding the town are large agricultural fields, some of which are planted in rows, likely a vineyard or orchard. The terrain is hilly, and there are some trees scattered throughout the landscape.

ALMIR DE PAULA E SILVA

**AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O
ESPAÇO RURAL: CRISTAIS PAULISTA (SP) - UM ESTUDO
DE CASO.**

Araraquara (SP)
Faculdade de Ciências e Letras/UNESP
2011

ALMIR DE PAULA E SILVA

**AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O
ESPAÇO RURAL: CRISTAIS PAULISTA (SP) - UM ESTUDO
DE CASO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Araraquara (SP)
Faculdade de Ciências e Letras/UNESP
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

ALMIR DE PAULA E SILVA

AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O ESPAÇO RURAL: CRISTAIS PAULISTA (SP) - UM ESTUDO DE CASO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a): _____
Profª. Drª. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira
Departamento de Geografia – IGCE-UNESP-Rio Claro (SP)

1º Examinador: _____
Profª. Drª. Renata Medeiros Paoliello
Departamento de Antropologia, Política e Filosofia -FCL-UNESP-
Araraquara (SP)

2º Examinador: _____
Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi
Departamento de Educação Ciências Sociais e Política Internacional
FCHS-UNESP-Franca (SP)

1º Suplente: _____
Profª. Drª. Leila de Menezes Stein
Departamento de Sociologia – FCL-UNESP- Araraquara (SP)

2º Suplente: _____
Profª. Dª. Helena Carvalho de Lorenzo
Programa de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento –
UNIARA – Araraquara (SP)

Araraquara (SP), _____ de _____ de 2011.

Dedico este trabalho

*Aos meus pais,
Adílio de Paula e Silva e
Adélia dos Santos de Paula e Silva
e
À minha esposa Fernanda e minha filha Júlia.*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a professora Darlene, pela confiança, pela oportunidade oferecida, pelo apoio, paciência, incentivo e pela forma de conduzir o trabalho, desde o primeiro contato, passando pela disciplina ministrada em 2008, congressos, que me possibilitaram uma aproximação maior com o tema que sempre desejei estudar. Muito obrigado professora Darlene.

Ao professor Pedro Tosi, que desde as aulas na graduação na Unesp de Franca, com quem aprendi muito, até a participação na banca de qualificação e as importantes sugestões, que como ele próprio disse servem não só para esta pesquisa, mas também para a vida. Obrigado pela atenção e pela contribuição, não só neste trabalho, mas por parcela de minha formação.

Aos professores que de alguma forma contribuíram para a minha formação nesses dois anos ou que me proporcionaram conhecer autores da sociologia que até então, devido a minha formação em história, não conhecia. Aos professores, Lucila Scavone, Milton Lahuerta, Leila Stein, Ângelo Del Vecchio, Augusto Caccia Bava, o contato foi breve, mas as contribuições não.

Ao professor e colega de trabalho Luís Lopes e todos os colegas da Casa da Ciência Galileu Galilei, de Ribeirão Preto, local onde trabalhei um ano durante a pesquisa e que de certa forma me auxiliou no trabalho. Em especial ao Cleberson que se dispôs a me ensinar um pouco de Excel na criação das planilhas dinâmicas.

À professora Rosemeire Garcia

Ao amigo Edmar, pela colaboração na elaboração e tratamento das figuras utilizadas neste trabalho. Obrigado pelo tempo dedicado, pela prontidão, atenção dada quando sempre precisei.

À Tânia Registro, do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, que indiretamente contribuiu para o trabalho, no fornecimento de material digitalizado.

Ao colega Fabrício, de Santa Maria, que tanto colaborou em minha estadia na universidade em 2009.

Em Cristais Paulista agradeço a todos os moradores que se prontificaram a realizar as entrevistas, responder os questionário e contar um pouco sobre a cidade.

Ao Danilo, também pesquisador, natural de Cristais Paulista, pela conversa sobre a pesquisa, dicas de quem, além de pesquisador, é também morador da cidade e produziu um riquíssimo material sobre a memória do município.

À Casa da Cultura pela visita proporcionada e também por fornecer material sobre o município.

Ao prefeito Hélio Kondo, pela participação nas entrevistas e por se dispor a responder perguntas sobre a administração da cidade.

Ao Luciano, da engenharia, pela atenção e também pelo acesso propiciado a mapa da cidade de Crista Paulista.

Em especial, agradeço duas pessoas, que mais contribuíram e me auxiliaram, no dia a dia da pesquisa. Ao Douglas, da Casa da Agricultura, pelas informações oficiais valiosas sobre o rural do município, e pelas várias conversas que tivemos.

Ao amigo Márcio Dib, um filho de caixeiro viajante e profundo conhecedor do município. Obrigado pela atenção, pelo abrigo, pelas informações, pelo apoio, incentivo na pesquisa, pelas conversas fundamentais sobre alguns aspectos do município.

À minha esposa Fernanda, pelo apoio que sempre me deu em relação ao trabalho, a atenção, paciência, o companheirismo, a ajuda quando eu mais precisei, enfim, a pessoa que mais esteve presente no decorrer desta pesquisa. Obrigado por tudo e desculpe pelo tempo que fiquei distante.

À Júlia, que mesmo sem entender muito bem o que se passou nestes dois anos, sempre foi muito compreensiva. Peço desculpas também pela atenção não dispensada em momentos que tanto precisou da presença do pai.

À Fernanda e Júlia, perdão pelos dias e noites, sem minha presença.

Agradeço à Deus por ter proporcionado este trabalho.

“Quanto *mais pequeno* o lugar examinado, tanto o maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do *mais pequeno*”.

Milton Santos

SILVA, Almir de Paula. **As relações entre o pequeno município e o espaço rural: Cristais Paulista (SP) – um estudo de caso**. 2011. 150 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

RESUMO

Este estudo tem como tema central o pequeno município e as relações estabelecidas com o meio rural. O objetivo do trabalho é analisar a realidade de Cristais Paulista, localizado no nordeste do Estado de São Paulo, fazendo parte da microrregião geográfica de Franca e como ocorre a relação campo-cidade em seu interior.

Para compreender como se dá a relação, fez-se um breve resgate de estudos clássicos sobre a relação campo-cidade, inclusive o debate atual brasileiro sobre a temática. Procurou-se elementos de definição de cidade, pequeno município e pequena cidade, segundo alguns estudiosos do tema, onde não há um consenso sobre os seus significados, principalmente em se tratando do pequeno município, um tema pouco estudado no meio acadêmico. Buscou-se também mostrar as interpretações oficiais dos Censos, ressaltando, a taxa de urbanização e seus possíveis equívocos na definição do espaço rural e urbano no Brasil. Alguns autores têm proposto novas abordagens de análise e estudo dos problemas do espaço brasileiro, diante das deficiências na definição normativa, que vem do decreto nº. 311 de 1938. José Eli da Veiga enfatiza o uso do enfoque territorial como nova abordagem de análise. A metodologia de classificação territorial de Veiga foi utilizada no estudo aplicada no Estado de São Paulo, permitindo outra visualização do espaço rural e urbano, quando restringimos a análise a níveis menores como mesorregiões e microrregiões.

No presente trabalho podemos observar a presença de ruralidades e também urbanidades distintas no pequeno município estudado e também particularidades advindas das relações sociais entre os moradores do campo e da cidade, sempre marcadas pela personalidade. No estudo do pequeno município adotou-se como metodologia a análise de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, quando propõe cinco dimensões para se analisar os municípios pernambucanos. A aplicação da metodologia em Cristais Paulista, permitiu compreender a formação espacial, as funções, as dinâmicas e os significados socioeconômicos desses pequenos centros.

PALAVRAS-CHAVE: Pequeno Município. Rural. Urbano. Cristais Paulista (SP).

SILVA, Almir de Paula. **As relações entre o pequeno município e o espaço rural: Cristais Paulista (SP) – um estudo de caso**. 2011. 150 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

ABSTRACT

This study has as central theme the small district and the relationships established in the rural environment. The objective of the study is to analyze the reality from Cristais Paulista, located in the northeast of the State of São Paulo, being part of the geographical micro region from Franca and as it happens the relationship countryside-city in its upstate.

Understanding as its relationship works, it was made a small rescue of classic studies on the relationship countryside-city, including the recent debate Brazilian about the theme. Looked for elements of city definition, small district and town, some specialists about the theme, do not agree about this ideas and their meanings, mainly because is about a small municipal district, an idea understudied in the academic circle. It was also looked for to show the official interpretations of the Census, standing out the urbanization rate and their possible mistakes in the definition of the rural and urban area in Brazil. Some authors have been proposing new approaches, analysis and study of these problems of the Brazilian area, in front the deficiencies about the normative definition, from the ordinance nº. 311 of 1938. José Eli da Veiga emphasizes the use of the territorial focus as new analysis approach. The methodology of territorial classification of Veiga was used in the study applied in the State of São Paulo, allowing another visualization of the rural and urban area, when we limited the analysis to smaller levels as macro regions and micro regions.

In the present study we can observe the rural habits and also different urban customs in the small municipal district studied and also some particularities resulted of the social relationships among the residents of the countryside and of the city, always marked by the personality character. In the study of the small municipal district it was adopted as methodology the analysis Maria de Nazareth Baudel Wanderley, when she proposes five dimensions to analyze the municipal districts from Pernambuco. The application of the methodology in Cristais Paulista, allowed to understand the space building, the functions, the dynamics and the socio economical meanings of those small areas.

KEYWORDS: Small Municipal district. Rural. Urban. Cristais Paulista (SP).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - UM OLHAR SOBRE OS PEQUENOS MUNICÍPIOS: uma caracterização do rural e do urbano	23
1.1 - Conceituando os pequenos municípios, a cidade e a pequena cidade	23
1.2 - Estudos sobre o mundo rural: aspectos multidisciplinares das relações campo-cidade	40
1.2.1 - A relação campo-cidade segundo o pensamento sociológico	41
1.2.1.1 - A evolução do rural como tema de pesquisa dentro da sociologia	43
1.2.1.1.1 - A “sociologia rural” norte-americana	43
1.2.1.1.2 - A “sociologia rural” europeia	49
1.2.2 - As correntes de pensamento sobre o rural e o urbano no Brasil	50
1.2.3 - O debate sobre as “novas ruralidades”: conceituando a ruralidade	52
CAPÍTULO 2 – UMA ANÁLISE DAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES PAULISTAS	63
2.1 – Os pequenos municípios paulistas: em busca do rural e do urbano	63
2.1.1 - A mesorregião de Ribeirão Preto	71
2.1.2 - A microrregião de Franca: uma região de pequenos municípios	76
2.1.2.1 - A chegada do café numa região de pequenas propriedades: a manutenção da dinâmica social e econômica	87
2.1.2.2 - Cristais Paulista: localização geográfica e formação histórica	94
CAPÍTULO 3 - A ANÁLISE DE UM PEQUENO MUNICÍPIO: Cristais Paulista (SP).....	103
3.1 - As dimensões de análise de Maria Nazareth Baudel Wanderley	104
3.1.1 - O exercício das funções propriamente urbanas	106
3.1.2 - A intensidade do processo de urbanização	111
3.1.3 - A presença do mundo rural	119
3.1.3.1 - Caracterização da paisagem rural	122
3.1.3.1.1 - As atividades agrícolas e não-agrícolas do município	124

3.1.4 - O modo de vida dominante	130
3.1.5 - A dinâmica da sociabilidade local	150
CONCLUSÃO	153
REFERÊNCIAS	157
BIBLIOGRAFIA	170
ANEXOS	178

INTRODUÇÃO

A escolha do tema de pesquisa teve como um fator motivador a vivência particular numa região de pequenos municípios, a microrregião de Ituverava, Estado de São Paulo, próxima à microrregião de Franca. O pequeno município, apesar de cada local ter suas particularidades, cria um espaço de identidade sociocultural do pesquisador. Como natural do pequeno município de Guará (SP), após ter vivenciado o seu cotidiano, buscar compreender esse local (o pequeno município) numa perspectiva científica e tentar explicá-lo, é ir além do morador participante do processo. Por não pesquisar o município do qual sou natural e sim outro pequeno município, que se justificará no decorrer do trabalho, ajudou no sentido de separar o espaço em estudo de juízos e relações afetivas que poderiam ocorrer no caso de pesquisar o município em que nasci. Mesmo assim, ver-se como estudioso em um local onde as relações socioculturais são tão familiares, é um grande desafio para o pesquisador.

Todas as discussões e reflexões constituem uma proposta de pesquisa que se inicia a partir de estudos de um tema pouco tratado ainda dentro da universidade, que é o dos pequenos municípios. E sofre ainda mais “preconceito” e resistência quando ele é visto da ótica dos estudos rurais ou do meio rural.

O problema encontrado no estudo é a conceituação do que é uma cidade e como classificá-la como pequena. Isso envolve vários aspectos e não somente o demográfico, pois o patamar de população em torno de 20 mil habitantes, que define em muitos estados o que é uma cidade pequena, pode não servir de parâmetro para outro estado.

Na análise dos pequenos municípios, podemos destacar aspectos resultantes de particularidades do local, evidenciando laços mais próximos de sociabilidade.

Atualmente a rede urbana do Estado de São Paulo possui 645 municípios, formando uma das redes mais densas do país, chegando a atingir a taxa de urbanização de 93,4%, superando a do país, que é de 81,2%.

Encontram-se contradições no método atual utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para definir ou diferenciar os espaços urbanos e rurais, sendo que as áreas urbanas seriam todas as sedes municipais,

independentemente do número de habitantes e de suas características.

Isso se deve ao Decreto-Lei 311, de 1938, que delegou primeiramente aos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatísticas, o atual IBGE, a atribuição de definir os critérios mínimos para a elaboração do perímetro urbano. Elaboração essa, que, hoje, fica a cargo das câmaras municipais.

A metodologia utilizada pelo IBGE está sendo questionada por alguns autores, como Ricardo Abramovay (2000), José Eli da Veiga (2001), e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2001a), principalmente no que se refere aos pequenos municípios que vivenciam um inconsistente processo de urbanização, podendo ser chamados de *municípios rurais*.¹

O Estado de São Paulo se destaca com regiões localizadas em seu interior, que geralmente são áreas agrícolas com relevante papel de abastecedoras tanto do mercado interno quanto externo, sobressaindo as culturas de cana-de-açúcar, café e laranja.

Como todo o país, essas regiões sofreram o processo de modernização agrícola, industrialização e conseqüentemente uma urbanização acelerada, reforçando o papel das cidades no processo produtivo e na distribuição de bens e serviços e também no consumo. O presente trabalho pretende ser uma colaboração no sentido de pensar o papel dos pequenos municípios paulistas nesse processo.

Para alcançar os objetivos, utilizamos primeiramente, estudos bibliográficos sobre a temática rural-urbano e um levantamento teórico sobre os pequenos municípios. O presente trabalho procura analisar as relações campo-cidade que ocorrem no município de Cristais Paulista na microrregião de Franca, Estado de São Paulo. Além de buscar esse estudo teórico sobre o tema, realizamos também uma análise populacional do município, caracterizando-o sobre o aspecto sócio-econômico, pretendendo compreender melhor a relação intrínseca entre rural e urbano neste município.

O elemento que norteará a pesquisa será justamente a utilização de outros critérios de análise para a interpretação dessa realidade. Contrário à tese do fim do rural e utilizando as novas perspectivas que tratam das “novas ruralidades”²,

¹ Seriam os municípios com até 20 mil habitantes com densidade populacional inferior a 80 hab/km² e não fazendo parte de nenhuma aglomeração metropolitana ou não-metropolitana.

² Conforme Schneider (2009), a partir da década de 1990 apareceram os estudos destacando a “nova ruralidade”. Geralmente analisam os efeitos da globalização, como as transformações nas formas

buscaremos caracterizar a ruralidade do município de Cristais Paulista.

As análises sobre o rural se baseiam em duas linhas teóricas distintas: a que proclama um rural decadente fadado ao desaparecimento, também chamada urbanização do rural, que há na sociedade brasileira uma representatividade mínima de população rural, orientada talvez pelos dados dos censos demográficos citados. Como representantes dessa linha teórica, temos: José Graziano da Silva, Octávio Ianni, Milton Santos e outros.

A outra vertente, baseada nas chamadas “novas ruralidades”, coloca-se como um desafio para as ciências sociais, que pensando o rural a partir de análises de países europeus que apresentam novas características e tendências no campo, surgindo um novo rural não-agrícola, uma revitalização demográfica no meio rural, um rural também agrícola, residência de famílias pluriativas³. O rural brasileiro passa a ser pensado também a partir dessa análise do renascimento do rural.

Essa visão defende que, mesmo ocorrendo a interação, e apesar das semelhanças entre o rural e o urbano, as particularidades de cada um não desaparecem, não são destruídas, não representando assim o fim do rural, conforme Queiroz (1978).

Como representantes dessa vertente, que mostra o rural por meio da ideia de “novas ruralidades”, apesar de apresentarem visões distintas, destacam-se os trabalhos de Maria José Carneiro (1998), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000), Ricardo Abramovay (2000), Paulo Roberto Alentejano (2000), Roberto José Moreira (2002; 2003), Sérgio Schneider (2004), José Eli da Veiga (2006) e João Rua (2006 e 2009), entre outros.

Na presente pesquisa, a análise dos pequenos municípios e sua relação com o meio rural se dará mediante a metodologia proposta por Veiga (2001) e Wanderley (2001a), que será aplicada nos pequenos municípios paulistas.

Em dois artigos publicados no ano de 2001, os autores acima citados, chamam atenção para os estudos sobre os pequenos municípios. Veiga (2001) faz uma crítica ao método oficial do IBGE, trazendo uma nova abordagem para pensar o

de trabalho e como isso repercute na mobilidade da força de trabalho. Analisa também as mudanças do papel das políticas públicas para a agricultura e o espaço rural. Houve uma retomada dos temas rurais, dentro da sociologia e nas demais disciplinas das ciências sociais neste período.

³ A pluriatividade é entendida como a combinação da atividade agrícola com atividades não-agrícolas por uma mesma unidade familiar.

rural brasileiro. Wanderley (2001a) elabora um estudo para analisar os pequenos municípios pernambucanos.

Os objetivos do presente trabalho concentram-se em analisar a relação campo-cidade nos pequenos municípios paulistas, especificamente o município de Cristais Paulista na microrregião de Franca, utilizando as dimensões de análise de Wanderley (2001a); as funções desses centros ditos “urbanos” e sua relação com o meio rural; a importância da agricultura para esses pequenos municípios diante das teorias sobre a dissociação do rural e do agrícola; a urbanização pouca expressiva da microrregião de Franca, comparada aos níveis regionais e estaduais devido a presença de uma ruralidade⁴. A partir do Censo Demográfico 2000⁵, procura-se apresentar dados demográficos de Cristais Paulista, para auxiliar no entendimento das relações sociais existentes ali.

Pretende-se demonstrar que a aplicação dos critérios propostos por Wanderley (2001a) e Veiga (2001) na classificação dos pequenos municípios, seguindo uma linha teórica alternativa ao método oficial, poderia-se demonstrar que o município de Cristais Paulista, escolhido para estudo de caso se apresenta como um município rural, portador de uma maior ruralização?⁶ Dentro da segunda mesorregião mais urbanizada do estado, o município apresenta alta taxa de urbanização, pelos índices oficiais, sendo que Cristais Paulista é um município com características rurais.

Os objetivos da pesquisa nasceram das indagações sobre as interpretações que os dados do Censo Demográfico em 2000 possibilitaram para aqueles que, utilizando a taxa de urbanização do país, discursavam sobre o “fim do rural”. Ao se referir ao Estado de São Paulo, o percentual se eleva ainda mais, revelando

⁴ Segundo Schneider (2009), “A discussão sobre a ruralidade que os cientistas sociais empreenderam nos últimos anos constituiu-se, essencialmente, em um esforço para superar as tradicionais concepções dicotômicas que definiam o rural em oposição ao urbano, atribuindo-lhes características como a baixa mobilidade, reduzida estratificação social, forte autonomia, dependência da agricultura, entre outras, conforme preconizado pela definição clássica de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930) e Solari (1979).

⁵ Utilizamos aqui os dados do Censo Demográfico 2000, pois na elaboração da dissertação, não houve tempo para a atualização dos dados para o Censo 2010, que foram divulgados no final de 2010.

⁶ Conforme Wanderley (2004), “Pode-se falar, de certa forma, de um processo de ‘ruralização’, especialmente das pequenas cidades, compreendendo-se este processo como a reiteração, nestes pequenos espaços urbanos, das principais características do espaço rural – população reduzida e pouco densa, restrita divisão social do trabalho – e das formas de vida social baseadas no interconhecimento”.

questionamentos sobre esses índices discrepantes com a realidade da maioria dos municípios paulistas.

Destacamos algumas questões que orientam o trabalho. A ruralidade desses municípios e de Cristais Paulistas estaria de acordo com os indicadores do Estado de São Paulo? Restringindo a análise para as mesorregiões, há uma homogeneidade entre elas e a urbanização dos municípios paulistas estaria de acordo com as do estado? E qual a importância da agricultura na ruralidade de Cristais Paulista, mesmo que contraste com estatísticas que mostram um crescimento do rural não-agrícola? Até que ponto a fixação do homem ao campo se deu pela diversidade da produção agrícola e não pela cafeicultura e pecuária, diferentemente de outras regiões do estado em que predomina a monocultura de outros produtos.

Como justificativa de escolher os dados censitários, considera-se a importância que o censo demográfico adquire quando se apresenta como sendo a única pesquisa domiciliar que produz resultados para o universo da população, válidos tanto para as unidades da federação, municípios, distritos, etc.

Usaremos as denominações mesorregião e microrregião segundo o que diz a Constituição Federal⁷. As divisões regionais instituídas pelo IBGE (1990) são definidas como:

- *Mesorregião Geográfica*: área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões:

- Processos Sociais e Condicionantes do Quadro Natural: história social, povoamento, estudos geográficos, mapas e documentação específica;
- Rede de Comunicação e Lugares: área de influência dos centros metropolitanos e regionais: mapas rodoviários Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) e de comunicação.

- *Microrregião Geográfica*: parte da mesorregião que apresenta especificidades quanto à organização do espaço. São identificadas pelas seguintes dimensões:

- Estrutura de Produção Primária: uso da terra, orientação da agricultura,

⁷ Cap. III (DOS ESTADOS FEDERADOS): Art. 25. § 3º. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

estrutura dimensional dos estabelecimentos, relações de produção. Nível tecnológico e emprego de capital, grau de diversificação da produção agropecuária;

- Estrutura de Produção Industrial: valor da transformação industrial e pessoal ocupado.
- Interação Espacial: área de influência dos centros sub-regionais e centro de zonas.

A divisão e a utilização de mesos e microrregiões geográficas são relevantes, pois podem ser uma referência geográfica para dar suporte a ações políticas e servir como bases territoriais para elaboração de planos, projetos e programas de desenvolvimento regional.

Além disso, as dimensões mencionadas contribuem para que esses territórios possuam de certa forma uma identidade regional.

É importante lembrar que existem outros recortes espaciais ou territoriais com finalidades distintas como: o recorte feito pelos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs), pelo Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), a divisão em Pólos de Desenvolvimento Regional, feita pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA). Mas, mesmo utilizando dados dessas instituições, a classificação escolhida como base para a pesquisa será a divisão territorial do IBGE.

Opta-se inicialmente por um recorte espacial mais amplo, a mesorregião de Ribeirão Preto para a análise proposta, por se tratar de um espaço que apresenta considerável presença de pequenos municípios e marcante presença do agronegócio, constituindo um pólo regional, urbanizado, mas atuando, sobretudo como produtor, fornecedor e consumidor de bens e serviços ligados à agropecuária.

Quando se trabalha os dados referentes à mesorregiões do estado, já é possível identificar a presença de um rural não visível nas estatísticas estaduais.

Posteriormente restringe-se o objeto de estudo a um espaço menor dentro da mesorregião de Ribeirão Preto, a microrregião de Franca que, dentre as sete microrregiões, foi a que ofereceu maior número de elementos para a análise que se objetiva, como por exemplo: dos seus dez municípios, 90% apresentam população inferior a 20 mil habitantes, e no conjunto desses pequenos municípios, 78% possuem população menor que 10 mil habitantes; os 22% restantes não ultrapassam 15 mil habitantes. Somente o município de Franca ficaria de fora da análise, por apresentar população próxima dos 300 mil habitantes; e quando se

analisa a média percentual do contingente de população rural residente na microrregião, esta não condiz com a realidade dos pequenos municípios, que apresenta expressiva ruralização. Os dados oficiais mostram uma falsa urbanização quando na verdade há diferentes realidades entre os pequenos, médios e grandes municípios. É o chamado “mito das médias” (THOMPSON, 1987, p. 39). O elemento aqui oferecido para a análise referente à microrregião é uma concentração maior de população rural em seus municípios se comparada às demais microrregiões da mesorregião de Ribeirão Preto.

Outro aspecto surgiu da análise do percentual de área urbanizada da mesorregião de Ribeirão Preto, onde, dos 18 municípios que apresentaram os menores índices (0,37%), seis pertencem à microrregião de Franca, ressaltando que esses municípios são os que apresentam a menor população total dentro da microrregião, fazendo com que ela se coloque no maior patamar (60%) de municípios com menores índices nas taxas de áreas urbanizadas.

Historicamente também essa microrregião apresenta características peculiares dentro da grande mesorregião de Ribeirão Preto, sempre havendo o predomínio da pequena propriedade, característica essa que auxilia nas análises de como houve uma superação da restrição de crédito num contexto de queda da economia cafeeira em outras regiões, na década de 1930.

Por fim, para um maior detalhamento dos objetivos em relação à ruralidade desses municípios, foi escolhida uma unidade menor de análise para realizar o estudo de caso, o município de Cristais Paulista, onde os elementos que auxiliam no estudo dos pequenos municípios não são distintos dos apresentados referentes à microrregião: uma participação expressiva da população rural se comparada à população total do município e em relação aos demais municípios dentro da microrregião, chegando a uma taxa percentual de 40,8%. Cristais Paulista ocupa o segundo lugar entre os municípios com menores taxas de urbanização dentro da mesorregião de Ribeirão Preto, ficando atrás somente de Cássia dos Coqueiros, na microrregião de Batatais, segundo o Censo Demográfico 2000. Apresenta a menor taxa de área urbanizada, juntamente com outros municípios da microrregião, apresentando-se também com a menor densidade demográfica da microrregião e a maior proximidade com o município de Franca, já que no passado foi distrito do município.

Em todas as etapas da pesquisa, foi feito o levantamento bibliográfico

referente ao tema trabalhado contemplando a literatura clássica (livros), produções acadêmicas (teses, dissertações e monografias) e artigos em periódicos. Recorre-se à produção existente de uma historiografia regional, que fornece subsídios para o estudo da formação da área em estudo, na tentativa de construir uma base teórico-metodológica para fundamentar o trabalho desenvolvido. Boa parte do levantamento foi realizado on-line em sites da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Projeto Rurbano; Universidade Federal do Paraná (UFPR); do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU) e também da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre outras. Além da biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara, foram feitas consultas também no acervo da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da UNESP, campus de Franca, e no acervo de Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, campus de Santa Maria/RS. Foi efetuada também pesquisa nos jornais Folha de S. Paulo (tanto o jornal impresso, quanto o on-line), O Estado de São Paulo e o Comércio da Franca, e a Gazeta de Cristais, possibilitando acompanhar as notícias publicadas sobre o meio rural e urbano, população e outros dados referentes aos pequenos municípios da região de Ribeirão Preto e Franca, desde 1999, contribuindo para a compreensão da dinâmica da região.

Foi feito também o levantamento em diversos órgãos e instituições que constituem parte da base de dados utilizada na elaboração da dissertação:

- *Dados secundários coletados:*

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – a pesquisa dos Censos Demográficos (1970-2000). Foi realizada basicamente no sistema on-line;
- Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) – consultamos os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (Projeto LUPA), 2007/2008;
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

- *Dados primários coletados:*

- Prefeitura Municipal de Cristais Paulista;
- Secretarias da Agricultura e Meio Ambiente; Economia, Finanças Planejamento; Engenharia de Cristais Paulista.

- Arquivo Histórico de Cristais Paulista (AH de CP);
- Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP).

Para identificarmos a influência que o modo de vida exerce sobre o processo de produção desse espaço, realizamos observações diretas, juntamente com registros iconográficos, além de entrevistas junto à prefeitura municipal, aos moradores, comerciantes e industriais de Cristais Paulista.

O estudo se apresenta estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo trata de discussões teóricas sobre o tema dos pequenos municípios, cidades e pequenas cidades e da relação campo-cidade a partir de autores e obras da sociologia clássica e da sociologia rural até o panorama brasileiro e o debate sobre as novas ruralidades. Busca-se traçar um caminho teórico desde o surgimento da sociologia rural americana, passando pelos estudos de comunidade, incluindo diversas áreas do conhecimento na colaboração para propostas de estudos e pesquisas sobre o rural no Brasil. No estudo sobre os pequenos municípios e pequenas cidades, procura-se também uma discussão acerca do que é e como se define cidade, para então buscar um conceito para pensar os pequenos municípios e a pequena cidade. Alguns autores, como Maria de Nazareth Baudel Wanderley e José Eli da Veiga, são utilizados como base teórica para definir rural e urbano e os pequenos municípios atualmente no Brasil, em contraposição ao método utilizado pelo IBGE para definir o rural e o urbano.

No segundo capítulo, procura-se apresentar alguns aspectos sobre os municípios paulistas, no estudo e análise das mesorregiões e microrregiões, seguindo a metodologia proposta por José Eli da Veiga, que se define basicamente pelos seguintes indicadores: tamanho e densidade populacional. Na análise, identifica-se desde as mesorregiões até os municípios, caracterizando-os como “rural”, “urbano” ou “rurbano”, denominado assim por Veiga (2001) para definir os municípios que se encontram numa situação intermediária entre o rural e o urbano.

Neste capítulo também iniciamos o estudo da microrregião de Franca, onde se localiza o município de Cristais Paulista, que será estudo de caso desta pesquisa. A região é apresentada considerando sua formação histórica, suas heranças econômicas, sociais e culturais, o que irá nos auxiliar no estudo do pequeno município. A constituição dos municípios, o processo de fragmentação territorial e as particularidades socioeconômicas, são descritas e analisadas tendo em vista as transformações ocorridas com a chegada da ferrovia, do café, dos imigrantes

européus. Com isso, compreende-se que a região, como os demais espaços, não se explicam por si mesmos, pois se inserem em processos globais, que de certa forma influenciam sua formação socioeconômica.

O terceiro capítulo busca um estudo mais detalhado do pequeno município, procurando ajustá-lo a metodologia sugerida por Wanderley (2001), na definição de pequeno município, e na mesma tendência de José Eli da Veiga, que propõe uma alternativa para se pensar o rural e o urbano no Brasil. Para isso, ela indica cinco dimensões de análise para pensarmos o pequeno município, e defini-lo como município rural, majoritariamente urbano ou que se encontra em situação intermediária. Para isso, este capítulo da pesquisa foi desenvolvido a partir de estudos teóricos e também de pesquisas empíricas.

Em relação aos estudos teóricos, procurou-se recuperar os autores presentes nas discussões dos capítulos anteriores. Quanto à outra metodologia mencionada, esta foi realizada por meio de pesquisas de campo na área em estudo, utilizando-se como instrumentos: entrevistas estruturadas, levantamento de dados no local e registro iconográfico. Buscou-se criar, então, um conhecimento sistematizado sobre o local de pesquisa. Todo esse material foi utilizado para a construção do capítulo.

As entrevistas estruturadas foram elaboradas, tendo como referência roteiros diferentes (Anexos 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Com o roteiro de perguntas para os moradores, entrevistaram-se 100 pessoas residentes em Cristais Paulista. O número de pessoas entrevistadas foi definido, tendo como amostra significativa o número de um por cento do total de residentes urbanos, de acordo com o censo demográfico 2000. Percebe-se, então, que as entrevistas ficaram acima do percentual de um por cento proposto. Por meio do roteiro nº. 1 (Anexo 4) foram realizadas 47 entrevistas em estabelecimentos comerciais, cujo objetivo era notar os aspectos gerais dos estabelecimentos comerciais da cidade e como se dão as relações comerciais nesse local.

Entrevistou-se também, através do roteiro 3 (Anexo 5) o representante da administração, no caso, o prefeito da cidade. Além dessas entrevistas, foi feito um levantamento com o objetivo de descobrir o tipo e a quantidade de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, nessa pequena cidade. Nessa fase da pesquisa de campo, percorreu-se as ruas da cidade, fazendo anotações e registros fotográficos. Esse levantamento foi necessário, devido à inexistência de dados das empresas, tanto por parte da prefeitura, quanto de outro órgão, já que a cidade não

possui uma associação comercial e industrial. Esse trabalho foi realizado rua por rua para obter essas informações. A apresentação dos dados sobre as atividades urbanas compreende o levantamento total de estabelecimentos existentes na cidade.

Após a coleta de dados, esses foram estruturados dentro do capítulo seguindo as dimensões propostas por Wanderley, para que se pudesse analisá-los e apresentar os resultados obtidos. Com isso, pode-se apreender como se organiza a cidade, suas qualidades, seus aspectos positivos, seus problemas. A maneira como as pessoas se relacionam e quais elementos estão presentes em seu cotidiano. Para isso, utilizou-se um roteiro de observação para que fosse possível anotar o que percebemos e obter informações em relação ao cotidiano da população. (Anexo 9).

CAPÍTULO 1: UM OLHAR SOBRE OS PEQUENOS MUNICÍPIOS: uma caracterização do rural e do urbano

1.1. Conceituando os pequenos municípios, a cidade e a pequena cidade

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu, podemos dizer, de fatores pessoais e acadêmicos. Primeiramente da naturalidade e de uma vivência particular no município de Guará, numa região de pequenos municípios. O motivo pelo qual foi escolhido outro município de outra microrregião, a de Franca, Estado de São Paulo, como estudo de caso, já foi descrito anteriormente. Outro fator foi uma preocupação em traçarmos um perfil sócio-econômico desses pequenos municípios, devido ao fraco desempenho econômico apresentado e à falta de perspectivas, como emprego, educação, lazer, nessas cidades. O interesse científico surgiu da escassa bibliografia sobre o tema e da necessidade de uma investigação da situação em que se encontravam essas pequenas cidades, e como a Sociologia, a História e a Geografia, entre outras áreas tratavam o tema.

O nosso país é formado em sua maioria por pequenos municípios. Num total de 5.507 municípios, contamos com 73% de localidades possuindo até 20 mil habitantes, conforme mostra a tabela 1, que abrigam cerca de 20% do total da população brasileira, algo em torno de 34 milhões de habitantes, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2003. É nesses municípios que as condições de saneamento básico, educação e renda apresentam os piores índices, chegando a 35,5% a taxa de domicílios que se encontram em condições precárias segundo os itens acima. Esse percentual cai para 4% nos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Tabela 1: Número de municípios no Brasil, por tamanho populacional - 2000

Tamanho da população	Nº de cidades
Até 2.000	105
2.001 - 5.000	1.225
5.001 - 10.000	1.312
10.001 - 20.000	1.382
20.001 - 50.000	958
50.001 - 100.000	301
100.001 - 500.000	193
Mais de 500.000	31

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
Org.: SILVA, 2009.

Esses municípios com faixa populacional de até 20 mil habitantes, englobam mais de quatro milhões de Km², representando 52% do território brasileiro, PNUD (2003).

A existência dessa grande quantidade de pequenos municípios atualmente é conseqüência de estratégias e decisões políticas em períodos recentes de nossa história, a partir da década de 1940, culminando na década de 1960, com a criação de 1.186 municípios. O outro período de crescimento desses municípios vai de 1967 a 2002, com destaque também para a década de 1990, quando mais de 1.000 municípios foram criados, conforme o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), e os Censos Demográficos. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, o total de pequenos municípios com menos de 20 mil habitantes teve um crescimento significativo na década de 1990, correspondendo a 96% do total de municípios criados. Segundo Andrade (1998a, p. 219):

(...) A nível municipal, se observa uma verdadeira plethora de divisão de municípios com a elevação de distritos a municípios, em grande parte estimulada pelas vantagens auferidas com a participação no fundo de participação e justificada com a alegação de que a administração municipal beneficia distritos-sedes em detrimento dos demais. Assim, as vilas, sedes de distritos, ficariam prejudicadas frente às cidades, sedes de municípios. Mais uma vez se torna necessário a análise do problema com base tanto na realidade geo-social como na consulta aos interesses das populações a serem atingidas pelas medidas públicas.

Outros questionamentos surgem quando notamos um total “esquecimento” ao se tratar de estudos sobre os pequenos municípios e percebemos que, em pleno

século XXI, vivencia-se uma modernidade que não chega por completo nesses pequenos centros, mas ao mesmo tempo também esses municípios não podem ser sinônimos de atraso, gerando-se aí uma contradição. Temos em todos esses lugares uma cultura, uma memória a preservar, problemas e uma formação histórica peculiar. Cada uma dessas localidades forma um todo heterogêneo que pode apresentar uma homogeneização quando vista dentro de uma determinada região.

Pelos dados oficiais, esses pequenos municípios apresentam um desenvolvimento bem abaixo das médias e grandes cidades. Qual seria a causa desse fraco desenvolvimento apontado pelo IBGE?

A problemática se torna ainda mais evidente quando analisada por meio da relação campo-cidade e percebe-se o vínculo que esses municípios, através de sua população, possuem com o meio rural e a economia agrícola.

Não há como abordar os pequenos municípios sem nos referir à influência que o rural exerce sobre sua economia, política, cultura e em toda sua realidade social. Em contrapartida, para os órgãos oficiais, esses municípios são tidos como urbanos, com uma população majoritariamente urbana. Mas que urbanização? Quais os critérios utilizados na definição do rural e do urbano?

Partindo dessas questões surgem inquietações e a necessidade de uma pesquisa que revele um pouco mais sobre esses espaços, seu desenvolvimento, seus problemas, sua importância, integração regional e alternativas na classificação dos mesmos.

Para compreendermos melhor o pequeno município, é preciso também definir primeiramente o que é considerado cidade, pois as pequenas cidades seriam uma subdivisão dessas. Não existe um consenso sobre o que seria uma cidade. Há, portanto, um leque diverso de definições que hoje se torna importante diante das transformações sociais, econômicas, de que de certa forma se refletem na estrutura das cidades.

Diante das diversas características apresentadas pelo espaço urbano, as cidades podem ser vistas e estudadas sob diferentes aspectos. Cada aspecto nos traz visões também diferentes. Portanto a dificuldade da definição do termo. Mesmo não sendo o objetivo dessa pesquisa uma discussão mais profunda sobre o significado de cidades, achamos por bem, um breve comentário sobre as elas, pois ao tratarmos das pequenas cidades e a dificuldade de definição do objeto, precisa-se de algumas contribuições dos estudos urbanos.

Destaca-se aqui uma importante contribuição para a compreensão da cidade no trabalho de Sposito (1988). Ela analisa os centros urbanos no desenrolar da história, no contexto do sistema capitalista. Segundo Sposito (1988), se a cidade tem como característica um caráter de concentração, de densidade, viabilizando de forma mais rápida o ciclo do capital, ela se torna então o espaço onde teremos as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo, comandando assim a divisão social do trabalho.

Corrêa (1997) define a cidade como sendo uma forma de organização do espaço pelo homem.

Max Weber destaca o caráter econômico da cidade. A população busca no mercado os produtos de que necessita. Esses produtos vêm da própria localidade e outra parte de centros vizinhos.

Toda cidade, no sentido que aqui damos a essa palavra, é um “local de mercado”, quer dizer, conta como centro econômico do estabelecimento com um mercado local e no qual em virtude de uma especialização permanente da produção econômica, também a população não-urbana se abastece de produtos industriais ou de artigos de comércio ou de ambos e, como é natural, os habitantes da cidade trocam os produtos especiais de suas economias respectivas e satisfazem desse modo suas necessidades. (WEBER, 1999, p. 409)

Ao discutir a questão da fundação de uma cidade, Weber (1999) mostra que isso poderia ocorrer de duas maneiras: uma por meio da indústria em regime de especialização e a outra pelo intercâmbio regular de mercadorias.

Outra contribuição significativa vem de Lefébvre (2004) a respeito do espaço urbano. Segundo ele, esse espaço está sempre em construção, portanto, constitui-se numa obra inacabada.

Abramovay (2000) afirma que “(...) as cidades definem-se com relação a suas funções e sua capacidade variável de imprimir dinamismo à vida econômica de uma região”. Destaque-se aqui a importância que o contexto regional assume.

Trazendo para o debate uma visão sociológica, Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), investigando as diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano, esclareceram o significado de cidade como:

“(...) uma comunidade na qual coexistem os tipos humanos os mais opostos e contrastantes”. Onde “(...) existe uma maior divisão social do trabalho, numa maior diferenciação e estratificação social e maiores contrastes nos padrões

de vida e no ambiente que rodeia os seus vários membros. Enfim, numa complexidade maior” (SOROKIN, ZIMMERMAN e GALPIN, 1981, p.204).

Uma interessante passagem no texto dos autores acima diz respeito a mais uma característica das cidades que nos ajuda a pensar as pequenas cidades. Eles utilizam os termos “correria desvairada” e “mobilidade frenética”, para dizer que “(...) tudo e todos estão em contínuo movimento nas cidades”. Partindo dessa visão, pode-se afirmar que as pequenas cidades não poderiam ser consideradas urbanas, já que toda essa movimentação a que se referem os autores não é detectada nos pequenos centros.

Após essa diversidade de características apontadas por diversos pesquisadores, apresenta-se a cidade como ela é definida oficialmente no Brasil.

Seguindo os critérios do IBGE, a distinção de domicílios é feita baseada em função da situação rural ou urbana, sendo que as áreas urbanas seriam todas as sedes municipais, independente do número de habitantes e de suas características, e seriam urbanas todas as pessoas que residissem nos distritos-sedes dos municípios, não se levando em conta o tamanho da cidade. Assim, um agricultor que trabalha no campo, mas reside na cidade, é classificado como urbano.

Isso se deve ao Decreto-Lei 311/38⁸, que delegou inicialmente aos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatísticas, atualmente o IBGE, a atribuição de definir os critérios mínimos para a elaboração do perímetro urbano. Num período em que as Câmaras Municipais não funcionavam, havia a figura legal do Perímetro Urbano, por meio de atos baixados pelos prefeitos. Mas após 1946, com a autonomia dada aos Estados, ocorreu a adoção de vários critérios e várias interpretações a respeito do que deveria ser o perímetro urbano. A Lei do Perímetro Urbano continua valendo ainda hoje e é ela quem define a área urbana do município, mas, de responsabilidade exclusiva das câmaras municipais.

Mudanças importantes somente ocorreram a partir de 1991, quando o IBGE definiu os conceitos de rural e urbano que vão ser difundidos em todo o país e que serão utilizados em suas pesquisas censitárias. A área rural é definida pela extensão considerada fora dos limites da área urbana. As áreas urbanas são aquelas “áreas

⁸ Criado no governo de Getúlio Vargas, esse decreto de 2 de março de 1938, em seu Artigo 3º, diz que “A sede de município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”.

urbanizadas ou não, correspondentes às *idades* (sedes municipais), às *vilas* (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas”; em outras palavras, refere-se à “área interna do perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal.” O rural, portanto, é definido por exclusão, porque os critérios demarcam o que é urbano, ou seja, a “área externa ao perímetro urbano”.

Em 2001, entrou em vigor o chamado Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01), que pretende regulamentar o desenvolvimento das cidades brasileiras.⁹

Entre seus mecanismos, apresenta a elaboração de um Plano Diretor, para municípios com população acima de 20 mil habitantes, constituindo uma contradição com a antiga legislação (ainda em vigor). Segundo Olanda (2005, p. 3): “(...) se se entende o Plano Diretor como um instrumento legal e regulador importante e que se constitui como parâmetro para definir o que é uma cidade, os municípios com população inferior a 20 mil habitantes não são cidades (...)”.

Essa metodologia está sendo questionada por alguns autores, como José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, principalmente no tocante aos pequenos municípios que vivenciam um processo precário de urbanização.

Veiga apresenta a definição de cidade como fruto do Estado Novo, do “Decreto-Lei 311, que transformou em cidades todas as sedes de municípios existentes, independentes de suas características estruturais e funcionais”. Com isso, pequenos vilarejos e povoados tornaram-se cidades.

Para as futuras cidades seria exigida a existência de pelo menos 200 casas, e para as futuras vilas (sedes de distrito), um mínimo de 30 moradias. Mas todas as localidades que aquela data eram cabeça de município, passaram a ser consideradas urbanas, mesmo que sua dimensão fosse muito inferior ao requisito mínimo fixado para as novas. (VEIGA, 2001, p. 3).

Em sua obra “Cidades Imaginárias”, Veiga (2002) também faz um alerta para se repensar o critério oficial para classificar o rural e o urbano no Brasil.

Segundo Veiga há uma ilusão no índice de que 81,2% da população do Brasil seria urbana, segundo resultados do Censo Demográfico 2000. “Esta taxa é resultado da divisão entre a população considerada urbana (idades e vilas) e a

⁹ O Estatuto da Cidade, em termos populacionais, denomina *vila* os assentamentos com menos de 2 mil habitantes; *povoado*, de 2 a 20 mil habitantes e *centros urbanos ou cidades*, aglomerações acima de 20 mil habitantes, sendo que o Plano Diretor é requerido somente para os centros com mais de 20 mil habitantes.

soma da população total (urbana somada ao 'restante' considerada rural), e serve de base para o planejamento político-administrativo. Assim, a cada novo recenseamento realizado no país, enfatiza-se o crescimento das cidades e o contínuo 'desaparecimento' do rural" (CINTRA, 2007). Seria essa uma realidade válida para os municípios paulistas, especificamente para os pequenos municípios?

A identificação das relações entre urbano e rural ocorridas durante o processo de desenvolvimento urbano-industrial não descaracterizou o rural, mas simplesmente obrigou-o a uma reestruturação frente à nova realidade. No caso dos pequenos municípios, é preciso um estudo mais detalhado e abrangente, sendo que geralmente são as atividades rurais que direcionam a sua dinâmica.

Nesse contexto, surgem vários trabalhos de interpretação da nova ruralidade no Brasil. Desses estudos, dois artigos se destacam e servirão como fundamentação teórica para o desenvolvimento da pesquisa. O artigo de José Eli da Veiga intitulado "*Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento-ecológico-econômico*", de 2001, e o artigo de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, "*Urbanidade e ruralidade: relação entre a pequena cidade e o mundo rural – estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*", também de 2001.

Os dois trabalhos são significativos e trazem novidades para se pensar a ruralidade brasileira. Veiga faz uma crítica e questiona o fim do rural, quando traz outra abordagem para pensar o rural no Brasil – a territorial.

Para o autor, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de pequenos municípios, com menos de 20 mil habitantes. Se se levar em conta somente o tamanho populacional, haverá problemas, pois existem municípios desse porte que possuem alta densidade demográfica, pertencentes a regiões metropolitanas. Seriam considerados urbanos pelos seus indicadores. É preciso, então, segundo Veiga, aliar o critério de tamanho populacional do município com mais dois critérios: a densidade demográfica e sua localização, para evitar uma ilusão na análise da configuração territorial.

A tipologia analítica de Veiga consiste então numa definição obtida a partir do tamanho populacional e densidade demográfica, segundo alguns critérios desenvolvidos pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), que corresponde à densidade de 150 (hab/km²) para regiões urbanas, mas, em se tratando de território brasileiro, o autor propõe o corte de 80 (hab/km²), o que faz parte de sua teoria fundamentada no Censo Demográfico de 2000 e na pesquisa

sobre Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, (UNICAMP, 2000).

O autor adota corte de tamanho e densidade populacional para definir o rural no Brasil. De acordo com ele, são rurais os municípios que apresentarem uma população total menor que 50 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 80 (hab/km²) e urbanos aqueles que apresentarem população total entre 50 e 100 mil habitantes e densidade maior que 80 (hab/km²).

Ao buscar um embasamento teórico sobre as pequenas cidades, encontram-se também várias definições, de diversos estudiosos. Vários também são os termos utilizados para nomeá-las, como: “cidades locais”, “pequenos núcleos urbanos”, “centros locais”, “cidades pequenas”, “pequenos centros” “pequenas localidades”. Enfim, são diversas nomenclaturas e interpretações que incidem sobre o que chamaremos nesse trabalho de pequenas cidades. O que se busca ver é se esses povoamentos podem ser chamados de cidades. São vários os obstáculos enfrentados quando se escolhe esse objeto, pois até hoje, há uma produção acadêmica direcionada a pesquisas e estudos referentes às metrópoles, grandes e médias cidades, e pouquíssimos trabalhos sobre pequenas cidades, não existindo assim uma bibliografia suficientemente extensa a respeito. O tema necessita de estudos tanto empíricos quanto, principalmente, teóricos. Assim, é difícil conceituar o que é uma cidade pequena e classificá-la. Isso envolve aspectos funcionais ou sócio-econômicos, e não somente o demográfico, pois o patamar de população em torno de 20 mil habitantes¹⁰, que define em muitos estados uma cidade pequena, pode não servir de parâmetro para outro estado. Em alguns, por exemplo, uma cidade de até 50 mil habitantes pode ser considerada pequena. O IBGE identifica os centros urbanos a partir de um recorte populacional. Considera pequenas cidades aquelas com população até 100 mil habitantes (IBGE, 2000).

Entender a atual relação campo-cidade, como o pequeno município se relaciona com o rural, ou se, na verdade, ela é o próprio espaço que pode ser considerado rural, reforça a importância do estudo e interpretação desses municípios, suas funções e significados. Também releva a compreensão das particularidades históricas de cada uma no contexto regional.

¹⁰ 20 mil habitantes serviu de parâmetro para organizações internacionais para a classificação de uma cidade como pequena. Também foi uma proposta de Henri Mendras, sociólogo francês. (ABRAMOVAY, 2000).

Apesar da quantidade expressiva de pequenos municípios existentes hoje no Brasil, a produção científica sobre o tema é ainda insuficiente.

As teorizações sobre o urbano geralmente se limitam às metrópoles e às grandes cidades. É necessário desenvolver estudos que abranjam e direcionem pesquisas sobre essas pequenas localidades.

A escolha da pesquisa dessas localidades encontra pelo menos dois problemas de natureza metodológica: falta de trabalhos analíticos do urbano sobre esses núcleos de população reduzida, e a inexistência de teorias que orientem e forneçam elementos para uma melhor interpretação do fenômeno.

A presente pesquisa busca contribuir para a análise da situação de um pequeno município a partir de objetos teóricos que serão explicitados mais à frente, ressaltando que não há uma definição que seja um consenso, nem sobre cidade, nem tampouco sobre as pequenas cidades e pequenos municípios.

Apesar da dificuldade de definição, pode-se caracterizá-las como centros resultantes de um processo histórico específico, dependentes de um centro maior, em relação com o meio rural, e marcada pela proximidade entre as pessoas, e por uma temporalidade lenta.

Nessa etapa do trabalho buscamos alguns autores que trabalham ou trabalharam o tema, desenvolvendo uma reflexão na tentativa de obter um alicerce teórico para o desenvolvimento da pesquisa.

Duas questões importantes sobre as pequenas cidades surgem quando iniciamos seu estudo. Uma se refere à delimitação do termo pequena cidade, isto é, como definir essa localidade. A outra questão diz respeito aos elementos urbanos presentes nessas cidades, levando em consideração a definição oficial que o país adota da cidade como sede de município. Abramovay (2000, p. 5), sobre a delimitação e classificação dessas cidades, traz uma grande variedade de recortes em nível mundial. "(...) os limites estabelecidos internacionalmente são arbitrários: correspondem muito mais a tradições histórico-institucionais que a situações geográficas refletidas".

Ao se referir as pequenas cidades, Santos (2008b) aponta que os organismos internacionais delimitaram um marco de 20 mil habitantes para classificar essas cidades, apesar de o autor dizer que somente a partir de determinado estágio de desenvolvimento é que a cidade se define.

E, apesar de ter ganho espaço recentemente, a temática aparece na segunda metade do século XX, na década de 1970, justamente com o geógrafo Milton Santos. O autor tenta construir uma definição da pequena cidade, que nesse momento ele chama de “cidade local”. Ela seria uma “(...) aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”, Santos (2008a). Essa definição de Santos inspirou boa parte dos trabalhos que vieram depois.

Ainda de acordo com Santos (2008c, p. 13), “quanto *mais pequeno* o lugar examinado, tanto o maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do *mais pequeno*”.

Outro geógrafo, Corrêa (1991), um grande estudioso da rede urbana, também deu sua contribuição sobre as pequenas cidades. Ele chama atenção para a situação dessas cidades na década de 1990. As transformações ocorridas no final do século XX e início do XXI afetaram as pequenas cidades. O autor define esses espaços tendo como base o patamar entre 10 e 15 mil habitantes. Segundo Corrêa (1991, p. 14) “(...) passaram a constituir locais de concentração da força de trabalho rural. Muitas delas, especialmente as menores, transformaram-se em habitat rural concentrado, possuindo algumas poucas funções urbanas”.

Em outro artigo, “Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades” Corrêa (1999), o autor faz uma análise do impacto da globalização nessas cidades brasileiras. Ele denomina essas pequenas cidades também de “pequenos centros”, ou “pequenos núcleos”, considerando aquelas que se enquadram no patamar de população inferior a 50 mil habitantes. Ocorre a partir desse momento de reorganização da economia capitalista uma refuncionalização desses centros, segundo duas possibilidades: a perda de “(...) centralidade acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção do campo”, Corrêa (1999, p.50); e a “(...) transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, (...) que conferem uma especialização produtiva ao núcleo pré-existente, inserindo-o diretamente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho” Corrêa (1999, p. 50).

De acordo com Corrêa (2009), em artigo mais recente, a cidade pequena é vista como um núcleo de povoamento, no qual parte dos habitantes está ligada a atividades de transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços.

“A parte da população engajada em atividades agrárias é maior ou menor e isto pode levar a se pensar em um “continuum” rural-urbano, sem um rígido limite entre núcleos urbanos e núcleos rurais, nestes casos podendo-se falar em habitat rural concentrado”. (Corrêa, 2009, p. 3).

Segundo o autor, essa pequena cidade, que dificilmente ultrapassa 20 ou 30 mil habitantes, seria mais bem definida em termos do seu grau de centralidade do que em termos de tamanho populacional. Um de seus aspectos é ser um centro local, um centro que impõe certa centralidade em relação ao território do município, ocupado por habitantes dispersos, que se dedicam às atividades agrárias.

Outra autora que estuda as pequenas cidades é Ângela Maria Endlich. Em sua pesquisa, a autora mostra a situação das pequenas cidades da região Noroeste do Paraná. Em sua análise, ela propõe viabilizar as cidades pequenas contrapondo-as a concentração urbana, com isso promovendo uma melhor condição social para as pessoas.

Endlich (2009) analisa os papéis econômicos e políticos de pequenas cidades no noroeste do Paraná. A autora busca no processo histórico as bases para o entendimento de sua situação atual. Ela adiciona a sua pesquisa uma extensa coleta de dados sobre essas pequenas cidades, mostrando que estas se constituem com as relações econômicas entre o homem e o seu meio, sempre levando em consideração suas especificidades, sua história, a partir desses elementos, pode-se projetar algumas conclusões sobre os papéis desses pequenos centros na atualidade, sempre aliando a exatidão dos dados com as relações sociais ali estabelecidas.

Beatriz Ribeiro Soares, também, em alguns artigos, discute as pequenas cidades situadas no cerrado mineiro, e considera pequenas cidades aquelas com população entre 20 e 50 mil habitantes, com influência somente local. Em seus estudos, a autora considera os aspectos demográficos, condições econômicas e infra-estrutura, como energia elétrica, transporte, comunicações. Segundo Soares (2002, p. 16), “(...) uma reflexão sobre a temática é urgente e necessária, visto que existem dificuldades em delimitar o seu tamanho demográfico, em compreender a sua inserção na rede urbana”. Neste mesmo texto, a autora questiona sobre a situação das pequenas cidades:

Que políticas públicas seriam destinadas a estas pequenas aglomerações urbanas que também apresentam problemas de degradação ambiental, favelamento, retenção especulativa dos terrenos que somam 4.172

municípios brasileiros? Como os geógrafos preocupados com a dinâmica das cidades vão refletir sobre o isolamento e a precariedade social das pequenas cidades? Que instrumentos teríamos para compreender as novas fronteiras entre o urbano e o rural no Brasil? Soares (2002, p. 18).

De acordo com Melo (2005),

Há, pois, ocorrência de pequenas cidades inseridas em áreas economicamente dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna, que conseguem atender as demandas básicas da sua população e as da produção agrícola, algumas apresentando considerável crescimento demográfico e outras não. Por outro lado, coexistem pequenas cidades que funcionam apenas como reservatório de mão de obra; outras são marcadas pelo esvaziamento gerado por processos migratórios, sobretudo de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos. As rendas nessas últimas localidades são, geralmente, procedentes de transferências, sobretudo do Estado. Além dessas, há também entre outras, pequenas cidades turísticas, industriais e algumas que têm as festividades religiosas como elemento que as inserem em um contexto mais amplo. Melo (2005, p. 34).

Segundo Silva (2000, p. 17),

“As pequenas cidades foram esquecidas como integrantes da totalidade da sociedade moderna, sempre vistas em oposição às grandes cidades, ou como uma repetição atrasada destas. Se as grandes cidades eram complexas, símbolo de modernidade, atraentes e representavam o futuro, as pequenas cidades eram simples, símbolo do atraso, abandonadas e fadadas a ficarem no passado; mesmo assim, estas apresentam relações sociais a partir de códigos particulares e constituem territórios¹¹ específicos, cuja lógica só pode ser entendida no desenrolar de sua vida cotidiana, mergulhando-se no universo cultural que lhes dá sentido”.

E de acordo com Bacelar (2003),

“(…) estas pequenas cidades merecem um estudo mais aprofundado de suas realidades neste mundo da globalização e das megacidades. Existem ainda vários pontos a serem analisados sobre as pequenas cidades do Brasil: a situação do desemprego, a migração e involução populacional, a perda de arrecadação, a situação do poder público frente às necessidades da população residentes, os problemas ambientais, a inserção destas pequenas cidades no mundo da globalização produtiva, a relação destas com seu entorno rural, (...) sem estas análises, as realidades das pequenas cidades ficarão escondidas pelo mito do lugar sem problemas.” Bacelar (2003, p. 205).

¹¹ Apesar de utilizarmos o termo território em vários momentos do trabalho, a presente pesquisa não visa uma discussão teórica a respeito do tema. Faremos uso do termo segundo alguns autores como José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, ao tratar do rural e do urbano. Para Milton Santos: “Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica”. (SANTOS, 1998, p. 15).

Na busca por trabalhos referentes à temática, uma importante contribuição, dentro de uma perspectiva cultural, é da geógrafa Joseli Maria Silva, que aborda a forma como a cultura – uma construção social que cria instrumentos de controle, causando a reprodução das relações sociais – se molda em territorialidades nas pequenas cidades. O texto de Silva (2000) nos mostra como se expressam as relações sociais nas pequenas cidades ao demonstrar como a personalidade ainda permanece como um importante traço presente nas práticas cotidianas.

A vida cotidiana dessas localidades geralmente é regida por permanências temporais, como por exemplo: festas religiosas, as safras agrícolas, deixando a imagem de algo estagnado, onde nada parece evoluir, quando comparado com centros maiores onde as mudanças ocorrem rapidamente.

Por isso, talvez, o abandono dessas pequenas cidades como objetos de pesquisa se dê justamente por essa aparência de atraso. Os grandes centros representariam o progresso, a modernidade, a prosperidade (o urbano propriamente dito), enquanto a pequena cidade traz um significado de passado, retrocesso, miséria, vazio populacional (o rural). Mas encontramos nesses lugares relações sociais específicas, territórios particulares onde se pode entender também a partir de sua vida cotidiana e cultural.

São relações sociais marcadas pela personalidade entre os seus moradores, que têm na residência, na família, na relação de vizinhança, elementos importantes para entender seu funcionamento.

Tudo isso nos remete a um comportamento marcante nas pequenas cidades e que aqui surge de experiências pessoais. Apesar de apresentar estruturas materiais bem simples, é interessante observar a percepção que o habitante desses centros possui da cidade dependendo do lugar onde ele se encontra dentro do espaço. Algo corriqueiro para quem morava nos bairros, quando se dirigia ao centro da cidade era usar a expressão “subir” ou “ir na cidade”. O termo subir representa, na verdade, que essas pessoas viam a cidade como o lugar onde se desenvolviam relações sociais diferentes daquelas que ocorriam nos bairros, habitados por uma população com características rurais.

A sociabilidade nessas pequenas cidades é feita em espaços definidos como a praça central, estabelecimentos comerciais, bares, uma avenida central. É nesses lugares que as coisas acontecem, são espaços de socialização entre seus moradores. Outra referência bastante utilizada pelos habitantes para denominar

bairros e locais que apresentam determinados traços ou tradições, seria, rurais, ou mais afastados da área central, serem denominados como o “povo da roça”. Essa denominação “povo” é utilizada frequentemente para se referir a alguma família ou grupo da cidade, remetendo-se sempre ao nome da pessoa geralmente mais velha, o “povo do fulano”, ou o “povo de tal bairro”, o “povo da igreja”, etc.

As relações de pessoalidade se mantêm até hoje nas pequenas cidades, mesmo com a chegada da modernização. Ainda é freqüente encontrar nesses lugares resistências às práticas monetárias modernas. O “comprar fiado” é um costume que se baseia justamente na confiança, e funciona, pois o comprador, se não pagar, terá seu nome “negativado” na cidade, denegrindo sua própria moral como homem. Nesse aspecto ressalta-se que essas características, existentes e próprias desses pequenos centros, são oriundas do meio rural.

Outro trabalho, Abramovay (2000), apesar de não ter como tema central a temática das pequenas cidades, “Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo”, trata das “pequenas localidades”. Segundo o autor, várias localidades no Brasil estão inseridas no meio rural “(...) em proporções que variam segundo as diferentes definições, abrindo caminho para que se enxergue a existência daquilo que, entre nós, é considerado uma contradição nos termos: *cidades rurais*”, Abramovay (2000, p. 2).

Dialogando com José Eli da Veiga, o autor também não concorda com os critérios adotados para delimitar o rural e o urbano no Brasil. Ele adota a densidade populacional, com o corte de 150 (hab/km²), sendo o mesmo critério adotado pela OCDE. O autor demonstra a importância das pequenas cidades como pólos dinamizadores de regiões rurais.

Anael Pinheiro Cintra (2007), adotando a mesma linha teórica de Veiga e Abramovay, apresenta, em seu trabalho sobre os pequenos municípios paranaenses, uma análise das características da ruralidade partindo de categorias como tamanho populacional, densidade, local de moradia e ocupações destes municípios, com o objetivo de compreender as relações sociais, denominados por ele de espaços de vida.

Os pequenos municípios por ele estudados são chamados de municípios rurais, com características sociológicas de espaços rurais distintos, que podemos definir como “um modo particular de utilização do espaço e da vida social, espaços ainda entendidos como ‘morada da vida e ‘terra de trabalho’”. Cintra (2007, p. 82).

Uma importante contribuição para o trabalho também vem de Helza Junghans Lanz, que fala de traços culturais camponeses ainda presentes no cotidiano urbano, integrando tradição e modernidade e, ao mesmo tempo, complementando-se.

“Ao contrário das formulações dicotomizadas, não vislumbramos uma descontinuidade entre o campo e a cidade, como também não concordamos com a ideia de continuidade. A nosso ver, há um entrelaçamento de traços, posturas, sobrepõem, se alternam, se complexificam”. Junghans Lanz (1997, 24).

E por fim, destacamos o estudo já citado anteriormente de Wanderley (2001a), que analisa as relações entre a pequena cidade e o mundo rural, tendo como referência os pequenos municípios pernambucanos.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2004) afirma que a dimensão populacional ainda é o critério mais utilizado para diferenciar o espaço rural do urbano. Para a autora, do ponto de vista sociológico, duas características no meio rural são relevantes: a relação dos habitantes do campo com a natureza e as relações de interconhecimento, resultantes da vivência das coletividades rurais, Wanderley (2004). Neste local “resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc”. Wanderley (2000, p. 88).

Ela propõe, após dialogar com vários outros autores, uma categoria de análise para os pequenos municípios. Segundo a autora, “para compreender mais profundamente esta realidade, é necessário considerar, em cada caso, (...) *a trama social*¹².

Wanderley destaca o estudo dos pequenos municípios brasileiros, tratando dos municípios pernambucanos, propondo cinco dimensões de análises para se estudar esses municípios e identificar o seu caráter urbano: *o exercício das funções propriamente urbanas; a intensidade do processo de urbanização; a presença do mundo rural; o modo de vida dominante e a dinâmica da sociabilidade local.*

O exercício das funções propriamente urbanas diz respeito ao conjunto das atividades econômicas e político-administrativas na cidade. A cidade como espaço central do poder municipal e como esse atua no desenvolvimento da cidade;

¹² Esta categoria surge das concepções de Jean (1997 apud WANDERLEY, 2001) e Mendras (1984 apud WANDERLEY, 2001), específica as trajetórias de desenvolvimento, que criam uma dinâmica interna e outra externa desses municípios”. (WANDERLEY, 2001a, p. 6).

A intensidade do processo de urbanização refere-se às infra-estruturas urbanas: rede de saneamento e pavimentação; equipamentos públicos, como postos de saúde e escolas, rodoviária, aeroporto, acesso à linha telefônica.

A presença do mundo rural refere-se a indicadores sócio-econômicos e demográficos, ao peso da população rural no total da população do município, a proporção de pessoas que vivem na área urbana, mas trabalham no campo e a quantidade de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, mostrando a presença do rural na cidade.

O modo de vida dominante relaciona-se a recursos materiais, sociais e culturais disponíveis e às representações relativas à necessidade e ao acesso a esses recursos, como os diferentes grupos desenvolvem suas estratégias para a construção e reprodução de suas identidades sociais.

A dinâmica da sociabilidade local é colocada pela diversidade social, pelos conflitos, alianças e associações, criadas pelas formas de uso e controle da propriedade da terra e do capital e pela estrutura do poder local. Esse meio social também pode ser percebido pela memória coletiva.

Com essa proposta, é possível estabelecer e diferenciar três tipos de situações para os pequenos municípios: os majoritariamente urbanos, aqueles predominantemente rurais e os municípios que se apresentam em situações intermediárias.

Wanderley, em seu trabalho “Olhares sobre o ‘rural’...”, afirma que:

(...) mesmo quando o bairro rural não é mais o espaço dos mínimos sociais, não consegue, por sua própria definição, absorver o conjunto das atividades essenciais no homem rural. Isto explica que a sociedade rural não se esgota no pequeno espaço propriamente rural, mas se espalha pelas pequenas cidades que não só lhe servem de apoio político-institucional, como também, constituem um quadro complementar de vida. Wanderley (2004. p. 93).

Com relação ao processo de urbanização nas pequenas cidades Wanderley, diz que: “(...) Nas regiões não urbanizadas, a difusão dos valores e estilo de vida urbanos restringe-se àquelas camadas das cidades maiores; nestas áreas tais efeitos da urbanização são muito mais lentos do que nas pequenas cidades (...)”. Wanderley (2004, p. 91).

A autora realiza outro corte no tamanho populacional para os municípios rurais classificados por Veiga, em 20 mil habitantes, e não 50 mil. Esse corte já era

utilizado por organizações governamentais ligadas à agricultura familiar. Segundo George Martine, essa definição também foi um dos critérios sugeridos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em que o urbano seria composto por municípios com 20 mil ou mais habitantes. Martine estabelece o patamar da população total não inferior a 20 mil habitantes. (MARTINE e GARCIA, 1987). Esse patamar vai de encontro à ideia do Plano Diretor dos municípios, obrigatório somente para as localidades acima de 20 mil habitantes. Assim, as cidades com população inferior não seriam consideradas cidades.

Vilmar Faria propõe uma definição ainda mais “restrita” de população urbana, correspondendo às “pessoas vivendo na sede urbana dos municípios”, ao mesmo tempo em que considera cidades, “as sedes municipais com mais de 20 mil habitantes”. Faria (apud WANDERLEY, 2004, p. 3).

Nesse sentido, as pequenas cidades de até 20 mil habitantes não fariam parte da rede urbana, seriam consideradas como “não-urbanas”. Wanderley (2004).

Dentro do próprio IBGE existem pesquisadores que percebem a necessidade de recortes que definam melhor o que seria efetivamente urbano. Speridião Faissol, pesquisador do IBGE, ao se referir às pequenas cidades, argumenta que só existem devido a uma “definição legal de cidade-sede de município” Faissol (apud WANDERLEY, 2001, p. 3).

Com isso se exclui uma parcela expressiva de pequenos municípios considerados urbanos pelos dados oficiais, que poderão ser denominados de municípios rurais por evidenciarem uma grande influência do meio rural em sua dinâmica, e por se mostrarem como locais dependentes de outros centros urbanos.

O geógrafo Milton Santos também é citado pela autora quanto a sua compreensão das pequenas cidades. Essas cidades passam de “cidades dos notáveis”, dos coronéis, convertendo-se em “cidades econômicas”, onde o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, dentre outros, são substituídos pelo médico, pelo agrônomo, pelo veterinário, pelo bancário, pelos comércios especializados das cidades econômicas.

Para Milton Santos, não é o caso mais de distinguir espaços rurais e urbanos, tampouco pequenas e grandes cidades. O campo domina a vida econômica e social do sistema urbano em regiões agrícolas. Em regiões urbanas, essa função é desempenhada por atividades secundárias e terciárias. Santos (2008d).

Recorre-se a alguns teóricos que em algum momento se dedicaram na compreensão do tema e busca-se a partir desses autores uma definição da pequena cidade.

O que se percebe, é que grande parte das cidades brasileiras é pequena, e que, apesar de classificadas como urbanas, faltam-lhes uma série de condições estruturais para se desenvolverem como tal, apresentando como atividades principais as ligadas às ocupações primárias, tendo como condicionante a terra. São estabelecidas nessas localidades relações típicas do mundo rural.

Bacelar apresentou a seguinte descrição sobre o modo de vida na pequena cidade:

Nascer e crescer numa pequena cidade sempre foi, para muitos, motivo de alegria. Esta alegria vem do contato direto e explícito com as coisas da natureza e da liberdade de pertencer a um lugar onde as relações interpessoais passam mais pelo campo do afetivo que material. Tudo é mais próximo, verdadeiro e colorido. O cheiro do mato e da terra molhada com as primeiras chuvas impregna as recordações e, este cheiro, é associado à felicidade [...]. Na pequena cidade, os endereços não têm a menor importância. Conhece-se a pessoa pelos apelidos ou filiação. (BACELAR, 2005).

É preciso direcionar os estudos para essas pequenas cidades no intuito de entender as mudanças e transformações ocorridas no meio rural brasileiro e como esse novo rural se configura em cada região ou localidade. O *Projeto Rurbano: Caracterização do Novo Rural Brasileiro* contribuiu para desfazer alguns mitos, mas os dados obtidos não permitiram avançar os estudos sobre o novo rural nas pequenas cidades, vilas, comunidades, nem mesmo nas mesorregiões e microrregiões, quando não aprofundam em níveis territoriais.

1.2. Estudos sobre o mundo rural: aspectos interdisciplinares das relações campo-cidade

1.2.1. A relação campo-cidade segundo o pensamento sociológico

Antes mesmo do surgimento de um ramo da sociologia que se engajasse em estudar o meio rural, estão presente na sociologia clássica algumas distinções elaboradas para se delimitar o rural e o urbano. A sociologia foi a responsável por buscar construir categorias teóricas que dessem conta de definir rural e urbano.

Autores como Marx (1974, 1983) Marx e Engels (1999), Weber (1999) e Durkheim (1983, 2001) se mostraram preocupados em pensar a relação campo-cidade a partir das transformações surgidas com o capitalismo.

As questões iniciais sobre a divisão do trabalho e o desenvolvimento de trocas mercantis viriam a ser discutidas com maior profundidade por Marx, Durkheim e Weber.

Para Marx e Engels, a ideia é de que a relação campo-cidade se configura como uma relação dialética. Em função do modo de produção de cada sociedade, essa relação assume feições diferentes. Segundo esses autores, no capitalismo, o operariado desenvolve sua consciência política, mas de forma diferente na cidade e no campo, mesmo os dois sendo abarcados pelas relações capitalistas.

Uma das contribuições de Weber (1999) acerca da diferenciação entre campo e cidade está em sua comparação entre os modelos de “cidade” e de “comunidade de vizinhança”. O autor se baseia na presença ou ausência de uma ética racional individualista e também de uma lógica social racional-legal capitalista, mostrando como a difusão da racionalidade moderna faz com que as esferas econômica e social se diferenciem.

Em outro texto do autor, muito atual para se discutir a relação campo-cidade, “Capitalismo e sociedade rural na Alemanha” (1982), Weber compara a formação do capitalismo na Alemanha com a dos Estados Unidos, tendo como base a formação agrária. Weber (1982) trabalha com a questão das diferenças internas da Alemanha e com a oposição comunidade e sociedade. O oeste, sul e sudeste possuíam um caráter comunitário, organizado em pequenas comunidades rurais, enquanto o nordeste e leste apresentavam alguns elementos característicos do sistema capitalista, também presentes nos Estados Unidos, como o trabalho remunerado e certa racionalidade no uso da terra.

O mais interessante na análise de Weber (1982), é que no sudeste, onde não havia elementos capitalistas, vai se desenvolver a indústria alemã. Como causa desse processo o autor explica que as características como a reciprocidade, a

comunicação, a diversidade e os vínculos tradicionais foram responsáveis pelo seu desenvolvimento. (WEBER, 1982).

Durkheim (1983), destaca dois pontos importantes. Quando trata do nível de desenvolvimento das relações de trabalho, entendidas aqui como as comunidades rurais, como forma de solidariedade mecânica (definida pelo princípio da semelhança), apresenta-se como o tipo de relação social em que a consciência coletiva coincide com a individual e os espaços urbanos, como solidariedade orgânica (baseia-se no princípio da diferenciação), quando os indivíduos não mais partilham da mesma identidade. Esses seriam lugares, onde haveria uma intensa divisão de trabalho, uma enorme teia de relações sociais. E a ideia de que a estrutura dos grupos humanos (densidade material, que é constituída por dois níveis: o volume (número de habitantes por unidade de superfície) e o desenvolvimento das vias de comunicação e transmissão. De outro lado temos a densidade mecânica, que seria o nível de concentração das relações interindividuais e, sobretudo inter-grupais. (DURKHEIM, 1983).

O autor utiliza-se de número e concentração como critérios estruturantes para caracterizar uma população. Ele cria uma relação entre a composição espacial, a proximidade física de um povoado (densidade material) e a natureza e intensidade das relações sociais (densidade dinâmica). (CARMO, 2009). Esse conjunto de interações sociais cria efeitos sobre as leis reguladoras da sociedade. A urbanização pode ser entendida como um processo de transformação que significa uma perda da coesão social.

Neste aspecto Durkheim contribui e influencia decisivamente os estudos sobre o rural e o urbano, ao sugerir a dimensão e a densidade como instrumentos principais do espaço urbano.

Todos esses autores estavam preocupados em mostrar o surgimento do sistema capitalista e a forma como se dá a transição para as sociedades modernas, em que o rural fica atrelado à sociedade pré-capitalista e o urbano à sociedade capitalista e à modernidade.

É importante ressaltar que a preocupação na distinção ou de entender esses dois espaços (rural e urbano) dos autores clássicos nos serve de interesse na discussão campo-cidade que o trabalho pretende neste momento.

1.2.1.2 - A evolução do rural como tema de pesquisa na sociologia

O desafio que se coloca para os pesquisadores das ciências sociais, especificamente da sociologia, quando se trata do conhecimento acerca do mundo rural é o da pertinência e permanência de uma “sociologia rural”. No Brasil, por exemplo, podemos dizer que não existe uma linhagem, uma tradição ou mesmo uma escola brasileira de “sociologia rural”.

Um alerta que se faz necessário no presente texto, é que o objetivo das reflexões aqui contidas não é aprofundar o debate sobre novas concepções teórico-metodológicas do que seria uma “nova sociologia rural” ou uma “sociologia da agricultura”, mas apenas fazer um breve retrospecto da “sociologia rural”, suas contribuições teóricas para o estudo do campo e seus dilemas atuais, quando suas “tradições teóricas” parecem não dar conta das mudanças ocorridas no mundo rural brasileiro.

O rural tornou-se realmente um problema de pesquisa a partir da década de 1920 nos Estados Unidos.

1.2.1.1.1 - A “sociologia rural” norte-americana

Segundo Schneider (1997), o caminho percorrido pela sociologia norte-americana na análise do rural pode ser dividido em três etapas: a primeira como fruto da influência da sociologia clássica. As definições aqui passam pela perspectiva dicotômica no estudo do tema. Num segundo momento, é dada ênfase à perspectiva difusionista; e na terceira etapa, consolida-se esta tendência por uma vertente da sociologia da agricultura.

Os primeiros estudos surgem da necessidade de compreender as mudanças nas condições de vida rural americana já no final do século XIX, fruto das consequências da guerra civil (1861-1865), onde havia uma desintegração do modo de vida comunitário (BLUME, 2004). Essas pesquisas, foram influenciadas por Ferdinand Tönnies, e sua perspectiva dicotômica para a análise das diferenças entre espaços rurais e urbanos. O meio rural seria um local com características próprias e

isoladas, se contrapondo ao modo de vida urbano. Esta polarização era o principal fundamento da teoria dicotômica para o meio rural. A comunidade, associada ao rural, é o lugar da coesão emocional, da profundidade, do conservadorismo e da continuidade. Enquanto a sociedade, associada ao urbano está ligada a elementos como a impessoalidade e o racionalismo. A preocupação maior do discurso dicotômico está em diferenciar as realidades rural e urbana, polarizando-as em *comunidade/sociedade*.

Na década de 1930, surge a vertente do *continuum* rural-urbano, como uma variante da teoria dicotômica. A polarização entre rural e urbano passa a ser substituída por níveis de variações espaciais, desde uma situação típica rural para outra com características urbanas. Esses níveis de variações espaciais formam o que os autores denominaram de *continuum* rural-urbano.

Essa visão está no trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), marcando as diferenças fundamentais entre o rural e o urbano, buscando defini-los sociologicamente.

Para os autores, entre o rural e o urbano haveria nove diferenças fundamentais: - *diferenças ocupacionais* - os habitantes do meio rural estariam ocupados com a agricultura; - *as diferenças ambientais* - o morador da cidade estaria num ambiente artificial, o homem do campo estaria em contato com a natureza; - *as diferenças no tamanho das comunidades* - existindo aí um fator negativo numa correlação entre o tamanho da comunidade e a quantidade da população ocupada na agricultura; - *as diferenças na densidade populacional* - as localidades de agricultores possuiriam uma densidade populacional menor do que as comunidades urbanas; - *as diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações* - as populações das comunidades rurais se mostrariam mais homogêneas em suas características sociais; - *as diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social* - pela qual a população rural seria mais homogênea, enquanto as cidades se destacariam por uma maior complexidade expressa em uma maior diversificação e estratificação social; - *as diferenças na mobilidade social* - sendo a camada urbana mais móbil e dinâmica que a rural, mudando mais de ocupação, posição social e do próprio lugar; - *as diferenças na direção da migração* - conjuntos de população que vão do campo para a cidade são mais elevadas que as da cidade indo para o campo; - *as diferenças no sistema de*

integração social - os moradores do campo estabeleceriam contato com menor número de pessoas, sendo este então, mais direto e duradouro do que o urbano.

A concepção clássica, da dicotomia entre o rural e o urbano, passa a sofrer questionamentos, que surgem da observação de que entre o meio rural e o urbano existe uma gradação infinita, ou seja, um contínuo. Seguindo essa tendência, Solari (1979), após analisar essas diferenças apontadas por Sorokin, Zimmerman e Galpin, afirma que esses critérios não se aplicam a todas as realidades. É com essas objeções que nasce a teoria do *continuum* rural-urbano. Toda a “sociologia rural” anterior à década de 1950, é influenciada por essas duas teorias, principalmente pela teoria do *continuum*, que nega o antagonismo ao mesmo tempo que defendem uma homogeneização. Para Solari (1979, p. 10), “desde a habitação rural isolada e até a grande cidade, existem inúmeros escalões intermediários que vão criando uma transição insensível entre o meio rural propriamente dito e o meio urbano”.

Neste mesmo período, estes critérios que diferenciavam o rural do urbano, foram utilizados pela antropologia norte-americana, nos chamados *estudos de comunidade*¹³ que acabaram por orientar pesquisas em sociologia. Os primeiros trabalhos publicados nos Estados Unidos vão influenciar os estudos sobre as relações campo-cidade aqui no Brasil, sobretudo, a partir de Emílio Willems, antropólogo, professor de antropologia da Universidade de São Paulo, autor do trabalho *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* tornou-se um dos primeiros estudos de comunidades rurais no Brasil. A obra que certamente influenciou os estudos brasileiros foi a de Robert Redfield *The Folk culture of Yuacatan* (1941). Segundo Cintra

Redfield procurou estudar as diferenças existentes entre o rural (cultura de *folk*) e o urbano (civilização), através da abordagem comparativa dos estudos de quatro comunidades na península de Yucatan, no México, ao analisar uma *aldeia tribal* (*Tusik*), uma *povoação* (Chan Kom), uma *vila* (Dzitas) e um *centro urbano* (Mérida). (CINTRA, 2007, p. 22).

Redfield (1949) afirma que

¹³ Os chamados estudos de comunidade estiveram presentes na primeira fase da “sociologia rural” norte-americana e foram importantes, pois trabalharam com a descrição empírica e a pesquisa qualitativa.

O método empregado neste estudo contém uma inovação, é que se investigou quase simultaneamente uma série de comunidades contemporâneas que diferem entre si principalmente com respeito ao grau em que cada uma delas foi afetada pela comunicação com um único centro importante de influência modificadora [a civilização urbana]. (REDFIELD, 1949, p. 346).

Robert Redfield influenciou também Donald Pierson, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Este em 1951, publicou seu estudo sobre uma vila do interior de São Paulo chamada *Cruz das Almas*, mostrando a vida dos habitantes desta comunidade rural paulista. A grande contribuição destes estudos foi a coleta de dados e a interpretação de censos para analisar as transformações ocorridas na época.

A obra de Willems inspiraria posteriormente o estudo do caipira brasileiro e dos bairros rurais em meados do século XX, como no trabalho de Antonio Cândido em *Os parceiros do Rio Bonito*, publicado em 1964, que se destaca dentre os estudos das relações campo-cidade. Nesse momento há uma “discussão” entre Cândido, Willems, Pierson e Wagley - também estudioso das relações campo-cidade, que realiza um estudo sobre a pequena cidade de Ita, no Vale Amazônico - sobre a generalização do conceito de comunidade, já que cada estudo aborda um tipo de comunidade. Cândido define e limita a comunidade como bairro rural.

Essa unidade de análise se ampliaria posteriormente após várias críticas recebidas pelos estudos de comunidade. Pedia-se uma abrangência maior de análise e comparações entre bairros de regiões diferentes. Nas palavras de Florestan Fernandes (1972), “certas ideias falsas sobre as limitações e as possibilidades do estudo de comunidade na sociologia.” Florestan também contribuiu para o estudo das relações campo-cidade, denominando a comunidade, dependendo do estudo realizado, como *aldeia tribal*, *pequena comunidade*, *vilas*, *cidades tradicionais* e também *cidades modernas*. (FERNANDES, 1972, p. 161).

Maria Isaura Pereira de Queiroz, desenvolveu trabalhos sobre a relação campo-cidade, estudando bairros rurais paulistas. A partir de 1960, Queiroz na verdade aprofunda a análise dos estudos de comunidade ao introduzir as chamadas “monografias regionais” sob a influência de geógrafos franceses. Ela amplia sua área geográfica, reconhecendo uma homogeneidade sócio-econômica e cultural. Para Queiroz (1973),

toda comunidade, por mais isolada, existe sempre dentro de uma região cuja organização social é mais vasta do que a daquela, e com a qual se relaciona. (...) nosso intuito é estudar bairros rurais em sua composição interna, mas também nas relações que mantém com todo o meio social circundante formado pela sede do município a que o bairro pertence, pela região em que ele se encontra engastado, e pelas cidades grandes com que porventura se relacione. (QUEIROZ, 1973, p. 12).

Os estudos relacionados às relações campo-cidade a partir desta década utilizavam como perspectiva metodológica o que Queiroz (1973) chamava de “global”, da “sociologia rural”, pois não poderia ser tratada como uma disciplina isolada e sim associada à “sociologia urbana”. O problema da “sociologia rural” ganha uma nova dimensão: o rural não pode ser entendido, não pode ser estudado em si mesmo, dissociado do urbano. Queiroz (1973) afirma

“que um dos quadros sociológicos mais importantes a ser traçado atualmente para o Brasil – 1970 – seria o dos tipos de cidades brasileiras, de suas funções regionais, de sua dependência ou não com relação ao meio circundante. (...) tal quadro permitiria afirmar com maior certeza o caráter mais ou menos urbanizado da sociedade global brasileira, já que não é apenas o fato da população habitar em concentrações urbanas que dá ao país o caráter de urbanização. Este depende da amplitude das funções desempenhadas pelas cidades, por um lado e, mais ainda, pela independência destas em relação ao meio rural, que decorre da importância de suas atividades produtivas, - isto é, de seu grau de industrialização. (QUEIROZ, 1978, p. 205).

Esta perspectiva teórica do *continuum*, por razões também empíricas, entra em crise em meados dos anos 50. Ela perde utilidade quando a população rural diferencia-se cada vez mais da população urbana.

As mudanças ocorridas no pós-guerra, relacionadas à modernização tecnológica, são marcantes na sociedade americana. Essas transformações avançam sobre os espaços rurais e as diferenças antes bem delimitadas caminhavam para uma homogeneização desses espaços. Há a partir daí um questionamento às teorias utilizadas para o estudo do meio rural.

Entre a década de 1950 e 1970 os problemas de definição da “sociologia rural” partiam do princípio de que o “rural” não seria uma categoria sociológica. Se no passado a zona rural de países capitalistas industrializados coincidia com as localidades de residência e de trabalho, com as transformações ocorridas, como a inovação tecnológica e seus impactos na sociedade, a “sociologia rural” perde seu objeto de estudo e passa a enfrentar uma série de problemas relativos a ele.

Com o impacto da industrialização ocorrerão profundas modificações nos espaços rurais, assim alterando a relação campo-cidade.

A linha teórica a partir de agora passa a privilegiar o agrícola, mais precisamente os estudos sobre a difusão das novas tecnologias, transferindo a análise que antes se centrava no indivíduo, para as propriedades. É esse novo modelo que se denominou de difusionismo. Esse enfoque na quantificação e controle de propriedades dava ao rural um sinônimo de agrícola.

O rural não mais se coloca como objeto de pesquisa, mas sim como um espaço onde a análise que interessa é a do produtor agrícola e a tecnologia a ele relacionada. O rural passa a ter uma conotação agrícola na segunda fase da “sociologia rural” norte-americana.

No Brasil, após os estudos de comunidade, estudiosos do mundo rural passam a procurar entender o processo de formação da sociedade capitalista no país. O debate é sobre as condições do atraso brasileiro e como superá-lo. Logo, a transformação do campo é vista como indispensável ao desenvolvimento capitalista.

Segundo Ferreira (2001), todas essas mudanças no mundo rural a partir de 1960, instituem o método classificatório, nos estudos de tipologia agrícola, caracterização social, funcional e econômica da agricultura, uso da terra e organização agrária num momento de desenvolvimento urbano-industrial no Brasil.

Com isso, a “sociologia rural” parece ter tomado outro rumo ou mesmo perdido o rumo. Ao abandonar os estudos de comunidade, ela passa a se preocupar com a análise da modernização da agricultura, ficando restrita à produção agrícola e às inovações, perdendo a chance de descobrir nesse mundo rural, novas formas sociais contrastantes com o mundo urbanizado e industrializado.

O terceiro período da “sociologia rural” norte-americana vai de 1970 até os dias atuais. O rural passa a ser analisado sob a ótica da sociologia da agricultura, contra os propósitos do difusionismo dominantes na “sociologia rural”. O rural perde importância enquanto objeto de pesquisa, passando para a agricultura, como atividade capaz de fornecer elementos explicativos das relações sociais. Recentemente, essa visão vem mudando dentro da sociologia da agricultura ao se perceber que o rural não se reduz às atividades agrícolas.

1.2.1.1.2 - A “sociologia rural” europeia

A “sociologia rural” europeia ou francesa, ao contrário da norte-americana, buscou não se transformar somente em uma sociologia da agricultura.

O pensamento europeu, segundo Jollivet (1998), definiu-se pelo seu objeto e não por uma teoria de pensamento. Dessa forma, para estudar seu objeto, o sociólogo rural busca um conjunto de elementos da vida social, presentes em outras especialidades da sociologia.

A obra de Aldo Solari, de 1970, ao tratar da relação rural-urbano, inicia uma nova forma de conceituá-la, atualizando as teses de Sorokin, Zimmerman e Galpin. Tanto a teoria dicotômica como a do *continuum* dependem do estágio de urbanização e industrialização da sociedade. Para Solari (1979), quando os habitantes do centro da cidade migram para a periferia de países desenvolvidos, estes entram em contato com o meio rural e também havia o uso das áreas rurais como áreas de lazer.

No *continuum* de Solari há uma transição entre espaços rurais e urbanos, o meio rural tendo uma forte ligação com o território. Para o autor, as situações exigem o uso de escalas multidimensionais, combinando a aplicação das duas teorias (do *continuum* e da polarização rural-urbano), suplantando assim a definição do rural por uma única análise. (SOLARI, 1979)

A proposta de Solari, afirma que, mesmo com a existência de um contínuo, ocorrem descontinuidades dentro do rural e do urbano. Ele considera um *continuum* – descontínuo rural-urbano, incluindo as duas vertentes anteriores. Podemos verificar na negação de espaços limítrofes entre os espaços rurais e urbanos, a influência da “sociologia rural” francesa que, segundo Mendras (1969)

(...) a passagem do “meio” rural ao meio urbano faz-se insensivelmente numa zona marginal que se desloca continuamente. Convirá então, para cada região, estudar *in situ* esse fenômeno e nós veremos que os critérios de análise e os tipos intermediários não estão ainda definidos de maneira satisfatória. (MENDRAS, 1969, p. 41).

A “sociologia rural” francesa busca definições em categorias históricas contrapondo a tendência de homogeneização das sociedades rurais e urbanas. Solari propõe uma terceira vertente em se tratando das interações entre espaços rurais e urbanos. Indica a perspectiva de um gradiente contínuo/descontínuo rural-urbano.

Diante dessa, abordagem do rural veremos adiante como ocorre esse debate no Brasil.

1.2.2 - As correntes de pensamento sobre o rural e o urbano no Brasil

Ao dizer anteriormente que toda a produção sobre o mundo rural buscou referenciais em outras disciplinas, afirmamos o caráter multidisciplinar dessa produção. Existe uma ampla produção de conhecimento sobre o campo, com formação bastante variada, como geógrafos, agrônomos, historiadores, economistas, antropólogos e sociólogos, o que mostra esse caráter multidisciplinar dos estudos sobre o meio rural. Talvez pela sua complexidade, pela sua diversidade e dinâmica não tenha se tornado privilégio de uma só disciplina. Apesar de ser uma questão ainda em aberto dentro das ciências sociais brasileiras a necessidade de uma abordagem multidisciplinar de interpretação das complexidades do mundo rural, os cientistas sociais não chegaram a um consenso, mas reconhecem limitações dentro das disciplinas, e que necessitam da colaboração das várias áreas do conhecimento.

Esse tratamento multidisciplinar é muito importante para entendermos o mundo rural, sendo nesse espaço que se desenvolve a atividade, talvez mais próxima da natureza, que é a agricultura.

O estudo da temática do meio rural no Brasil recebeu influências das correntes de pensamento da sociologia norte-americana – a *dicotômica* e a do *continuum*. No Brasil, a corrente do *continuum* é defendida por alguns autores. É a da “urbanização do campo”. Como expoentes desta vertente, podemos citar José Graziano da Silva, Octávio Ianni e Milton Santos, entre outros.

A corrente que coloca o desenvolvimento rural como sinônimo do processo de “urbanização do rural”, justificando a ideia do *continuum* rural-urbano, pode ser dividida em duas vertentes analíticas. A primeira é centrada no urbano. O urbano é privilegiado, representa o progresso, e o rural é visto como arcaico, atrasado, com isso tendem à redução e ao desaparecimento frente à influência do pólo urbano. Essa seria a visão clássica do *continuum* defendida pelos autores acima.

Segundo Silva (1997, p. 84), “a ‘ideia de dois mundos que se opõem’ vai cedendo lugar à ideia de um “*continuum*” espacial, seja do ponto de vista de sua dimensão geográfica e territorial, seja na sua dimensão econômica e social.”

Não podemos negar que todas as transformações socioespaciais ocorridas no campo e na cidade trouxeram alterações significativas para a economia nacional, destacando-se uma maior integração entre as regiões brasileiras.

Houve uma reestruturação do campo com a modernização agrícola, mesmo que esta não tenha ocorrido de forma homogênea. Entretanto essa modernização excluiu de certo modo os pequenos produtores, pelo menos parte deles. Expropriados, buscam nas cidades melhores condições de vida, emprego e vida digna. Muitos deles, não conseguindo, passam a habitar as periferias das cidades em condições precárias de infra-estrutura. Com isso há um aumento significativo do desemprego e desigualdade social nas cidades, fazendo com que cidade e campo, diante desses novos desafios, tivessem seus papéis e funções redefinidos.

A segunda vertente concorda que há uma aproximação e uma integração entre os dois pólos do *continuum* rural-urbano. A nova perspectiva é que, apesar da interação, das semelhanças entre os dois pólos, as particularidades de cada um não desaparecem, não são destruídas, não representando assim o tão aclamado fim do rural. De acordo com Barros (1990, p. 47)

fenômenos designados por (...) “novos rurais” diversifica-se o uso do espaço rural que de meio de produção tende, em algumas zonas, a passar a meio de recriação, despontam novas configurações espaciais (...) ao mesmo tempo em que se organizam novas formas de vida no campo e se constituem novas redes de relacionamento entre o campo e a cidade.

Em seu texto “Olhares sobre o ‘rural’...”, Wanderley (2004) cita a teoria do *continuum* rural-urbano, nas relações campo-cidade. A teoria divide-se em duas vertentes. A primeira refere-se ao *continuum* entre rural e urbano num avanço do urbano tendendo a eliminar o conceito de “rural”. Ocorre um processo de domínio de um pólo sobre o outro, uniformizando a sociedade tendo como base o parâmetro urbano. A segunda vertente mostra o *continuum* rural-urbano como uma relação de integração entre os dois pólos. Ainda segundo Wanderley (2004, p. 87),

o espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o

urbano (...) O espaço local é, de fato, o lugar do encontro entre estes dois “mundos”. Porém, nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do ‘continuum’, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades.

Essa seria a nova alternativa metodológica para os estudos do rural. Como representantes dessa vertente que mostra o rural através da ideia de “novas ruralidades”, podemos citar os trabalhos de Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider, e Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

Esses autores acreditam que a existência de elementos urbanos no campo é resultante do processo de globalização, ocorrendo uma maior integração entre campo e cidade conseqüentemente um processo de “urbanização no campo”. Processo esse que não destrói o modo de vida e as particularidades do rural.

Segundo Moreira (2002), o rural era interpretado como natureza e tradição. Hoje, ele passa a ser construído seguindo uma concepção de pluralidade que se opõe ao rural tradicional.

1.2.3 - O debate sobre as “novas ruralidades”: conceituando a ruralidade

No atual debate sobre a noção de ruralidade, autores como Wanderley (2000), Carneiro (1998), entre outros, estudam o rural contemporâneo, ora ressignificando os sentidos deste espaço, entendendo-o como singular e ator coletivo (Wanderley, 2000), ora problematizando-os pela presença de novas identidades em construção, fruto de novas relações campo-cidade.

Moreira (2005), na busca de emergências do que se entende como novas ruralidades, considera as identidades rurais contemporâneas a partir dos processos de globalização. De acordo com o autor, esses processos são responsáveis por práticas e saberes econômicos, culturais e políticos que, juntamente a instituições e imagens, constroem locais de vivências globais e locais.

Mormont (1987 apud BARROS, 1990, p. 49), diz que

“contra generalizadas evidências do senso comum, a *ruralidade*, entendida como um princípio de organização e um sistema de valores, um modo diferente de relacionamento social, faz parte do processo tanto quanto qualquer elemento constitutivo de uma cultura urbana”.

Com isso podemos dizer que essa ideia faz parte da vertente em que uma integração espacial não pode ser posta de uma forma em que o campo se urbaniza ou a cidade se ruraliza, e sim como uma reorganização social desse espaço em que se destaca uma integração de territórios.

Dentro desse esforço em tentar conceituar o que seria as ruralidades, pois nos deparamos hoje com diversos espaços rurais e não somente um rural, esse espaço não desapareceu, apesar de seu esvaziamento populacional, se restabeleceu relações sociais no campo mediante a permanência de alguns elementos sociais. Por exemplo, temos os agricultores familiares reconstruindo relações sociais num processo de reorganização sócio-produtiva cujas bases não são exclusivamente urbanas. Antes, as relações sociais eram baseadas em dois pólos, ao mesmo tempo opostos e complementares: o espaço rural, em que eram expressos valores comunitários, e o mundo urbano que se mostrava como um local de relações de troca, de individualização e progresso material, simbolizando valores universais. Seguindo essa perspectiva, as comunidades rurais, povoamentos, pequenas vilas ou cidades, mesmo constituindo-se de alguns serviços urbanos, como energia, saneamento, infra-estrutura de lazer, expressam um modo de vida rural, Wanderley (2001b). Nas pequenas cidades, consideradas urbanas, notamos que as várias atividades existentes como serviços, agroindústria, turismo, possuem laços com a atividade agrícola.

No entanto, não seria somente através do tamanho da população e economia que identificamos as ruralidades, elas também se manifestam nos hábitos das pessoas, nos contatos diretos e pessoais de comunidades e pequenas cidades, em festas e também na alimentação.

Podemos dizer que os elementos produtivos, sociais e culturais locais, intimamente ligados aos hábitos rurais, levam a uma configuração que permeia todos os hábitos cotidianos. Na valorização desses hábitos, principalmente em pequenos municípios, é que há uma permanência das ruralidades através das tradições mantidas e difundidas.

Mesmo não sendo o objetivo aqui discutir o conceito de modos de vida de Antonio Cândido, é preciso esclarecer como o trataremos, pois faremos utilização desse conceito na sequência do trabalho. O modo de vida seria a condição pela qual as pessoas produzem e reproduzem sua existência, assim como o acesso e a qualidade de bens materiais e imateriais consumidos, necessários à vida.

Segundo Guerra (1993), “na tentativa de encontrar definições mais precisas, utiliza-se hoje os conceitos de ‘modo de vida’, ‘estilos de vida’, ‘gêneros de vida, atribuindo-lhes conteúdos, por vezes, de referências contraditórias”. Para Juan (1983 apud GUERRA, 1993, p. 60),

“o uso do conceito ‘modos de vida’ para qualquer pesquisa empírica confronta-se desde logo com dois obstáculos que é útil distinguir sobre o plano analítico: um obstáculo lógico e um obstáculo sociológico. O primeiro diz respeito à classificação das práticas; unificam-se os conjuntos de práticas pelos indivíduos ou unificam-se os indivíduos por um conjunto de práticas? O obstáculo sociológico remete para a relação entre as práticas e a posição social: os níveis de recursos criando oportunidades de certas práticas sociais geram estatutos sociais que são portadores de lógicas culturais específicas potencialmente classificadas como ‘lógicas de classe’”?

De acordo com os autores Chambers e Conway (1992 apud PEÑAFIEL, 2006, p. 27),

“o modo de vida é definido como uma combinação de ativos (tangíveis e intangíveis), de capacitações e atividades que permitem ao indivíduo gerar meios de vida que garantam a sua reprodução social. Conforme a explicação dessa denominação pelos autores, os ativos tangíveis considerados compreendem tanto recursos essenciais como comida, vivenda, como recursos naturais, (terras, água), físicos e financeiros, que laborados geram os ingressos para sobreviver. Os intangíveis, de outro lado, correspondem às oportunidades de acesso que permitem, aos indivíduos e às famílias, pôr em prática ou demandar os recursos tangíveis para obter meios de vida.”

Wanderley (2004), no texto “Identidade social e espaço de vida”, considera o rural, em oposição ao espaço produtivo, como um local e um modo de vida. Ela aponta também duas características fundamentais do rural sob o olhar sociológico: por um lado, representa uma relação específica do homem com a natureza por meio do trabalho e do habitat; por outro lado, o rural apresenta relações sociais diferenciadas que resultam em práticas particulares de convivência com o espaço, com a família, com o trabalho, e no tempo. A noção de “novas ruralidades” enfatiza a

formação de território como “espaço delimitado com certo grau de homogeneidade e de integração de aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais da população local”, Wanderley (2000, p. 103).

Na interpretação de Wanderley (2000), o debate sobre as “novas ruralidades” aparece da inter-relação rural-urbano nas sociedades modernas, que o rural acaba se identificando o urbano, pondo fim ao corte que os diferenciavam.

Nesse debate, Carneiro (2003), acrescenta duas dinâmicas nos espaços rurais: a ocupação em outras atividades não propriamente agrícolas, associadas à revalorização do mundo rural, como espaço de lazer ou residência, e a valorização do campo como “lugar de trabalho e de vida”, através das políticas do Pronaf ou através da implantação dos assentamentos rurais.

Segundo a mesma autora, essa “nova ruralidade”, na medida em que fortalece o tecido social no meio rural, exprime-se no fortalecimento dos laços de solidariedade. Esse movimento de revalorização do patrimônio familiar, o ingrediente da “nova ruralidade”.

Para Abramovay (2003), a definição de ruralidade ou de meio rural, é composta por três aspectos: - *relação com a natureza* - um contato mais próximo com o meio natural; - *as áreas não-densamente povoadas* - possibilitando o fortalecimento dos laços de sociabilidade nas relações de vizinhança, interpretados por Wanderley (2000, p. 3) como “sociedade de inter-conhecimento”, que reforça os laços comunitários; a relação com as cidades, significando que o bem-estar no espaço rural depende em parte da proximidade com os centros urbanos, e a medida em que a diversidade de atividades econômicas que chegam ao meio rural criem novas oportunidades e melhoria das condições de vida, tanto em termos objetivos como subjetivos.

Dois desses aspectos são fundamentais para o autor: a relação com a natureza e a relação com as cidades. São fatos marcantes, pois nos remetem a processos históricos antigos. Esses dois aspectos estão presentes no que hoje se chama de “novas ruralidades”

É importante ressaltar que, apesar dessa relação homem-natureza sempre ter existido, hoje ela ocorre num grau mais elevado em relação aos dois aspectos, em função de fatores sociais, econômicos e culturais.

Outro aspecto da “nova ruralidade” trazido por Wanderley, que ao trazer diversas dimensões do meio rural, conseqüentemente afeta o personagem principal

do campo, o camponês ou o agricultor familiar moderno, elementos de permanências e rupturas.

Segundo a própria autora, a dualidade do sujeito social rural resulta de que:

os agricultores familiares são portadores de uma tradição, cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida. Mas devem adaptar-se [os agricultores familiares] às formas modernas de produzir e de viver em sociedade. Wanderley (2004, pp. 47-48).

Do ponto de vista sociológico, o rural como espaço de vida traz implicações importantes quanto aos laços de sociabilidade que constrói e a que dá continuidade. Wanderley os chamou de “relações de interconhecimento”, ou seja, de vizinhança, familiar e extra-familiar.

O rural como espaço de vida e de trabalho, segundo Wanderley, significa algo sutil para as pessoas que moram no espaço rural. Essas pessoas passam a ter outro significado à sociedade, no momento em que do olhar produtivista e adotam outros significados, como espaço de lazer, contato com a natureza. Mesmo que visem o econômico, não se reportam unicamente à agricultura, mas ao turismo rural, hotéis-fazenda, artesanato, com uma preocupação de ter um melhor estilo de vida, ao mesmo tempo preservando o meio ambiente.

O contato com o meio natural é um traço característico da ruralidade e do modo de vida rural, opondo-se ao modo de vida urbano. O habitante do campo obtém seus meios de subsistência e também preserva a natureza, reproduzindo assim, o espaço de vida.

A noção de espaço de vida e de trabalho trazida no texto de Wanderley pode ser interpretada da seguinte forma: o trabalho, numa visão clássica (Smith e Ricardo), possui um caráter unicamente econômico, como criador de valor, enquanto aqui interpretamos o trabalho como a realização íntima do homem, como fonte de vida e não estritamente ligado ao aspecto monetário.

Assim, trabalho e vida estariam interligados, em oposição à ideia de trabalho como mercadoria. O trabalho teria um sentido mais abstrato, indo além dos benefícios materiais, sendo parte da realização da vida.

Outra importante contribuição ao debate, é de Candiotta & Corrêa (2008), que mostram as “ruralidades” fazendo parte da identidade da população do campo,

enquanto as “urbanidades” se referem a objetos e práticas de caráter urbano como apresentadas por Rua (2005 e 2006).

Diferentes interpretações surgem nesse debate sobre as “ruralidades”. Autores que vêem a “nova ruralidade” como uma tendência homogênea já presente em outros países, e aqueles que mostram a existência de diversas ruralidades, heterogêneas, que se manifestam em indivíduos e grupos sociais

A primeira abordagem do conceito de “ruralidades”, segundo Candiotto & Corrêa (2008), interpreta como um processo de valorização do rural, que vem sendo difundida por instituições globais através de financiamentos e políticas públicas. A questão, nessa discussão, é que essas instituições, ao promoverem essas políticas públicas para o rural, também ampliam as relações capitalistas, com novas atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural.

Diante dessa perspectiva, a “nova ruralidade” não seria algo construído socialmente pela população rural, mas sim uma ideia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e difundida por diversos pesquisadores como novos aspectos da realidade do espaço rural Candiotto e Corrêa (2008)

A segunda abordagem mostra as “ruralidades” como realidade empírica, criada, de forma endógena. “As ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais.” Moreira (2005, p. 34).

Mesmo diante disso, Carneiro (1998) define a ruralidade não como oposição a urbanidade. Ela seria um processo dinâmico em permanente reestruturação de valores e hábitos locais, absorvidos a partir da relação entre o campo e a cidade.

Para o geógrafo francês Bernard Kayser, a ruralidade somente será entendida no seu sentido mais imediato, o de espaço social, ou seja, é uma forma da sociedade se relacionar com o espaço, cujo caráter dominante é o pertencimento ao local, (Kayser, 1990, p. 12). Assim este “espaço rural” se define como uma forma própria de uso do espaço e de vida social, que se caracteriza por:

- uma fraca densidade de habitantes e de construções, podendo manifestar uma preponderância de paisagens com cobertura vegetal;
- um uso econômico predominantemente agro-silvo-pastoril;

- um modo de vida de seus habitantes caracterizado por seu pertencimento a coletividades de tamanho limitado e por suas relações particulares com o espaço;
- uma identidade e uma representação específicas, fortemente conotadas pela cultura campesina. (KAYSER, 1990, p. 13).

Assim, ruralidades e urbanidades se encontram num mesmo espaço, pois elas ocorrem a partir de manifestações culturais, associadas aos modos de vida e tradições. Temos elementos próprios de determinados espaços que não se apresentam somente e necessariamente neles. Ao falarmos dos pequenos municípios, veremos que as manifestações de uma série de ações cotidianas munidas de valores peculiares, heranças históricas e tradições em que se baseia a existência rural, ocorrem não apenas na área rural, como também na área denominada urbana.

Além dos autores citados acima, destacamos uma contribuição que vem da geografia, mas dialogando com as ciências sociais. João Rua, ultrapassa o recorte rural/urbano da segunda vertente, procurando formular uma terceira proposta sobre as transformações que vêm ocorrendo no rural contemporâneo. (RUA, 2005).

Rua aponta em seus trabalhos que as representações de campo e cidade, rural e urbano mantiveram a cidade e o urbano como dominantes na relação, mas que o próprio sistema capitalista vem alterando essas posições nas últimas décadas. O campo e o rural se apresentam como mercadoria, gerando, com o trabalho, outras mercadorias. Está ocorrendo uma recriação do rural pelo capitalismo, integrando esse espaço às múltiplas escalas que marcam as interações espaciais do mundo atual. Integração essa, que, de certa maneira mexe com a identidade social do agricultor e com os rebatimentos territoriais desse processo. (RUA, 2006).

Dessas interações urbano-rural é que resultam as chamadas novas territorialidades. A essas interações, Rua denominará “urbanidades no rural”, como forma de compreender as complexas formas de produção no meio rural que se manifestam em territorialidades híbridas – “urbanidades no rural” – integradas à lógica geral do desenvolvimento do capitalismo. Rua (2006, p. 2). O autor usa o termo “urbanidades no rural”, para evitar enfatizar a importância do rural dado pelo termo “novas ruralidades”.

Mudanças ocorridas no modelo de produção e organização no campo fazem parte de transformações na sociedade brasileira numa escala global. Surgem novas representações do espaço, definidas pela lógica capitalista, emergindo aí o chamado “novo rural”. São na verdade, novas imagens, novos sentidos, novos signos. O rural torna-se diferente de agrícola, mas também não deixando de sê-lo. Houve uma “ressignificação” nesses espaços, segundo Rua.

Utilizando ainda as palavras do autor:

“essas ressignificações têm influído nas representações que marcam o rural, sendo, por elas, também, afetadas provocando a necessária revisão conceitual de ‘rural’ e ‘urbano’ procurando incorporar as lógicas atuais que marcam o espaço, como um todo.” Rua (2006, p.6).

Os estudos de Rua (2006) ressaltam as particularidades e singularidades que caracterizam o campo e a cidade. Numa visão que integra campo e cidade, Rua nos traz uma abordagem territorial, em que rural e urbano se mesclam. Nesse momento, o autor se apropria do conceito de espaço híbrido, também defendido por Haesbaert (2005).

Rua vai se basear, mesmo que parcialmente, na vertente da “urbanização do campo”, especificamente na concepção de urbano de Léfèbvre. Ele trabalha com a ideia de sociedade urbana como devir para perceber a “urbanização da sociedade”. Mesmo não concordando totalmente com Léfèbvre (2006) sua “urbanização inevitável” e desaparecimento do rural, é com o autor que Rua mais dialoga para discutir o caráter dessa urbanização e as escalas em que se manifesta no território.

Buscando a existência de outras escalas, e não somente uma escala de urbanização abrangendo todo o território, o autor aponta aspectos a serem analisados como acontecimentos locais, frutos de leituras particulares, em que ocorrem interações local/global, interno/externo. Defende uma “vertente analítica” que incorpore território e escala.

É nesse momento que Rua se aproxima e se identifica mais com a segunda vertente analítica, que trabalha com a ideia de “novas ruralidades” ou “urbanização no rural”, que defende a permanência das particularidades do rural, frente ao processo de urbanização.

Dos autores dessa vertente, Maria José Carneiro e Roberto José Moreira confirmam a ideia de Rua sobre a presença de “urbanidades no rural”, quando

admitem a possibilidade da convivência, no mesmo espaço, de duas culturas: a rural e a urbana.

Com a noção de “urbanidades no rural”, Rua propõe uma variante da segunda vertente analítica – urbanização *no* rural - e faz uma crítica às duas vertentes, quando diz que as análises apresentadas por elas são parciais, e que nenhuma dá conta da diversidade e complexidade em que se encontra o rural atualmente.

Ele propõe essa que seria uma terceira vertente. Apresenta ideias integradoras, em que os contraditórios estabeleçam um diálogo. Usará como ferramentas conceituais território e escala para re-apresentar a complexidade dessas interações entre urbano e rural, que marcam suas transformações atuais. Essas transformações são denominadas por Rua de “urbanidades no rural”.

A principal crítica que o autor faz à vertente da urbanização no rural e demarcando sua diferença em relação a ela, é que seus autores dão ênfase exagerada no rural, quando não deveriam, pois o urbano realmente domina a relação assimétrica entre rural e urbano na construção de territorialidades.

Rua Ressalta que as “urbanidades” surgidas da interação rural-urbano não serão apenas novas ruralidades, mas sim, o urbano presente no campo, sem cada um perder sua especificidade.

Assim, esse espaço híbrido resultante dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores. (RUA, 2006).

A ressignificação do rural na ideia de “urbanidades no rural” re-apresenta esse espaço como “outro rural”. Incluem-se nessas novas representações do rural tanto a “virtualidade”, de Léfèbvre, do vir-a-ser da sociedade urbana, como as leituras particulares dos habitantes do meio rural, dando um caráter híbrido ao território e às identidades criadas com componentes rurais e urbanos.

Em nossa pesquisa, temos tentado ultrapassar o corte tradicional rural/urbano, e tomar por base as “novas territorialidades”, com usos estabelecidos pela ampla participação dos interessados – habitantes das áreas estudadas. (RUA, 2006).

O autor confirma então, uma posição de concordância daquilo que ele chama de “urbanidades no rural” e “novas ruralidades”. Mas ele diz que, além de enfatizar o rural frente ao urbano, os autores da segunda vertente não contemplam as múltiplas escalas da ação de criação territorial. Para Rua, há pelo menos duas

escalas: uma escala ampla de urbanização ideológica, comportamental, que alcança todo o território, lembrando Léfèbvre, e outra escala local, onde tais criações ocorrem. (RUA, 2006).

Na primeira escala, predomina a urbanização ideológica e, na segunda, desenrola-se um movimento mais concreto. Percebemos aí o caráter híbrido do território, em que o rural, interagindo com o urbano, não deixa de ser rural, e sim se transforma, sem ser extinto. Rua aponta um terceiro caminho para entender as relações cidade-campo, baseado nas “urbanidades no rural”, dando ênfase às relações culturais e sociais, ressaltando a importância das ordenações do urbano nessa interação dos dois espaços da qual surgem espaços diferenciados chamados de híbridos

A crítica feita à ideia de Rua seria que, apesar de dizer que o rural não perde suas singularidades e de considerar que ainda há lugar para o rural como elemento de descrição e explicação da realidade, seu significado mudou. Ele permanece no grupo dos que não atribuem dinamismo próprio ao rural.

Ao analisarmos a segunda vertente que interpreta esse “novo rural” dentro do conceito das “novas ruralidades”, podemos entender melhor a relação campo-cidade, já que nos obriga a estudar cada realidade com suas especificidades próprias, mesmo diante da intensidade das relações entre eles. O rural não é definido em oposição, mas sim em sua relação com o espaço urbano. O desenvolvimento do presente estudo apoia-se nessa vertente.

As vertentes analíticas dicotômicas de pensamento sobre a relação entre rural e urbano, campo e cidade, e aquelas nas quais predomina o urbano, conforme figura 1.

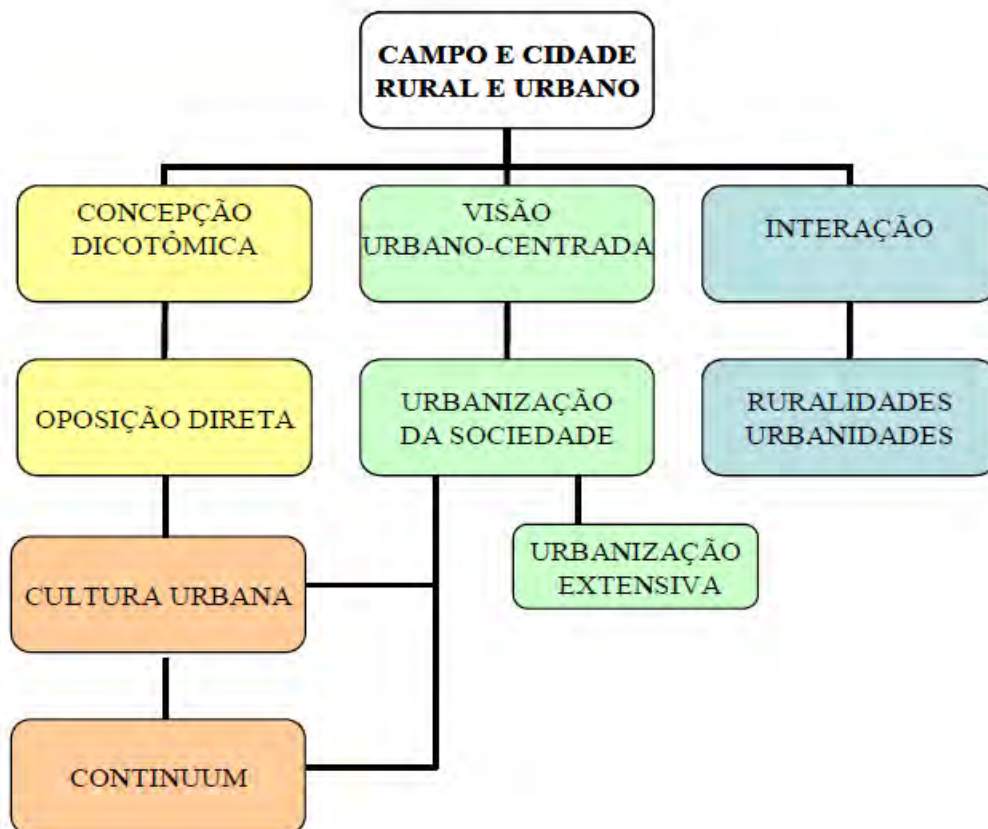


Figura 1: Síntese das principais abordagens teóricas sobre o campo, a cidade, o rural e o urbano. (Fonte: MELO, N. A., 2008).

CAPÍTULO 2 – UMA ANÁLISE DAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES PAULISTAS

2.1 – Os pequenos municípios paulistas: em busca do rural e do urbano

O intuito deste capítulo é mostrar o universo empírico de pequenos municípios do Estado de São Paulo, selecionando posteriormente o município de Cristais Paulista, da microrregião de Franca, para um estudo de caso, adotando como método analítico a tipologia de Veiga e Wanderley, que classifica esses pequenos municípios como *municípios rurais*.

Ressaltamos que o destaque aos municípios de até 20 mil habitantes segue a metodologia adotada pelos autores que os consideram pequenos, juntamente como critério da densidade demográfica proposto por Veiga, para pequenas localidades que seriam de até 80 (hab/km²). É o instrumento que utilizaremos para definir o rural e o urbano também em São Paulo.

Para se chegar ao espaço da microrregião de Franca, o presente estudo se valerá antes de uma caracterização e comparação das mesorregiões paulistas, unidade espacial escolhida segundo classificação do IBGE, para compreendermos como se situam os pequenos municípios no contexto geral do estado de São Paulo, dentro de cada mesorregião.

As mesorregiões paulistas compõem-se de quinze unidades espaciais: Marília, Litoral Sul Paulista, Assis, Araçatuba, Araraquara, Itapetininga, Presidente Prudente, Piracicaba, Bauru, São José do Rio Preto, Vale do Paraíba Paulista, Ribeirão Preto, Macro Metropolitana Paulista, Campinas e Metropolitana de São Paulo conforme figura 2.



Figura 2 – Divisão do Estado de São Paulo segundo mesorregiões geográficas. (Fonte: BARRETTO, Alberto G. O e outros. **Atlas Rural de São Paulo**. São Paulo, 2005, p. 8, alterado por Edmar C. Gomes, 2010).

Para a interpretação dos dados levantados foi incluída tanto a população total, como também a população residente em domicílios rurais e urbanos conforme a classificação dos conceitos de rural e urbano utilizada pelo IBGE.

Pensamos que, ao analisarmos esses dados oficiais, constata-se nas interpretações, um mascaramento que já ocorre há algum tempo, um resultado deturpado das realidades sociais entre os pequenos, os médios e grandes municípios, como por exemplo, com relação à taxa de urbanização.

Adotado o critério do IBGE, temos como resultado da taxa de urbanização, a divisão entre a população considerada urbana e a soma da população total. Com isso, a cada novo censo, há um crescimento das cidades e conseqüentemente um rural cada vez mais “decadente”.

No caso do Estado de São Paulo, segundo os dados do último censo demográfico (2000), a taxa de urbanização ultrapassa os 93%, fazendo-nos pensar que, num contexto geral, o estado apresenta um retrato mais urbano do que rural. Mas isso representaria a realidade de seus 645 municípios? E quando olhamos para os pequenos municípios?

Na tentativa de desmistificar esse resultado, utilizaremos as linhas teóricas propostas por Wanderley e Veiga, principalmente na compreensão dos pequenos municípios. De início, a partir das mesorregiões pretendemos mostrar por meio dos dados populacionais a diversidade existente entre as microrregiões e os municípios

paulistas. Na seqüência, mostraremos a evolução da taxa de urbanização, segundo os dados dos Censos Demográficos, no período entre 1970 e 2000. Ver tabela 2.

Tabela 2 – População residente, segundo situação do domicílio – Estado de São Paulo 1970-2000

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Número			%		
	<i>Total</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>	<i>Total</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>
1970	17.770.975	14.277.802	3.493.173	100,0	80,3	19,7
1980	25.042.074	22.196.896	2.845.178	100,0	88,6	11,4
1991	15.974.936	14.902.617	1.072.319	100,0	92,8	7,2
2000	37.032.403	34.592.851	2.439.552	100,0	93,4	6,6

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

Nos dados presentes na tabela 2, se observarmos a população rural do Estado de São Paulo, houve um decréscimo desse contingente se comparado à população total. De 19,7% em 1970 para 6,6% em 2000. Mesmo apresentando uma taxa de urbanização alta, já em 1970 (80,3%), houve um aumento da mesma no período compreendido até 2000 (93,4%), na definição oficial de urbano.

Como dissemos anteriormente essa taxa de urbanização não é homogênea, ela não revela a realidade da maioria dos municípios de São Paulo, ressaltando-se que esses dados refletem geralmente como se comporta uma grande cidade, uma metrópole, no caso das capitais e outros centros urbanos considerados como de médio porte, que influem no resultado do estado. Essa taxa de 93,4% seria então uma ilusão de números. Quando nos deparamos com dados mais detalhados, por exemplo, das mesorregiões geográficas, que já nos apontam para termos uma clara noção dessa ilusão, entendemos melhor ainda a diversidade dos municípios paulistas, lembrando mais uma vez que nos estamos referindo ao estado mais rico e industrializado do país. Assim, mesmo com diferenças entre suas mesorregiões, ainda apresenta uma taxa de urbanização mais alta que outros estados brasileiros. Veja a tabela 3.

Tabela 3 – População residente, segundo situação do domicílio e mesorregiões geográficas – São Paulo – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	NÚMERO			%		
	<i>Total</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>	<i>Total</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>
Marília	418.121	376.993	41.128	100,0	90,1	9,9
Litoral Sul Paulista	424.297	332.583	91.714	100,0	78,3	21,7
Assis	517.504	455.543	61.961	100,0	88,0	12,0
Araçatuba	635.539	580.749	54.790	100,0	91,3	8,7
Araraquara	719.326	666.000	53.326	100,0	92,5	7,5
Itapetininga	748.748	578.330	170.418	100,0	77,2	22,8
Presidente Prudente	803.785	684.886	118.899	100,0	85,2	14,8
Piracicaba	1.218.951	1.142.790	76.161	100,0	93,7	6,3
Bauru	1.309.586	1.206.585	103.001	100,0	92,1	7,9
São José do Rio Preto	1.420.864	1.263.506	157.358	100,0	88,9	11,1
Vale do Paraíba Paulista	1.992.110	1.851.900	140.210	100,0	92,9	7,1
Ribeirão Preto	2.104.374	1.991.468	112.906	100,0	94,6	5,4
Macro Metropolitana Paulista	2.250.585	1.961.201	289.384	100,0	87,1	12,9
Campinas	3.271.634	3.066.603	205.031	100,0	93,7	6,3
Metropolitana de São Paulo	19.196.979	18.433.714	763.265	100,0	96,0	4,0
Total:	37.032.403	34.592.851	2.439.552	100,0	93,4	6,6

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

A partir da tabela 3, podemos observar algumas diferenças territoriais entre as mesorregiões: duas delas apresentam uma população rural bastante significativa, bem acima da média do estado: Itapetininga e Litoral Sul Paulista. Há uma população rural bastante significativa, mesmo no predomínio da população urbana. Temos mais quatro mesorregiões também apresentando uma participação da população rural, mesmo que inferior às duas anteriores, mas ainda superior à média estadual: Presidente Prudente, Macro Metropolitana Paulista, Assis, São José do Rio Preto e Marília. Algumas mesorregiões se aproximam da média estadual, como é o caso de: Araçatuba, Bauru, Araraquara, Vale do Paraíba Paulista, Campinas e Piracicaba. E duas mesorregiões se destacam apresentando uma menor participação da população rural: Metropolitana de São Paulo e Ribeirão Preto. Interessante destacar também que juntas, essas duas mesorregiões somam mais de 21,3 milhões de habitantes em áreas urbanas, equivalente a 58% da população urbana total do estado.

Não há também nos dados apresentados uma relação entre a taxa de urbanização com o tamanho populacional. Se compararmos as mesorregiões de Itapetininga com Araraquara verificamos que suas populações mesmo apresentando

uma população total equivalente, apresenta nos uma população rural bem distante. Itapetininga, com 22,8%, e Araraquara, 7,5%. As mesorregiões Macro Metropolitana Paulista e São José do Rio Preto, juntas correspondem a um total de mais de 3,2 milhões de pessoas em áreas urbanas, acumulando 9% do total do estado, apresentam maior proporção de população rural (12%) do que a média estadual (6,6%).

E por fim a mesorregião de Ribeirão Preto (a quarta em população), mas que apresenta o segundo menor índice de população rural, só perdendo para a mesorregião Metropolitana de São Paulo, ultrapassando Campinas em sua taxa de urbanização, 5,4%.

Analisando então os dados da tabela 3, observa-se um panorama diferente do que foi apresentado na tabela 1. A distribuição da população por mesorregiões nos permite perceber o rural e o urbano paulista e também identificá-los territorialmente. Devemos questionar a definição de um Estado de São Paulo urbano e definir as mesorregiões que tenham este perfil.

E na seqüência da análise vamos além, quando a localização territorial desse rural é ainda ocultado, precisando diluir a mesorregião em unidades menores, que são as microrregiões e municípios. Com isso podemos pensar as diferenças regionais e entre os municípios paulistas.

Observaremos o tamanho populacional dos municípios que integram as mesorregiões, para identificar se há homogeneidade em seus tamanhos. Com o auxílio dos dados do Censo Demográfico 2000 podemos verificar que a quantidade de municípios com população até 20 mil habitantes chega a ser expressivo, atingindo 63,9% dos municípios paulistas.

A tabela 4 mostra que existe uma diversidade entre os municípios de uma mesma mesorregião, revelando outros resultados diferentes daqueles mostrados na tabela 3. Os dados da tabela 4 revelam o número e percentual de municípios no interior de cada mesorregião paulista.

Tabela 4 – Municípios, segundo classes de tamanho populacional e mesorregiões geográficas – São Paulo – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	MUNICÍPIOS									
	Classes de tamanho populacional									
	Total		Até 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		+ 100 mil	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Marília	20	100,0	16	80,0	2	10,0	1	5,0	1	5,0
Litoral Sul Paulista	17	100,0	9	53,0	5	29,4	3	17,6	-	-
Assis	35	100,0	28	80,0	5	14,3	2	5,7	-	-
Araçatuba	36	100,0	28	77,8	4	11,1	3	8,3	1	2,8
Araraquara	21	100,0	13	61,9	5	23,8	1	4,8	2	9,5
Itapetininga	36	100,0	25	69,5	8	22,2	2	5,5	1	2,8
Presidente Prudente	54	100,0	41	75,9	12	22,2	-	-	1	1,9
Piracicaba	26	100,0	16	61,5	5	19,2	1	3,9	4	15,4
Bauru	56	100,0	40	71,5	10	17,9	3	5,3	3	5,3
São José do Rio Preto	109	100,0	99	90,8	6	5,6	2	1,8	2	1,8
Vale do Paraíba Paulista	39	100,0	22	56,4	6	15,4	6	15,4	5	12,8
Ribeirão Preto	66	100,0	41	62,1	17	25,9	5	7,5	3	4,5
Macro Metropolitana Paulista	36	100,0	14	39,0	9	25,0	8	22,2	5	13,8
Campinas	49	100,0	17	34,7	16	32,7	9	18,4	7	14,2
Metropolitana de São Paulo	45	100,0	3	6,7	7	15,6	8	17,7	27	60,0
Total:	645	100,0	412	63,9	117	18,1	54	8,4	62	9,6

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

Buscando verificar se há uma homogeneização com relação ao tamanho dos municípios que compõem as mesorregiões, buscamos, nos dados do Censo Demográfico 2000, ver como se distribuem os municípios segundo seu tamanho populacional.

Observamos que há uma concentração da população das mesorregiões paulistas nos pequenos municípios. E notamos que, nas sete mesorregiões citadas anteriormente, há uma taxa acima da média estadual da população rural, a população está concentrada em pequenos municípios com até 20 mil habitantes em pelos menos uma delas, a de São José do Rio Preto, mas, também em Assis e Presidente Prudente há uma divisão da população entre os pequenos e médios municípios.

Apenas em duas mesorregiões: Litoral Sul Paulista e Macro Metropolitana de São Paulo, apesar de apresentarem uma maior população rural, não há uma expressiva concentração nos pequenos municípios e temos uma situação inversa na mesorregião de Araçatuba, que apresenta uma taxa de urbanização semelhante à

do estado, sendo não concentrando sua população, pelo menos dividindo-a nos pequenos municípios, como podemos observar na tabela 5.

Na mesorregião de Ribeirão Preto, que apresenta a segunda maior taxa de urbanização do estado segundo os critérios do IBGE, não há uma concentração expressiva da população em médios e grandes municípios. Um percentual interessante de 17% e 25% nos municípios de até 20 e 50 mil respectivamente, principalmente quando comparamos com a mesorregião de Campinas, que apresenta a terceira maior taxa de urbanização e tem sua população ocupando apenas 5% dos pequenos municípios, e 17% daqueles até 50 mil. Veja tabela 5:

Tabela 5 – Municípios, segundo classes de tamanho populacional e mesorregiões geográficas – São Paulo – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	MUNICÍPIOS E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO									
	Classes de tamanho populacional									
	Total		Até 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		+ de 100 mil	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Marília	20	100,0	16	22%	2	15%	1	15%	1	47%
Litoral Sul Paulista	17	100,0	9	27%	5	32%	3	42%	0	0%
Assis	35	100,0	28	34%	5	31%	2	35%	0	0%
Araçatuba	36	100,0	28	25%	4	16%	3	32%	1	27%
Araraquara	21	100,0	13	14%	5	24%	1	10%	2	52%
Itapetininga	36	100,0	25	26%	8	33%	2	24%	1	17%
Presidente Prudente	54	100,0	41	34%	12	42%	0	0%	1	24%
Piracicaba	26	100,0	16	12%	5	12%	1	7%	4	70%
Bauru	56	100,0	40	18%	10	18%	3	13%	3	50%
São José do Rio Preto	109	100,0	98	42%	7	19%	2	5%	2	35%
Vale do Paraíba Paulista	39	100,0	22	9%	6	9%	6	22%	5	60%
Ribeirão Preto	66	100,0	42	17%	17	25%	4	16%	3	43%
Macro Metropolitana Paulista	36	100,0	14	8%	9	13%	8	27%	5	53%
Campinas	49	100,0	17	5%	16	17%	9	18%	7	59%
Metropolitana de São Paulo	45	100,0	3	9%	7	1%	8	3%	27	96%
Total:	645	100,0	412	64%	118	18%	53	8%	62	10%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

Nas demais mesorregiões onde há um predomínio da população urbana, ela está concentrada em médios e grandes municípios.

Outra questão relevante é o número reduzido de municípios com mais de 100 mil habitantes em todas as mesorregiões, mas se destacando, por exemplo, as mesorregiões de Piracicaba, Vale do Paraíba Paulista, Araraquara e Bauru, cujas populações representam 70%, 60%, 52% e 50% respectivamente, e Marília com

apenas um município de mais de 100 mil habitantes correspondendo a 47% de sua população, conforme a tabela 5.

A partir dos dados acima podemos visualizar a distribuição da população do Estado de São Paulo e constatar como o mito das médias oculta outra realidade. Do total da população paulista, 72% habitam municípios com mais de 100 mil habitantes e apenas 8% representariam os pequenos municípios. Mas vimos que, com a análise das mesorregiões, outra realidade se mostra.

O quadro 1 nos mostra uma configuração dos municípios paulistas seguindo a tipologia utilizada na Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (2000), na qual se fundamenta a teoria de Veiga (2001).

Quadro 1 - Municípios segundo critérios de corte populacional e tipologia analítica – Estado de São Paulo – 2000

Tipologia	Critérios de corte		Municípios
	População	Densidade (hab/km ²)	
Aglomerações e centros urbanos	> 100.000		62
Ambivalentes	50.000 - 100.000		56
	< 50.000	> 80	88
Rurais I	>20.000 e <=50.000	< 80	60
Rurais II	<=20.000	< 80	379
Total			645

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Nota: Dados trabalhados pelo autor, a partir de VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Anais do XIX Encontro Nacional de Economia**, Salvador, dezembro de 2001. Disponível em: <www.fea.usp.br/professores/zeeli/>. Acesso em: 12 ago. 2008.

Ele apresenta os municípios urbanos (62 municípios); os chamados ambivalentes (144 municípios) e os rurais I e II (439), segundo a tipologia de Veiga. Considerando o corte de 20 mil habitantes têm-se 60 municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes e até 20 mil são 379 municípios paulistas considerados como pequenos municípios rurais.

2.1.1 - A mesorregião de Ribeirão Preto

De acordo com a divisão espacial do IBGE, a mesorregião de Ribeirão Preto abrange uma área total de 27.532.230 Km² agrupando sete microrregiões geográficas, entre elas: Barretos, Batatais, Franca, Ituverava, Jaboticabal, Ribeirão Preto e São Joaquim da Barra, totalizando 66 municípios como mostra a figura 3 e 4.



Figura 3 – Divisão do Estado de São Paulo, segundo mesorregiões geográficas e mesorregião de Ribeirão Preto. (Fonte: Edmar C. Gomes, 2010).

Com uma taxa de urbanização superior à do Estado de São Paulo, onde pelo menos dois municípios, Franca e Ribeirão Preto puxam a média para cima dentro de suas microrregiões. Somente a microrregião de Batatais apresenta uma taxa menor de urbanização de 88%, um pouco abaixo da média da mesorregião, 95%. Veja figura 4 e tabela 6:



Figura 4 – Divisão da mesorregião de Ribeirão Preto – Estado de São Paulo em microrregiões. (Fonte: Edmar C. Gomes, 2010).

Tabela 6 – População residente, segundo situação de domicílio, área e densidade demográfica e microrregiões geográficas – mesorregião de Ribeirão Preto – SP – 2000

MICRORREGIÃO	Área/Km ²	População	Dens.	Pop. Urbana	Pop. Rural	%	%
Ribeirão Preto	6.007.036	863.801	161,1	839.056	24.745	97%	3%
Jaboticabal	4.711.798	385.836	88,1	357.033	28.803	93%	7%
São Joaquim da Barra	5.570.993	190.576	37,3	178.608	11.968	94%	6%
Franca	3.439.870	350.283	115,2	329.352	20.931	94%	6%
Barretos	2.716.826	126.531	49,3	117.865	8.666	93%	7%
Batatais	3.089.243	97.801	34,5	86.289	11.512	88%	12%
Ituverava	1.996.464	89.546	48,6	83.265	6.281	93%	7%
Total:	27.532.230	2.104.374	84,4	1.991.468	112.906	95%	5%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

No momento atual, a mesorregião de Ribeirão Preto se destaca como uma liderança no Estado de São Paulo no setor agropecuário, se compararmos com outros espaços territoriais brasileiros.

De acordo com Elias (2003), é a região com maior densidade técnica do Brasil. O conjunto de riquezas naturais herdadas com os investimentos realizados nesse espaço foram os responsáveis por uma grande acumulação de capital. Alguns elementos são fundamentais para entendermos a modernização agrícola na mesorregião de Ribeirão Preto, como herança da produção cafeeira, implementação

de políticas públicas, com o objetivo de modernizar a agricultura a partir de 1960, e a criação do Proálcool¹⁴, já na década de 1970.

A região já despontava como grande produtora de café do estado em fins do século XIX. Com essa produção de café, houve um aperfeiçoamento nas redes de infra-estruturas, principalmente com as ferrovias, bancos e investimentos em capitais fixos.

Importante também para o processo de modernização agrícola, sem dúvida, foi o capital adquirido das exportações de café, que conseqüentemente foram investidos em implementos agrícolas e instrumentos modernos, que vão contribuir para um aumento da produção.

No período posterior à crise de 1929, houve um declínio de toda a produção cafeeira no Estado de São Paulo, exceto em Franca, onde a queda não se apresentou como nos outros municípios da região no período de 1920 a 1950.

Com o café deixando de ser o principal produto de exportação, houve uma diversificação na produção regional, mas ressaltando que isso só aconteceu devido à acumulação de capital oriunda das exportações de café.

Outros elementos estão presentes nas décadas de 1960 e 1970 que aceleram todo esse processo de modernização: políticas públicas governamentais, como o financiamento rural. Nessa mesma década, tornam-se vigentes também o Estatuto do Trabalhador Rural¹⁵ e o Estatuto da Terra¹⁶.

Com a crise do petróleo em meados de 1970, o governo cria o Proálcool, objetivando estimular a produção do álcool para substituir a gasolina. Houve um incentivo aos produtores da região para que aumentassem a produção da cana-de-açúcar através de subsídios, fazendo com que a mesma se beneficiasse do

¹⁴ O Programa Nacional do Álcool, o Proálcool foi um programa do governo brasileiro que visava substituir em larga escala os combustíveis derivados do petróleo. Após a crise do petróleo em 1973, o governo, então ocupado pelos militares, inicia o financiamento do programa a partir de 1975.

¹⁵ Lei 4.214 de 1963, que definiu as categorias de trabalhador rural e empregador rural, regulamentando as relações de trabalho no campo e impondo a obrigatoriedade do cumprimento dos direitos trabalhistas (essa conquista já estava avançada no meio urbano), pelo empregador rural. Esta lei acabou por ser superada pela aprovação da Lei 5.589/73 – Legislação Trabalhista/Normas de regulamentação do trabalho rural – e também pelo Decreto-Lei 73.626/74 – que regulamentava as relações individuais e coletivas do trabalho rural. A Constituição Federal de 1988 não permitiu diferenciação entre trabalhador rural e urbano, ambos possuem os mesmos direitos trabalhistas.

¹⁶ A Lei 4.504, de 1964 foi criada pelo governo militar, de certa forma para conter os movimentos sociais no campo e disciplinar o uso, a ocupação e as relações fundiárias no país.

programa. Data desse período o florescimento dos grandes Complexos Agroindustriais, com suas usinas e destilarias, pois todo o crédito estatal concedido à produção do álcool o foi praticamente a fundo perdido, segundo Andrade (1998b).

Algumas contradições surgem com o processo de modernização agrícola na mesorregião de Ribeirão Preto. Ocorre um processo de urbanização acelerada, decorrente do surgimento de cidades que terão funções reguladoras de atividades do campo conforme Elias (2003), estas se caracterizam como “cidades do campo”.

Esse processo de urbanização da região é então, intrínseco às atividades agropecuárias, que serão determinantes na expansão das cidades, que passam a oferecer serviços para favorecer as atividades do campo. Elias (2003) se refere ainda a essa urbanização como concentrada e aglomerada, quando a população se desloca para as cidades, como podemos constatar nos dados apresentados anteriormente na tabela 6.

Elias constata, então que, na região de Ribeirão Preto,

a modernização agropecuária não provocou mudanças apenas no espaço rural da região, visto que foi determinante para o desenvolvimento dos demais setores econômicos, seja industrial, comercial ou de serviços, tanto públicos quanto privados. A economia urbana cresceu paralelamente à modernização da agricultura, respondendo com presteza as suas necessidades. (ELIAS, 2003, p. 370).

Mesmo com o crescimento dos municípios com mais de 20 mil habitantes, entre 1960 e 2000, houve um aumento desses municípios somente na microrregião de Ribeirão Preto, enquanto nas demais microrregiões predominam os pequenos municípios de até 20 mil habitantes, como podemos visualizar na tabela 7.

Tabela 7 – Municípios, segundo classes de tamanho populacional e microrregiões geográficas – mesorregião de Ribeirão Preto – São Paulo - 2000

MESORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO	MUNICÍPIOS									
	Classes de tamanho populacional									
	Total		Até 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		+ de 100 mil	
Microrregiões	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Barretos	3	100,0	2	70,0	-	-	-	-	1	30,0
São Joaquim da Barra	9	100,0	5	60,0	4	40,0	-	-	-	-
Ituverava	5	100,0	3	60,0	2	40,0	-	-	-	-
Franca	10	100,0	9	90,0	-	-	-	-	1	10,0
Jaboticabal	17	100,0	11	60,0	3	20,0	3	20,0	-	-
Ribeirão Preto	16	100,0	7	40,0	7	40,0	1	10,0	1	10,0
Batatais	6	100,0	4	70,0	1	15,0	1	15,0	-	-

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

Mas se pensarmos na concentração populacional na mesorregião de Ribeirão Preto, veremos que houve sim nesse mesmo período um deslocamento da população para municípios com mais de 20 mil habitantes, conforme podemos verificar na tabela 8:

Tabela 8 – Municípios segundo classes de tamanho populacional e mesorregião de Ribeirão Preto – São Paulo - 2000

MESORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO	MUNICÍPIOS E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO									
	Classes de tamanho populacional									
	Total		Até 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		+ de 100 mil	
MICRORREGIÃO	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Barretos	3	100,0	2	18%	0	0%	0	0%	1	82%
Batatais	6	100,0	4	26%	1	21%	1	52%	0	0%
Franca	10	100,0	9	18%	0	0%	0	0%	1	82%
Ituverava	5	100,0	3	31%	2	69%	0	0%	0	0%
Jaboticabal	17	100,0	11	22%	3	27%	3	50%	0	0%
São Joaquim da Barra	9	100,0	5	28%	4	72%	0	0%	0	0%
Ribeirão Preto	16	100,0	7	8%	7	22%	1	11%	1	58%
Total:	66	100,0	41	62%	17	26%	5	8%	3	5%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos – Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

Fazendo uma análise da mesorregião de Ribeirão Preto, aplicando também a tipologia proposta por Veiga (2001), teremos o seguinte resultado como mostra o quadro 2.

Quadro 2 - Municípios segundo critérios de corte populacional e tipologia analítica – mesorregião de Ribeirão Preto – São Paulo – 2000

Tipologia	Critérios de corte		Municípios
	População	Densidade (hab/km ²)	
Aglomerações e centros urbanos	> 100.000		3
Ambivalentes	50.000 - 100.000		5
	< 50.000	> 80	11
Rurais I	>20.000 e <=50.000	< 80	7
Rurais II	<=20.000	< 80	40
Total			66

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Nota: Dados trabalhados pelo autor, a partir de VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Anais do XIX Encontro Nacional de Economia**, Salvador, dezembro de 2001. Disponível em: <www.fea.usp.br/professores/zeeli/>. Acesso em: 12 ago. 2008.

O quadro 2, apresenta segundo a tipologia de Veiga, apenas 3 municípios considerados urbanos; os ambivalentes (16); os rurais I e II (47), respeitando o corte

sempre de 20 mil habitantes. Com esse corte, temos 7 municípios com população entre 20 e 50 mil; e com população até 20 mil são 40 municípios que, segundo a tipologia utilizada, podem ser considerados como pequenos municípios rurais. Eles representam 67% dos municípios da região. Se somados os rurais I e II, eles somam 78% dos municípios.

Assim a relação cidade-campo ganha mais complexidade, no interior dessa mesorregião, tendo a cidade como centro regulador de atividades agropecuárias, pois reúne uma totalidade de serviços capazes de facilitar a produção. E o campo também se especializando (insumos, mão de obra) cada vez mais, acelera o crescimento do setor terciário.

2.1.2. - A microrregião de Franca: uma região de pequenos municípios

A microrregião de Franca corresponde atualmente a uma subdivisão dentro da mesorregião de Ribeirão Preto, localizada na parte nordeste do Estado de São Paulo, tendo suas origens no antigo caminho das minas de Goiás. É formada por dez municípios: Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jariquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista. Observe o mapa ilustrando a microrregião conforme figura 5.

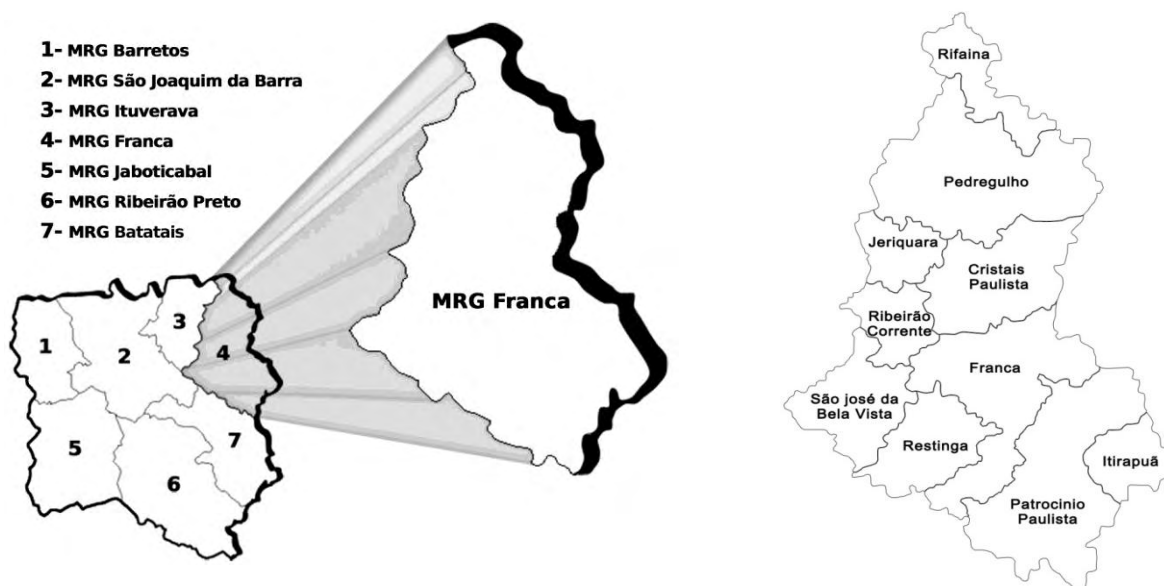


Figura 5 – Divisão da Mesorregião de Ribeirão Preto e Microrregião de Franca – Estado de São Paulo. (Fonte: Informativo Sistema Agroindustrial Integrado (SAI), 2008, alterado por Edmar C. Gomes, 2010).

Se analisarmos a evolução de sua população desde a década de 1970 até 2000, percebemos que não foi diferente do que ocorreu no Estado de São Paulo, houve um decréscimo significativo da população rural principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, mas que diminuiu nas décadas seguintes, chegando ao menor índice em 2000, acompanhando também a tendência do Estado.

Pode-se verificar através da comparação entre as tabelas 2 e 9:

Tabela 9 – População residente, segundo situação do domicílio e microrregião de Franca – Estado de São Paulo – 1970-2000

Anos	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Total	Urbana	Rural	Total %	Urbana %	Rural %
1970	149.030	107.513	41.517	100	72,1	27,9
1980	199.605	171.017	28.588	100	85,7	14,3
1991	288.135	264.193	23.942	100	92%	8%
2000	350.283	329.462	20.821	100	94%	6%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

A história da região denominada aqui microrregião de Franca está intimamente ligada à história de Minas Gerais. Desde a época da mineração, que marcou profundamente a economia mineira, ocorreu um desenvolvimento da pecuária e da produção de alimentos, fazendo com que Minas Gerais se transformasse, no início do século XIX, num grande mercado abastecedor de alimentos. Com a mineração em crise e a necessidade de grandes áreas para a criação extensiva de gado, os mineiros, informados de terras férteis em regiões onde hoje se localiza o triângulo mineiro e o chamado nordeste paulista, em que parte está ocupada pela região de Franca, mudaram com suas famílias interessados em criar em terras paulistas. Foi do sul de Minas¹⁷ e da Comarca do Rio das Mortes que se deu uma corrente migratória em finais do século XVIII, responsável pelo desenvolvimento de uma extensa área, que do município de Franca, fundado em 1824, originaram, no decorrer dos anos, diversos desmembramentos, que deram

¹⁷ A emancipação de Campanha, desmembrada de São João Del Rei, é que dá início ao que conhecemos hoje como Sul de Minas. A partir de 1789 os núcleos principais do município foram Baependi, Jacuí, Pouso Alegre, Itajubá, São Gonçalo do Sapucaí e Lavras, que no início do século XX se desmembram em outros municípios através de leis estaduais promovendo constantes divisões administrativas. Surgem Liberdade, Pouso Alto. Jacuí é dividido em Passos, São Sebastião do Paraíso e Monte Santo. Pouso Alegre, divide-se em Caldas, Cabo Verde, Alfenas e Poços de Caldas.

origem a dezenas de cidades paulistas.

Esta penetração da capitania de São Paulo por colonos de Minas Gerais, então em início, se acentuaria para o futuro, quase todos os núcleos povoados desta região, e formados na primeira metade do século XIX são de origem mineira: Franca, Ribeirão Preto, São Simão, Descalvado, São João da Boa Vista e outros. (PRADO JR., p. 72, 2004).

A região então conhecida como Sertão do rio Pardo ou “Belo Sertão de Goiás”, localizada entre os rios Pardo e Grande, já havia, mesmo antes dos primeiros migrantes mineiros, sido ocupada por paulistas desde o século XVIII, que foram se fixando às margens do caminho conhecido também como *caminho de Goyaz* ou “Estrada dos Goiasés”. Quando os primeiros entrantes mineiros chegaram, à terra, mesmo que em número reduzido, esta já estava habitada. Esse caminho fora aberto por bandeirantes, transformando essa rota na principal ligação entre a região litorânea paulista e o Centro-Oeste. (CHIACHIRI FILHO, 1986).

O mapa abaixo, retratado pela figura 6, mostra o caminho seguido por Burchell na viagem de Santos a São Paulo, até Goiás Velha, executado por Eduardo Canabrava Barreiros.

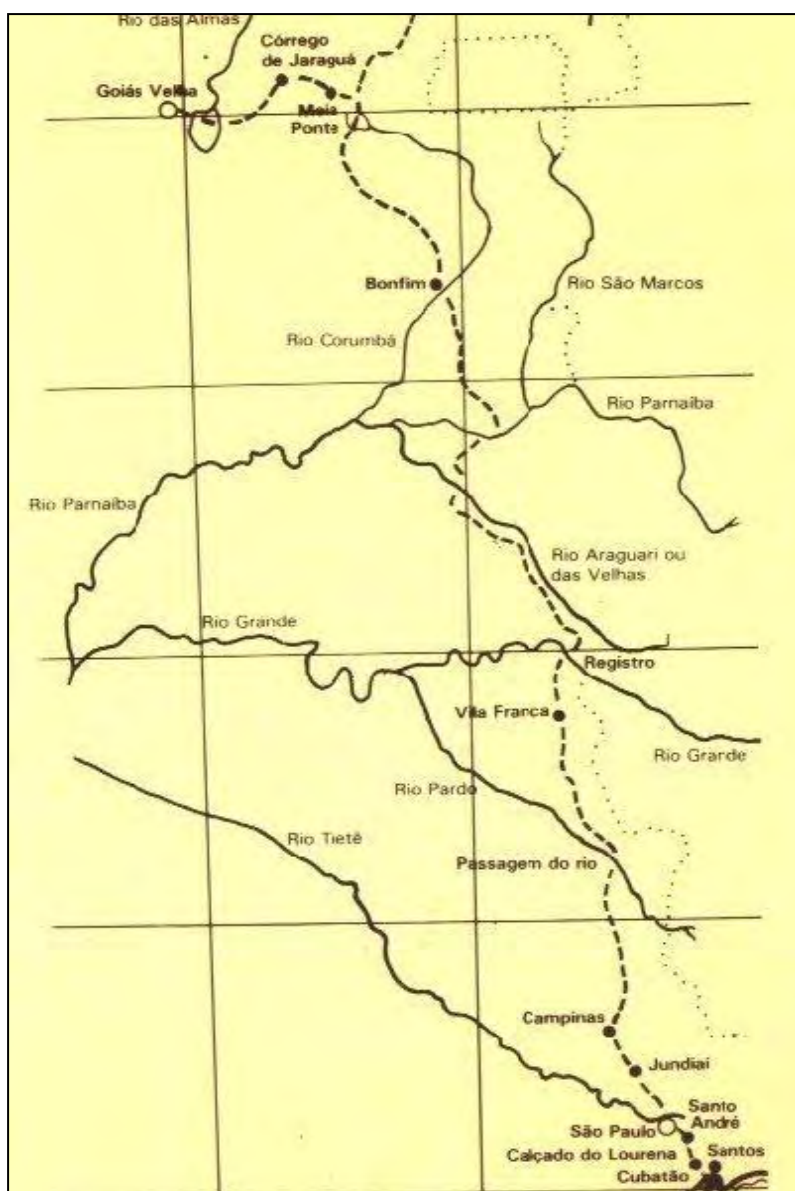


Figura 6 – Localização da Vila Franca e o caminho dos goiases, 1826. (Fonte: http://www.francasite.com/museu_virtual/localizacao.html).

Segundo a historiografia, a região, durante a primeira metade do século XIX recebeu um grande contingente de migrantes mineiros, responsáveis por trazer a tradição da pecuária para terras paulistas.

Chamados de *entrantes* mineiros, de acordo com Lucila Reis Brioschi, a região que compreendia as antigas vilas de Casa Branca, Batatais e Franca foram habitadas por esses *entrantes* mineiros. Apesar de a região ter sido habitada inicialmente por paulistas, a migração do século XIX foi predominantemente mineira. Até 1820, por volta de três quartos dos habitantes do antigo Sertão do rio Pardo eram oriundos de Minas Gerais (BRIOSCHI, 1995, p. 87).

Ao entrarem em terras paulistas

pela vila de Jacuí ou pelo arraial do Desemboque, fundaram em um primeiro momento o arraial de Franca. Continuaram em direção sul e sudoeste, cruzando o Sapucaí-Mirim, estabelecendo núcleos de povoamento que deram origem a Santana dos Olhos d'Água e São José do Morro Agudo. (BRIOSCHI, 1995, p. 116-117).

A população mineira se tornou predominante no local, a partir das primeiras décadas do século XIX e trouxe consigo alguns hábitos, costumes e práticas, como a criação de gado bovino, que acaba se tornando a principal atividade econômica praticada nessas terras durante este século. Como era pequeno o número de vacas, os campos de boa qualidade permaneciam pouco povoados, cenário que não se modificou muito ao longo do século XIX, ainda mais que a população local demonstrou uma preferência por consumir a carne de vaca.

Essa atividade não representava grandes negócios, pois do comércio de gado, ocorrido na região, boa parte dos bois e vacas vinham de outras regiões (Mato Grosso, Goiás, região atual do Triângulo Mineiro). A região de Franca na verdade, se firmava como um entreposto comercial, pois se mantinha com uma criação ainda de pouco vulto, caracterizando até aqui a atividade pecuária

Havia um custo para essa atividade, como construir as instalações apropriadas para desenvolver a criação (barracões, currais, etc.)

Outro produto necessário para a criação de gado era o sal. Esse vinha de locais mais distantes, onde seu comércio exigia uma troca de produtos excedentes produzidos na região. O que se produzia de excedente, geralmente, ia para Campinas em carros de boi, retornando à região com cargas de sal posteriormente distribuídas em outras localidades. (TOSI, 1999).

Outra criação era a de cavalos, que, mesmo em pouca quantidade, era utilizada para o transporte. Lembrando, que toda a produção e a atividade desenvolvida nesse local sempre foi em pequena escala, pois a região não teve grandes proprietários de terras e fazendeiros como tiveram outras regiões, onde o investimento em determinada produção era alto.

Na primeira metade do século XIX, a criação se torna a principal atividade dos moradores da vila de Franca. Verifica-se que dentre os diversos animais criados na

região de Franca, os bovinos eram maioria, alcançando 76,7% de todo o rebanho registrado. (OLIVEIRA, 2006).

Celso Furtado constata, ao analisar as atividades agrícolas do Nordeste, que os grandes proprietários rurais tinham acesso às terras por meio da compra, acesso público, ou pela violência, mantendo uma agricultura competitiva. Dessa forma, ao produzirem em grande escala para exportação, desalojava as antigas atividades rurais, que era a pecuária extensiva e a agricultura familiar praticada em pequenas propriedades e as expulsava para o interior, Furtado (2004). Nesse contexto, a pequena propriedade não conseguia concorrer com a grande propriedade, submetendo-se, ao cultivo de produtos de subsistência e ao domínio do capital mercantil. Furtado (1972), alerta que esse fato não ocorreu somente no Nordeste, mas também reproduziu-se nas lavouras de café do Sudeste.

A propriedade, na microrregião de Franca, era pequena e o investimento que se fazia também. Pode-se mencionar uma produção modesta de artigos basicamente para o consumo, como tecidos grosseiros, frutos da criação, de alguns carneiros, produtos de couro confeccionados artesanalmente. Era parte dessa produção que se compunham as trocas com o sal, que necessitavam para a criação de gado. Em meados do século XIX são encontrados diamantes na região, mas como as consequências da atividade, como aumento populacional, pessoas que viriam somente para enriquecer, invasões de terra diante da quantidade de pedras, não compensou investir na atividade.

A agricultura, apesar de contar com um clima favorável, com técnicas ainda bem rudimentares já na segunda metade do século, por volta de 1870. Os produtos cultivados nessa época eram o arroz, o feijão e também a mandioca, mas se destacando na paisagem as plantações de milho, que era consumido por outro produto que tinha grande importância comercial no mercado local, o porco. Além dos porcos comercializados vivos com o Rio de Janeiro, era feito toucinho, que se destinava a Campinas e região.

A criação de porcos chega a alcançar 80% das propriedades rurais da região de Franca e os poucos engenhos de cana, ainda movidos por força animal existentes no início do século XIX, produziam somente para o sustento das famílias, o que gerava uma preocupação, pois a cana-de-açúcar, o algodão e o café surgem como perspectivas de maiores rendimentos. Somente por volta de 1870, houve uma

melhoria no incremento de novos engenhos movidos pela força da água, proporcionando aos proprietários um lucro maior.

Nas margens do rio Grande, era cultivado o algodão em quantidade razoável. Além de produzirem tecidos para suprir a localidade, também vendiam para outras localidades algumas varas de algodão, portanto esse produto também nunca se tornou uma exclusividade de nenhum produtor, não havendo com isso, grandes necessidades de investimentos.

O café, produzido na região nessa mesma época, foi tido como admirável, mas alguns fatores naturais, como a vasta vegetação que crescia em época de chuva, poucos trabalhadores na localidade, faziam com que suas plantações fossem eventuais. Essa lavoura só viria a crescer no início da década de 1880.

A maior dificuldade encontrada para desenvolver as plantações de café nesse local era um costume antigo de produzir no interior de suas propriedades tudo o que julgassem necessário para o sustento de suas famílias. Dentro de cada fazenda produzia-se o café que surgia, cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho, algodão, criava seus porcos, as vacas. Todas essas atividades coexistiam no interior da fazenda, além do que ainda produzem o leite, o queijo, rapadura, farinha, carne, tecidos, com um número reduzido de trabalhadores. Com relação à mão de obra, era composta pelos próprios mineiros que se instalaram no local e poucos escravos existentes em algumas propriedades. Segundo Carvalho (1963, p. 71):

A primeira vantagem da fazenda mista está no estrume gratuito para adubar as plantações. Vem em seguida a possibilidade de rotação de pastos e a produção in loco do alimento do gado que faz baixar o custo do leite, da manteiga, do toucinho, dos capados e novilhos de corte; avoluma o lucro na venda dos animais e dos produtos da pecuária. A diversidade das produções assegura, sem dúvida, o equilíbrio econômico da empresa: quando uns produtos estão em baixa de cotação, outros estão em alta.

Essas práticas e procedimentos permaneceram em todas essas atividades por longo tempo. Os hábitos e as técnicas para realizar as atividades nos remetem aos primeiros povoadores da região em questão.

Ainda que a antiga vila de Franca estivesse já com suas ruas delimitadas, até a chegada da grande lavoura cafeeira e da ferrovia, no final do século XIX, o que se percebia era que em vários outros centros urbanos recém-criados, os limites entre o

núcleo urbano inicial e a área rural eram frágeis. O modo de vida rural marcava o cotidiano das pessoas.



Figura 7 – Plataforma da Estação da Mojiana – Franca, 1910. (Fonte: acervo do Museu da Companhia Paulista - Jundiáí-SP).

A Companhia Estrada de Ferro Mogiana¹⁸, organizada de início com a participação do capital dos grandes fazendeiros do vale do Jaguari e do Mogiguaçu, em 1880 tomava emprestadas no mercado financeiro de Londres, 483.700 libras. O primeiro projeto da ferrovia visava atingir apenas Mogi-Mirim, sendo em seguida modificado: os trilhos alcançaram Casa Branca (1878), São Simão (1880), Ribeirão Preto (1883), Franca (1887) e as margens do rio Grande em 1888. Em 1896, a ferrovia alcançou Araguari, cidade mineira do Triângulo, com o projeto de ligar o território goiano ao porto de Santos, projeto não executado pela Companhia (BORGES, 1990). Ver figura 8.

¹⁸ As referências encontradas desta companhia foram: Mogyanna, Mogiana e Mogyana . Optamos pela escrita atual “Mojiana”, de acordo com o “Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa”: MOJIANO: (1) *Adj.* Relativo ou pertencente à região servida pela Estrada de Ferro Mojiana (SP a MG). (2) *Adj.* De, ou pertencente ou relativo a Moji das Cruzes (SP). (3) *Adj.* De, ou pertencente ou relativo a Mojimirim (SP). (FERREIRA, 2009).

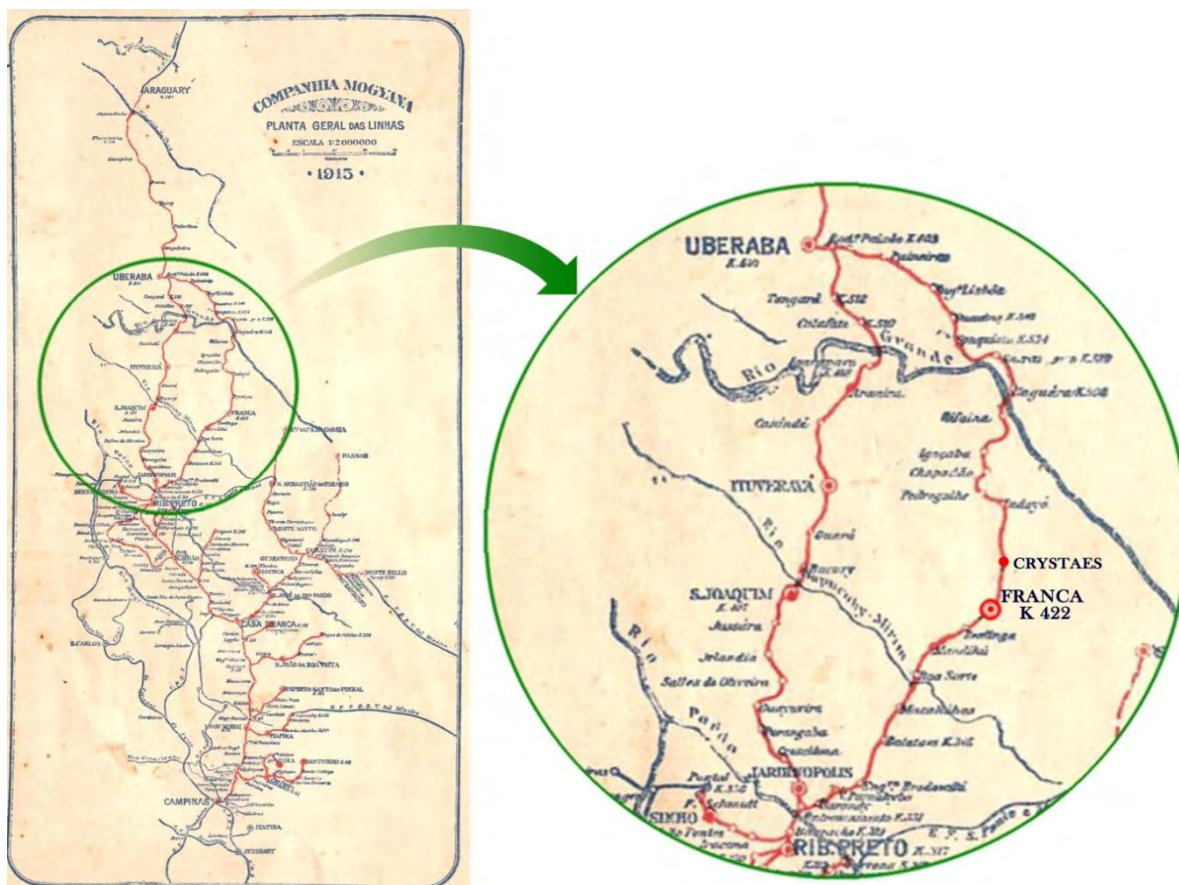


Figura 8 – A expansão da estrada de ferro da Mojiana e em destaque: Franca e o Distrito de Crystaes, 1913. (Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP), trabalhado por Edmar C. Gomes, 2010).

De acordo com Sérgio Buarque, vários traçados dos trilhos ferroviários seguiram os antigos caminhos de índios e bandeirantes. Isso ocorreu na região de estudo, pois no antigo caminho do gado e do sal, a estrada de ferro se instalou e a partir dela posteriormente seria feito o traçado das rodovias. (HOLANDA, 2001).

Como podemos observar em detalhe na figura 8, o antigo caminho dos goiases (ver figura 6), que ligava a vila de São Paulo às minas de Goiás, sofreu alteração no final do século XVIII. O traçado seguiu em direção a Uberaba, onde podemos ver em destaque o *districto de Crystaes*, que viria a ser o município atual de Cristais Paulista, entrando no circuito ferroviário do país.

A partir do século XIX, São Paulo entra definitivamente no cenário econômico do Império como exportador, inicialmente de açúcar e, logo depois, de café.

A região de Franca, inserida nas chamadas novas zonas cafeeiras paulista, acaba por se tornar durante o século XIX uma das últimas a produzir em grande escala o café, sem jamais ter sido exportadora de açúcar.

Nada sofrera alteração desde que os primeiros mineiros chegaram. O território (ver figura 9), os costumes, a economia, quase nada se alterou. Somente em 1839 ocorre o primeiro desmembramento territorial do município de Franca. Após esse, outras divisões só vão acontecer em 1873 e 1886 (ver figura 10). O que vai realmente alterar a paisagem regional serão a plantação de café em larga escala, a chegada da estrada de ferro e a imigração europeia, nas duas últimas décadas do século XIX.



Figura 9 - Municípios existentes no nordeste paulista em meados do século XIX - (Franca (1821), Batatais (1839) e Casa Branca (1841). Fonte: mapa adaptado a partir de: BACELAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis, (Orgs.) e Na Estrada do Anhangüera: Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 18 e 84, trabalhado por Edmar C. Gomes, 2010).

Dos municípios que compõem essa microrregião, somente dois municípios: Franca e Patrocínio Paulista, foram criados no século XIX, em 1821 e 1885 respectivamente, sendo este último desmembrado de Franca, ou seja, inicialmente na região até fins do século XIX existia apenas o município de Franca. A partir da década de 20 do século seguinte, os outros municípios surgiram, tendo sempre como origem Franca, com exceção de Pedregulho, o terceiro município a ser criado desmembrando-se de Igarapava, na atual microrregião de Ituverava, conforme mostram o quadro e o mapa abaixo:

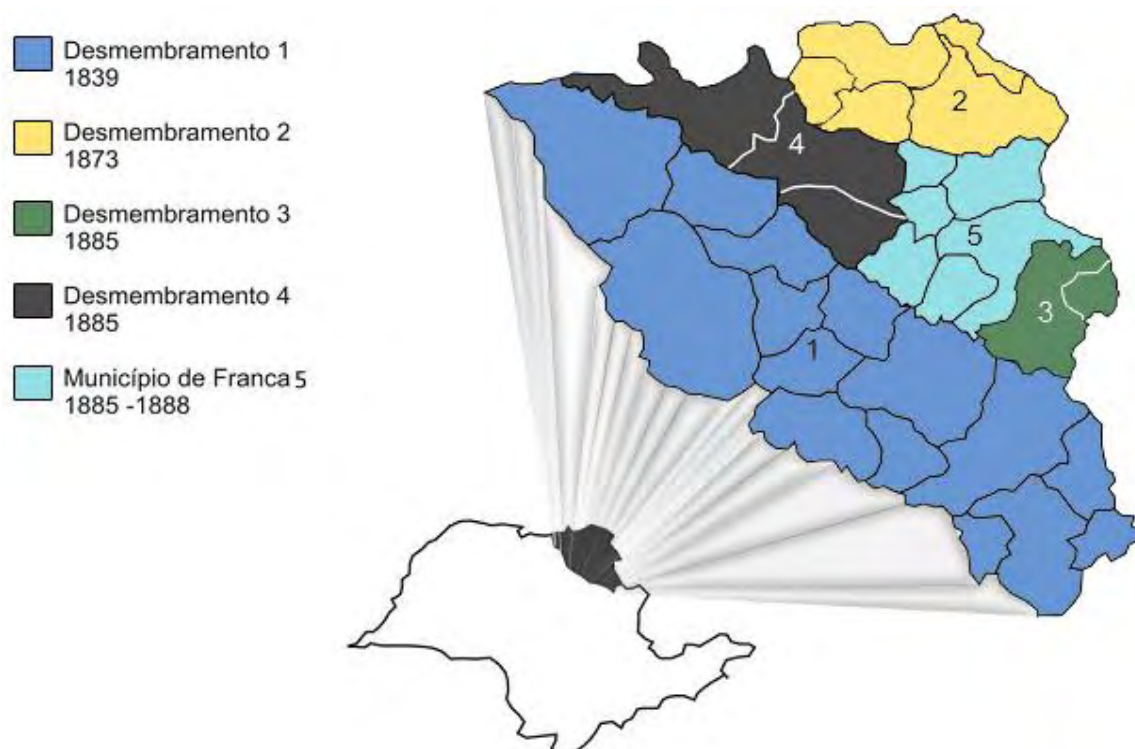


Figura 10 - Desmembramento da região de Franca. (Fonte: mapa adaptado a partir de: BACELAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis, (Orgs.). Na Estrada do Anhangüera: Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 18, alterado por Edmar C. Gomes, 2010).

O desmembramento do município de Franca teve origem com a criação do município de Batatais, em 1839. Essa área (1) indicada no mapa corresponde atualmente a quinze municípios: Batatais, Altinópolis, Cajuru, Santo Antonio da Alegria, Santa Cruz da Esperança, Cássia dos Coqueiros, Orlandia, Sales Oliveira, Nuporanga, Morro Agudo, São Joaquim da Barra, Ipuã, Guaira, Brodósqui e Jardinópolis.

Após esse primeiro desmembramento, somente em 1873 surgiu o município de Igarapava, a partir do qual foram criados posteriormente outros municípios, como Rifaina, Pedregulho, Buritzal e Aramina. (área 2 do mapa acima)

Os próximos desmembramentos (áreas 3 e 4 do mapa), ocorreram em 1885, sendo criados os municípios atuais de Patrocínio Paulista, que dará origem a Itirapuã e Ituverava, que por sua vez dará origem aos municípios de Guará e Miguelópolis.

O desmembramento final do território se restringiu ao espaço do município de Franca (área 5). Surgiram posteriormente os municípios de Restinga, Cristais

Paulista, Jeriquara, São José da Bela Vista e Ribeirão Corrente, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 3 - Municípios da microrregião de Franca: origem, data de emancipação e município de onde foi desmembrado

Município	Processo gênese do povoado	Ano de emancipação	Município de onde desmembrou
Cristais Paulista	Ferrovia	1959	Franca
Franca	Ponto de pouso	1821	Mojimirim
Itirapuã	Garimpo	1948	Patrocínio Paulista
Jeriquara	Doação terra	1964	Franca
Patrocínio Paulista	Garimpo	1885	Franca
Pedregulho	Estação ferroviária	1921	Igarapava
Restinga	Estação ferroviária	1964	Franca
Ribeirão Corrente	Ponto de pouso/doação	1964	Franca
Rifaina	Ponto de pouso	1948	Pedregulho
São José da Bela Vista	Café	1948	Franca

Fonte: Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista – BACELLAR, Carlos de A. P., BRIOSCHI, Lucila R., (Orgs.). São Paulo: Humanitas Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFLCH-USP), p. 19, 1999.

Basicamente os demais municípios surgiram a partir da década de 1950, inclusive Cristais Paulista, cuja criação data de 1959.

Todos esses municípios na verdade nasceram de pequenas comunidades que tiveram sua origem pelo menos quase um século antes. Três fatores aceleraram o povoamento desses lugares na segunda metade do século XIX: o garimpo que atraiu muitos imigrantes aos pequenos povoados; a chegada do café e da ferrovia, em 1870 e 1887 respectivamente.

2.1.2.1 - A chegada do café numa região de pequenas propriedades: a manutenção da dinâmica social e econômica

A microrregião de Franca, juntamente com todas as outras microrregiões que compõem a mesorregião de Ribeirão Preto, principalmente Ituverava, Batatais e a própria microrregião de Ribeirão Preto, sofreram, no final do século XIX, mudanças significativas em sua base produtiva com a chegada e o avanço do café, e com o advento da ferrovia. Na microrregião de Franca, isso ocorre por volta de 1885 e

1887, quando chegam os trilhos das estradas de ferro, colocando o município de Franca no circuito da cafeicultura paulista, ligando-o ao mercado externo.

Sem dúvida, a chegada do café trará uma série de mudanças na realidade sócio-econômica da região. Dentre as mudanças, a demográfica tem destaque, pois além, da corrente migratória mineira, que se torna menos contundente ao longo do século, mas, sem cessar, vindo para o antigo Sertão do rio Pardo. “Os migrantes fluminenses, paulistas, nordestinos e os imigrantes europeus, especialmente os italianos.” (BRIOSCHI, 1991, p. 53).

Em relação à ocupação territorial da região,

(...) as levas de migrantes, que definiram a ocupação do Sertão do Rio Pardo; houve, na verdade, a predominância daqueles que reuniram condições de manter um contato formal com as autoridades no sentido de se estabelecer nas melhores e mais bem-posicionadas faixas de terra. (TOSI, 1998, p. 26).

Diferentemente do que ocorreu em outras regiões que, com a expansão da cafeicultura, optaram pela continuidade da integração ao mercado externo, o processo ocorrido em Franca foi numa direção oposta. A cafeicultura ali não se tornou uma atividade monocultora, mas sim preservou as antigas culturas que serviam ao abastecimento interno. Se a cafeicultura geralmente eliminava as velhas atividades, em Franca desenvolveu-se uma produção visando o mercado local e regional. Com a chegada de mineiros, uma importante produção regional se consolida baseada na criação de gado, num sistema diversificado, auto-suficiente, e o excedente é comercializado na própria região. Isso será de suma importância nos objetivos deste trabalho, quando analisarmos a herança desse processo de preservação de velhas forças produtivas na microrregião.

Toda a produção cafeeira imprimiu uma nova dinâmica às antigas atividades, mas não as destruiu, mantendo um perfil diversificado nas unidades produtoras. A grande lavoura de café contribuiu para a formação de grandes fazendas sem alterar boa parte das pequenas propriedades. Pequenos produtores e também grandes fazendeiros não aderiram à monocultura, tentando conciliar tradição e incorporação de modernas formas de mercado. (OLIVEIRA, 2006).

Essa presença de pequenas propriedades vai ser fundamental para Franca e toda a região quando da crise do café, na década de 1930, quando ocorrerá uma queda na produção de café em todo o estado e no país. Na microrregião de Franca

ocorre uma superação dessa crise graças à manutenção de atividades paralelas ao plantio do café em pequenas propriedades e também em algumas médias e grandes, como dito acima. Podemos citar o exemplo do pequeno município de Restinga, que supera o revés da crise do café com a cultura de cereais e com a criação de gado.

Conforme observamos na tabela 10, Franca se sobressai às demais microrregiões, quando analisada a quantidade de propriedades com até 10 mil pés de café, nos anos de crise. A tabela não contempla todos os municípios das microrregiões, somente aqueles com o maior número de pequenas propriedades. Para dar maior ênfase à importância de Franca, se somarmos a quantidade de propriedades da microrregião de Batatais (427), de Ituverava (468), São Joaquim da Barra (187) e Ribeirão Preto (384), cada microrregião não superaria o município de Franca. Na tabela seguinte mostraremos como a microrregião de Franca se comportou no período anterior e posterior à crise de 1929.

Tabela 10 – Pequenas propriedades em algumas microrregiões da mesorregião de Ribeirão Preto – Estado de São Paulo – 1932-1933.

Microrregiões Municípios	Propriedades com até 10 mil pés de café	Representação sobre o total de propriedades (%)
MRG DE FRANCA*		
Franca	470	63,1
MRG BATATAIS		
Cajuru	251	74,7
Batatais	103	41,4
Altinópolis	73	46,2
MRG ITUVERAVA		
Igarapava	217	76,7
Ituverava	179	62,8
Guará	72	56,3
MRG SÃO JOAQUIM DA BARRA		
Orlândia	125	61
São Joaquim da Barra	62	48,8
MRG RIBEIRÃO PRETO		
Sertãozinho	104	55,9
Ribeirão Preto	85	39,7
Jardinópolis	71	53,4
Brodowski	67	47,9
Santa Rosa de Viterbo	57	72,2

Fonte: Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista – BACELLAR, Carlos de A. P., BRIOSCHI, Lucila R., (Orgs.). São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, 1999, baseado em “O café – estatística de produção e comércio, 1932-33”.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Para fins de nosso estudo, é bom lembrar que, até o período relativo aos dados da tabela, só existiam na microrregião de Franca os municípios de Franca, Patrocínio Paulista e Pedregulho.

A tabela 11 mostra que apenas quatro municípios da mesorregião de Ribeirão Preto não diminuíram a produção de café: Batatais, Ituverava, Franca e Pedregulho, esses dois últimos da microrregião de Franca. Isso mostra que o café se mantém como produto importante na microrregião de Franca, enquanto os outros municípios da mesorregião são obrigados a implantar uma diversificação em suas produções para superar a crise em Franca já havia essa diversificação.

Tabela 11 – Produção total de café em algumas microrregiões da mesorregião de Ribeirão Preto – Estado de São Paulo – 1920/1950 (toneladas)

Microrregiões Municípios	1920	1934	1940	1950	1950/1920	1950/1934
MRG DE FRANCA						
Franca	3.780	9.711	13.936	14.350	279,60%	47,80%
Pedregulho		3.558	3.954	4.245		19,30%
MRG BATATAIS						
Batatais	2.400	4.074	4.158	3.077	28,20%	-24,50%
MRG ITUVERAVA						
Ituverava	1.080	5.449	7.855	4.892	353,00%	-10,20%
MRG SÃO JOAQUIM DA BARRA						
São Joaquim da Barra	4.389	3.540	5.270	1.995	-54,50%	-43,60%
Orlândia	4.020	7.315	8.290	7.510	-86,80%	2,70%
MRG RIBEIRÃO PRETO						
Ribeirão Preto	8.400	15.786	10.066	3.407	-59,40%	-78,40%
São Simão	5.700	5.229	6.659	2.552	-55,20%	-51,20%
Sertãozinho	3.750	5.857	3.586	691	-81,60%	-88,20%
Jardinópolis	2.790	4.114	2.588	1.474	-47,20%	64,20%
Total do Estado	303.659	819.153	914.782	864.862	184,80%	5,60%

Fonte: Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista. BACELLAR, Carlos de A. P., BRIOSCHI, Lucila R. (Orgs.). São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, p. 166, 1999.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Atualmente a microrregião de Franca mantém a cafeicultura como principal atividade agrícola e há uma predominância de pequenos municípios. Temos nove no total, cuja população não ultrapassa 20 mil habitantes e uma expressiva participação da população rural se comparada com as demais microrregiões e mesorregiões do Estado. Consideremos que a população da microrregião está concentrada em apenas um município: 82% dessa população pertence a Franca, e apenas 18% se distribui entre os demais municípios. Veja a tabela 12.

Tabela 12 – Municípios, segundo situação de domicílio, densidade demográfica e microrregião de Franca – Estado de São Paulo - 2000

Municípios	Total	Densidade	Urbana	Rural	%	%
Cristais Paulista	6.579	16,97	3.898	2.681	59,2	40,8
Franca	287.737	473,22	282.203	5.534	98,1	1,9
Itirapuã	5.412	33,73	4.312	1.100	79,7	20,3
Jeriquara	3.280	23,24	2.510	770	76,5	23,5
Patrocínio Paulista	11.416	19,03	8.606	2.810	75,4	24,6
Pedregulho	14.994	21,38	10.909	4.085	72,8	27,2
Restinga	5.584	22,65	4.142	1.442	74,2	25,8
Ribeirão Corrente	3.881	26,15	2.939	942	75,7	24,3
Rifaina	3.325	19,36	2.866	459	86,2	13,8
São José da Bela Vista	8.075	29,13	6.967	1.108	86,3	13,7

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

Nesse ponto, é importante ressaltar como essa divisão espacial oculta a realidade, principalmente dos pequenos municípios, no caso da microrregião de Franca, onde temos esse município com uma indústria de calçado bastante desenvolvida, apresentando-se como a primeira do país, quando se trata da fabricação de calçados masculinos de couro. É preciso um alerta quando se retrata essa microrregião, pois na verdade está se mostrando a realidade basicamente de um só município, que é Franca. Por isso justamente, no caminho oposto, esse trabalho exclui Franca, e mostra como se comporta a economia dos pequenos municípios e sua importância na economia regional.

Segundo os dados da Fundação SEADE, que, divide o estado em Regiões Administrativas (RAs), a RA de Franca, composta por todos os municípios da microrregião e outros pequenos municípios, apresenta como característica produtiva a pecuária extensiva, uma agricultura moderna e a participação expressiva da população urbana na produção.

Outro estudioso da industrialização do Estado de São Paulo, Wilson Suzigan, ao se referir às microrregiões paulistas, diz que:

A microrregião de Franca caracteriza-se por concentrar o segundo maior pólo produtor de calçados do país, com uma característica distintiva: a especialização na produção de calçados masculinos de couro. Comporta praticamente toda a cadeia produtiva de couro/calçados e uma organização institucional diversificada e articulada ao sistema produtivo. Dessa forma, os

sistemas localizados de produção e inovação (SLP)¹⁹ de calçados destaca-se como elemento decisivo tanto para o desenvolvimento econômico da microrregião de Franca, como da própria indústria de calçados do estado de São Paulo. (SUZIGAN, 2005, p. 94).

O autor, em outro texto, confirma isto com o mapa abaixo (figura 11) sobre o número de classes de indústrias nas microrregiões paulistas.

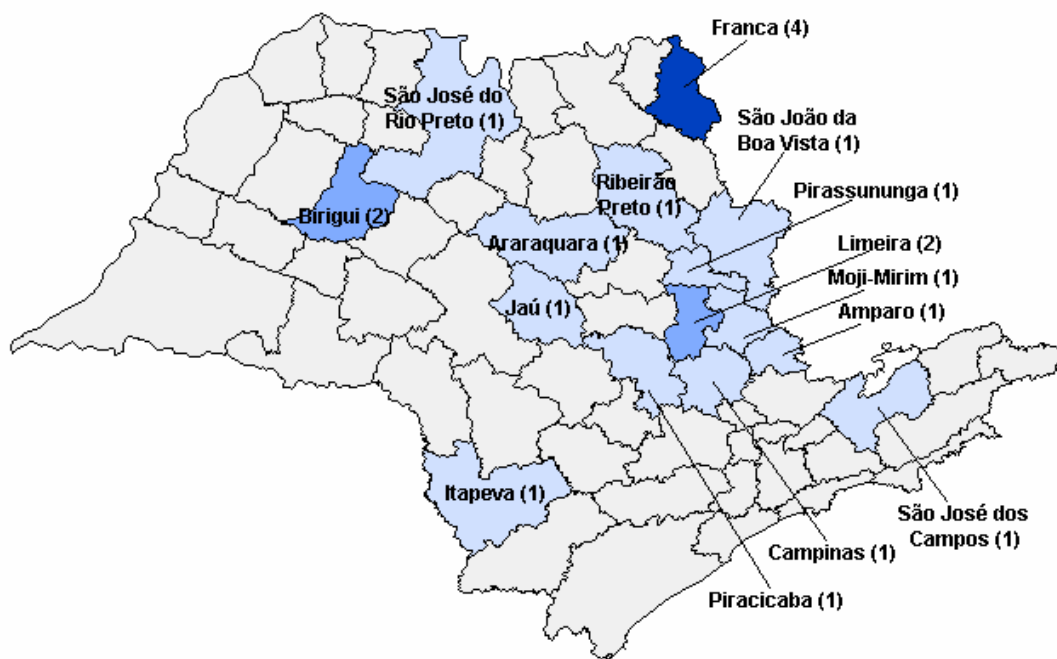


Figura 11 - Número de classes de indústrias nas microrregiões do tipo "Núcleo de Desenvolvimento Local / Regional", Estado de São Paulo, 2004. (SUZIGAN, 2006).

No mapa acima, a microrregião de Franca aparece em destaque nas indústrias de vestuário e calçados, caracterizando-se como núcleo de desenvolvimento local e regional.

Na verdade, no estudo realizado percebe-se que, quando ele se refere à microrregião de Franca, não mostra a heterogeneidade presente na totalidade da economia de seus municípios e até que ponto a indústria calçadista interfere e influencia a economia da região.

¹⁹ Um SLP contém várias classes de indústrias. Por exemplo, a indústria de calçados de Franca apresenta alta concentração de empresas produtoras de calçados de couro e também de diversas indústrias correlatas, como fabricantes de matéria-prima, componentes e máquinas para calçados (SUZIGAN, 2006). Nesse sentido, a microrregião de Franca aparece em mais de uma classe da indústria, porém todas pertencem e estão ligadas ao mesmo sistema local.

Apesar de, em outro momento o próprio autor reconheça, mas sempre se referindo à economia industrial da microrregião de Franca.

Ele se refere à importância da cidade de Franca para o setor calçadista paulista e também do país. Com relação aos municípios vizinhos, ele diz que apresentam certas atividades, menos importantes, ligadas à cadeia coureiro-calçadista. Patrocínio Paulista e Restinga se destacam na produção e acabamento de couro, enquanto Cristais Paulista e Pedregulho, em atividades de prestação de serviços. O autor reconhece, em todos os casos, a participação quase desprezível desses municípios no emprego do setor calçadista. (SUZIGAN, 2006).

Patrocínio Paulista seria o município que mais contribui nesse setor, pois é nesse local que estão algumas empresas responsáveis pelas fases finais de preparação do couro, chamadas de “acabadoras”.

Tudo isso mostra como a presença de um grande centro, como Franca, acaba por ocultar os pequenos municípios em sua volta. O objetivo também do trabalho, ao analisar as mesorregiões e microrregiões paulista é justamente mostrar que não há uma homogeneidade entre os municípios da região, como mostram alguns dados. Apesar da predominância, por exemplo, do café em suas economias e que dentro de uma economia agrícola e não industrial, se diferenciam em vários aspectos.

Se aplicarmos aqui também a tipologia de José Eli da Veiga, veremos que a microrregião quase que em sua totalidade caracteriza-se por municípios rurais. O quadro abaixo mostra mais uma vez, agora os municípios da microrregião. Nessa região têm se apenas duas categorias, um município urbano e os rurais II segundo a tipologia de Veiga (9), obedecendo o corte de 20 mil habitantes. Com esse corte temos 90% dos municípios da microrregião que podem ser considerados pequenos municípios rurais. Veja o quadro 4:

Quadro 4 – Municípios segundo critérios de corte populacional e tipologia analítica – microrregião de Franca – São Paulo – 2000

Tipologia	Critérios de corte		Municípios
	População	Densidade (hab/km ²)	
Aglomerações e centros urbanos	> 100.000		1
Ambivalentes	50.000 - 100.000		0
	< 50.000	> 80	0
Rurais I	>20.000 e <=50.000	< 80	0
Rurais II	<=20.000	< 80	9
Total			10

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000. Nota: Dados trabalhados pelo autor, a partir de VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Anais do XIX Encontro Nacional de Economia**, Salvador, dezembro de 2001. Disponível em: <www.fea.usp.br/professores/zeeli/>. Acesso em: 12 ago. 2008.

O pequeno histórico do surgimento dos municípios da microrregião de Franca serve como instrumento de análise pois por meio dele pode-se perceber que, apesar de terem-se originados a partir de Franca, suas histórias, que, num olhar superficial, podem fazer supor semelhanças históricas e sociais, são marcas das especificidades, inerentes ao desenvolvimento desses municípios, como o município de Cristais Paulista.

Apresentaremos uma descrição do contexto em que se insere o município, selecionado para estudo de caso. Abordaremos os aspectos geográficos e históricos do município, mostrando também as características do meio físico, natural e sócio-econômico, destacando suas especificidades e também da região em que se encontra. Caracterizando todo o município, pensamos conseguir subsídios para uma análise de seu perfil e suas implicações.

2.1.2.2 - Cristais Paulista: localização geográfica e formação histórica

O município de Cristais Paulista situa-se no nordeste do Estado de São Paulo, entre as coordenadas 47°41' de longitude oeste e 20°39' de latitude sul. A uma distância de aproximadamente 417 Km da capital do estado, 108 Km de Ribeirão Preto e 22 Km de Franca, interliga-se com estes dois últimos centros pela Rodovia Cândido Portinari, a principal via de acesso à cidade – SP 334.

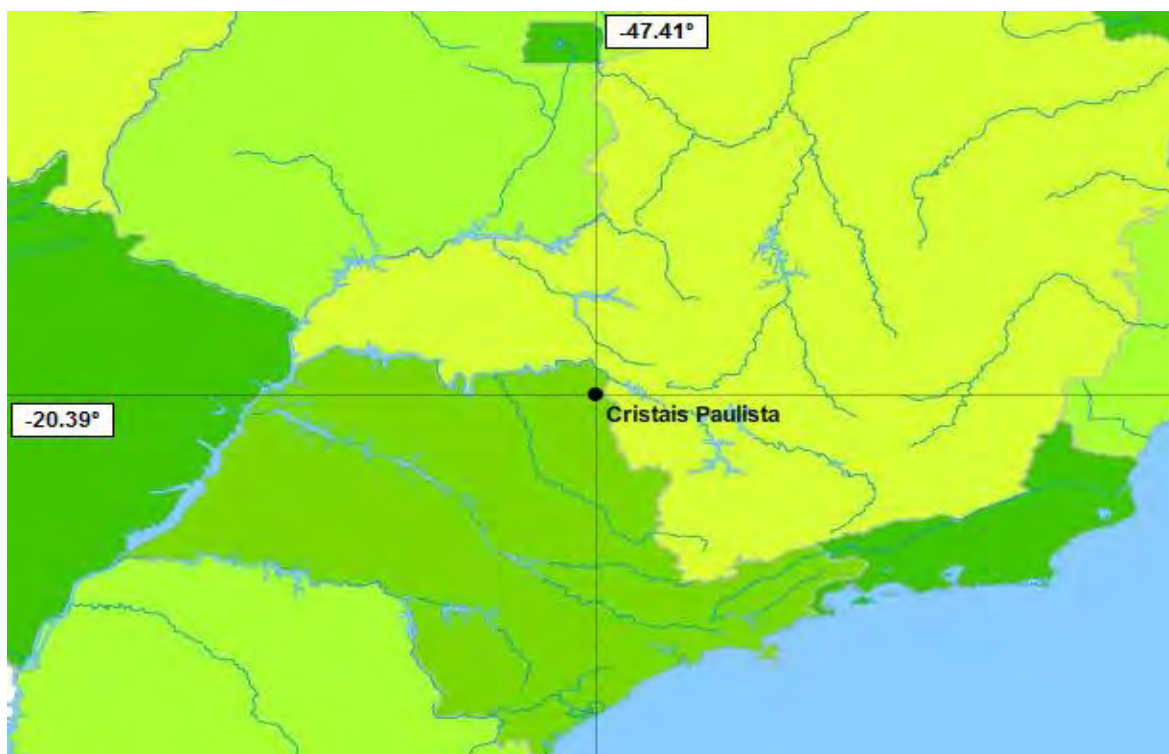


Figura 12 - Localização geográfica do município de Cristais Paulista (SP). (Fonte: IBGE Cidades, 2010).

Cristais Paulista pertence atualmente à Região Administrativa de Franca e como antigo distrito, ainda hoje pertence à comarca deste município.

Compõe também a microrregião de Franca, divisão feita pelo IBGE, e denominação que escolhemos para desenvolver este estudo. Faz limite, ao norte, com o município de Pedregulho, ao sul com Franca, a leste com Ribeirão Corrente e Jeriquara, e a oeste com o município mineiro de Claraval. Fica próximo também da região dos Lagos (Furnas, Estreito, Jaguará e Peixoto) e do Parque Nacional da Serra da Canastra (figura 13). O rio Canoas é o grande fornecedor de água bruta para tratamento e distribuição para o município de Franca e região, sendo também um limite natural com o Estado de Minas Gerais.

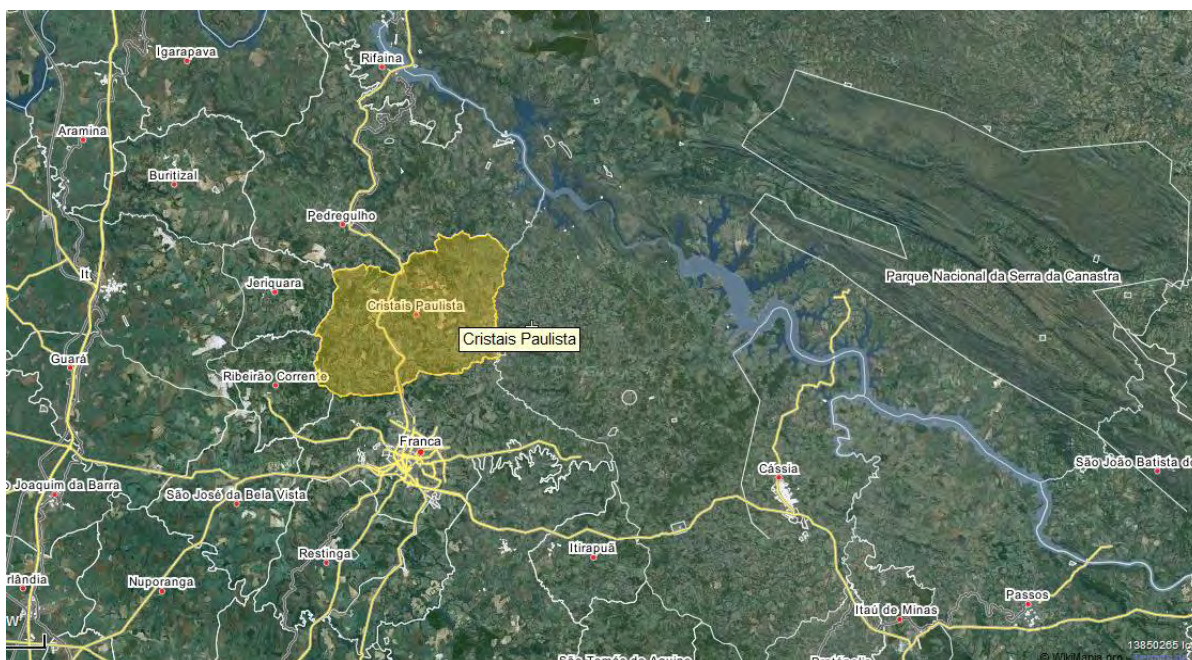


Figura 13 - O município de Cristais Paulista em destaque na microrregião de Franca, Estado de São Paulo. (Fonte: <http://www.wikimapia.org/#lat=-20.3819635&lon=-47.2467041&z=10&l=9&m=w>, nov/2010).

A área do município totaliza 378 Km², sendo apenas 0,52% de área urbana e 99,48% de área rural (figura 14).

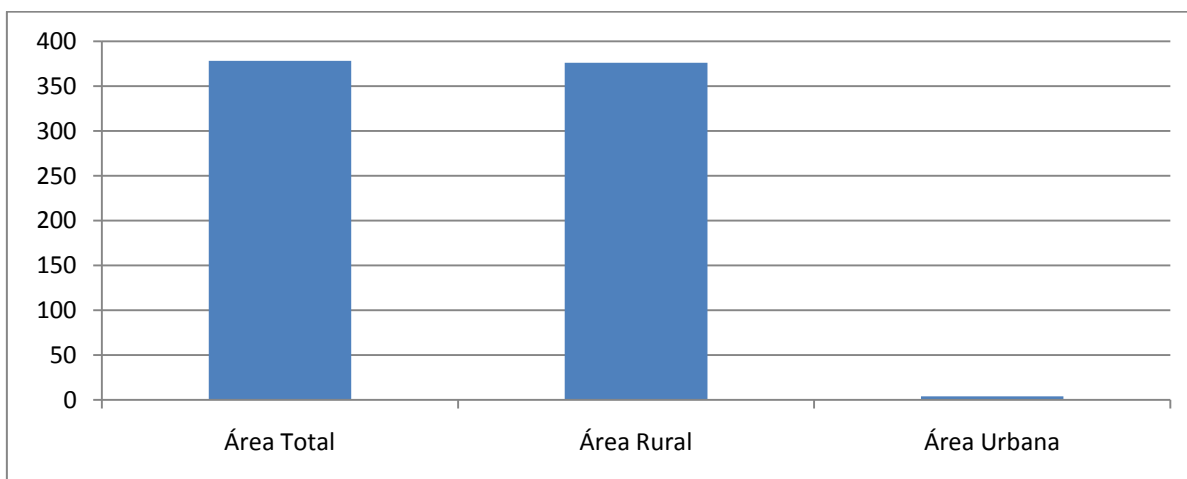


Figura 14 - Divisão territorial de Cristais Paulista (SP). (Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual 2010 - Município de Cristais Paulista).

O município escolhido como objeto de estudo é relevante pela característica de apresentar uma área urbana pequena em relação à área total e conseqüentemente uma porcentagem maior de população rural em relação à própria microrregião e também ao estado. Possui um cenário agrícola predominante na economia local e há no município a possibilidade de desenvolvimento do turismo

rural, já presente em algumas propriedades rurais. Além disso, notam-se elementos presentes no meio rural importantes para o estudo como os costumes, uma infraestrutura simples, administração familiar, festas religiosas e certa tradição que vem dos primeiros moradores da região.

A grande quantidade de cristais de quartzo, encontrados ainda hoje na região do município, foi responsável pelo nome Cristais Paulista. Foi a quantidade de pedras de cristais, sem valor comercial, encontrada no local, determinante para dar o nome ao município.

Ao fazer um resgate de sua história, nos é colocado um desafio, que é tentar desvincular, em alguns momentos, a sua história da história de Franca, da qual foi distrito por vários anos, enfatizando suas peculiaridades e estabelecendo as relações sócio-econômicas no local.

Com o desenvolvimento da região de Franca, surgem diversas vilas e, entre elas, o aparecimento da *Villa dos Crystaes* se dá por volta de 1895, com as linhas da estrada de ferro da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro e Navegação – que, a partir de 1888, passa ter essa denominação, pois inicia-se o serviço de navegação no rio Grande -, já passando pelo local desde 1888.

Esse trecho da Mojiana é aqui denominado “Linha do Rio Grande”, que passava às margens da propriedade de Alexandre Vilella de Andrade, servindo, além de escoar a produção agrícola, de transporte de passageiros. Foi um fator decisivo para a criação da vila, juntando-se o fato de o fazendeiro Alexandre Vilella instalar uma máquina de beneficiar café numa área de sua propriedade bem próxima a linha férrea, que acaba resultando em algumas construções seguindo o traçado dos trilhos, passando o local a ser denominado “*Villa dos Crystaes*”.

Em 1910, a vila se eleva a distrito de Franca. Nesse momento de criação do *Districto de Crystaes*, é importante entendermos o seu contexto histórico. A área urbana da vila pertencia ao fazendeiro Alexandre Vilella de Andrade. Este doou parte de sua propriedade, a fazenda Belo Horizonte, para que fosse estabelecido o espaço urbano do distrito. O *Districto de Crystaes* fazia fronteira com os municípios de Pedregulho, Ribeirão Corrente e com o Estado de Minas Gerais. A área em questão seria para a construção de prédios públicos (igreja, escola, etc).



Figura 15 - Praça Nossa Senhora da Abadia, 1914. (Fonte: AH de CP).

Em um documento da Prefeitura Municipal de Franca de 1912, endereçado a Alexandre Vilella, recomenda-se que ele providencie a escritura desses terrenos para que pudessem ser utilizada da forma que se quisesse a parte restante da propriedade doada. Subentende-se que o dito proprietário teria liberdade para instalar quem e o que ele pretendesse no local, que não fizesse parte da doação. Enfim, era criado o distrito, como um espaço público, fruto de uma doação de terras. Ao mesmo tempo era permitido legalmente ao doador o controle de terrenos a cargo de seu interesse particular.

Em 1910, quando a vila passa a ser distrito, e a ferrovia já havia chegado, vários proprietários rurais continuaram a praticar atividades estabelecidas antes da

chegada do café. Produziam alimentos, e se dedicavam principalmente à criação de gado. A chegada da ferrovia em 1887 na região se deve mais ao fato de uma dinâmica do local com o mercado mineiro do que a chegada do café.

Com relação ao advento da ferrovia, esse merece um destaque, pois se pensarmos que o Brasil do século XIX e mesmo início do XX estava sustentado em bases agrárias exportadoras. A ferrovia chega nesse momento também como um projeto de integração dessas localidades do interior ao sistema capitalista, mas como um instrumento de intervenção e modernização no campo, de certa forma simboliza o progresso e este é sinônimo de cidade, civilidade, urbanização. Mesmo a ferrovia sendo um elemento modernizante, o campo, e uma pequena localidade beneficiada por ela, ainda eram vistos como um lugar de atraso.

Borges (2000, p. 41), ao se referir ao processo de formação espacial do estado de Goiás, retoma isto:

o trem-de-ferro [...] despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço. Muitos terminais ferroviários tornaram-se movimentados núcleos urbanos e centros dinâmicos da vida econômica e cultural da sociedade local. As estações ferroviárias tornaram-se área de lazer, de encontros amorosos e de debates culturais e políticos, bem como praças de negócios que movimentam o comércio de boa parte do Estado. Assim, os terminais ferroviários e os núcleos urbanos que deles se desenvolveram, pareciam, aos olhos da população sertaneja, ilhas de prosperidade em meio a um mundo rural e arcaico.

Por isso, a urgência de projetos de urbanização, revitalização e saneamento até de pequenas cidades, como é o caso de Cristais Paulista que, de uma vila, torna-se distrito e, a partir do reconhecimento da elevação do distrito em 1910, é alvo de um mapeamento e do planejamento urbanístico da localidade, terminando em 1912, sendo este o primeiro mapeamento urbano do *Districto de Crystaes*, o único até 1982, quanto ele foi totalmente cumprido. No ano de 1912, por solicitação da Prefeitura Municipal de Franca, Alexandre Vilela de Andrade, doou áreas para que fossem legalizadas as áreas públicas do distrito, como abertura de ruas, igreja, praça, escola, e outros equipamentos urbanos. Com relação aos lotes para moradores e comerciantes o próprio Alexandre Vilela decide o que fazer. E é nessa década que são construídas, na antiga vila, edificações com arquitetura mais ousada para o lugar, como o sobrado do Coronel José Pedro de Faria, de 1914, fruto da

riqueza proporcionada pela lavoura cafeeira, a Igreja Nossa Senhora D'Abadia, de 1916, substituindo a antiga capela que existia no local, e a Estação Ferroviária da Mojiana, de 1918, garantindo o transporte da produção, enquanto o café da região começa a ser considerado um dos melhores do país. Embelezamento, saneamento, planejamento, a “urbanização da cidade”, pois era preciso eliminar o aspecto rural, presente principalmente nas pequenas cidades, que ia desde o modo de vida das pessoas à arquitetura das casas. As construções de grandes casarões e palacetes repetiram-se além das capitais, também em cidades do interior paulista, como Franca, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos, inserindo elementos urbanos numa sociedade com características rurais. É importante ressaltar que isso também ocorreu em pequenas localidades, que nem haviam sido elevadas à categoria de município. Mas interessa observar, no entanto, que, é na cidade que esse projeto modernizador e progressista se realiza, e o campo mantém a imagem de atraso.



Figura 16 - Estação de Cristais Paulista, 1971 - Locomotiva GE Cooper-Bessemer de 660 HP tipo C+C, adquirida em 1952. Foto de Marcio Fernando Dib e Praça Nossa Senhora d'Abadia, 1962. (Fonte: AH de CP).

O ano de 1945 marca o município, quando ele é forçado por uma Lei Federal, o Decreto-Lei nº 14.334 de novembro de 1944, a mudar de nome. Isso ocorre, pois há outro município mineiro, mais antigo, com o mesmo nome e, por esse decreto, isso não poderia permanecer. Dentro de uma tendência das cidades vizinhas como Itirapuã, Jeriquara, que tem seus nomes derivados da língua nativa, o Tupi Guarani, ficou estabelecido que o nome do distrito mudasse para Guapuã, que significa Pouso Alto. Cabe ressaltar que o nome nunca foi aceito pela população, até pelo fato de que ninguém chamava o município de Guapuã, pois Crystaes já tinha se consolidado há cinquenta anos.

Na década de 1950, um grupo de pessoas que atuava tanto em Guapuã como também na política francana, busca a emancipação do distrito, sem sucesso, mas contribui muito para que ela ocorra em 1959. Os políticos francanos não apoiam a ideia inicial da separação do *Distrito de Guapuã*, por isso o movimento não obtém sucesso. Assim, tem-se que aguardar uma nova chance, que somente ocorre em 1958, com a Lei Quinquenal de Desmembramento do Território do Estado de São Paulo, votada pela Assembléia Legislativa. Enquanto isso, formam-se uma nova comissão que busca convencer e tirar dúvidas da população em relação à emancipação.

São exigidos pela Assembleia Legislativa alguns documentos para requerer o plebiscito, como a assinatura de pelo menos trezentos eleitores com mais de dois anos de residência no distrito. Exigia-se também uma certidão de renda mínima de CR\$ 300 mil cruzeiros (trezentos mil cruzeiros), e o número de habitantes que, na época, segundo essa própria comissão, apresenta uma estatística populacional de 6.200 pessoas residindo no distrito. Se confrontarmos esse número com o censo demográfico de 1970 do IBGE (tabela 14), notamos que, em uma década, a população teve um decréscimo de pelo menos 25%. A pergunta é: por que após uma mobilização para a emancipação do distrito esse contingente de pessoas sai do local? Ou a comissão superestimou essas estatísticas para conseguir a aprovação do plebiscito? Enfim, por quase unanimidade, Guapuã é elevada à categoria de município em dezembro de 1958, ficando mais um ano sob a administração de Franca, e somente em 1959 ocorrerá a primeira eleição para prefeito de Guapuã.



Figura 17 - Processo eleitoral no ano de 1959, quando da emancipação do município. (Fonte: AH de CP).

A outra mobilização agora seria para alterar novamente o nome do município recém-criado, que só ocorre em 1965. O município volta a ser chamado Cristais, mas desta vez acrescido de Paulista, justamente para diferenciar de seu homônimo mineiro. Agora o município passa a se chamar Cristais Paulista.

Apesar das dificuldades decorrentes da crise do café, que atingiu toda a região de Ribeirão Preto, Cristais Paulista e os demais municípios da região de Franca não se dedicam apenas a uma atividade. Há uma superação da crise, permanecendo a cultura cafeeira, mesmo que reduzindo a produção. Mas sem optar pela monocultura de outro produto, busca alternativas para dinamizar a produção cafeeira, expandir a pecuária e outros produtos agrícolas, como o milho e a soja. Os motivos dessa superação da crise foram apontados em Tosi (2007).

Os imigrantes italianos e portugueses que se integraram à comunidade, tiveram papel importante na economia local e regional, contribuindo para o desenvolvimento inicial do município.

A pecuária foi uma atividade expressiva na época da chegada da Mojiana e, segundo dados da Secretaria de Agricultura Municipal de Cristais Paulista, a criação de gado, principalmente a pecuária leiteira, sempre teve uma papel importante na economia do município, pelo menos até a década de 1990, como poderemos comprovar mais à frente com os dados do LUPA (2008). Essa produção de leite perde somente para Patrocínio Paulista que, se comparado ao tamanho do município e às grandes extensões de terra necessárias às pastagens, o potencial do gado leiteiro de Cristais Paulista seria muito mais produtivo.

A atividade leiteira é uma herança dos antigos proprietários, quando parte da produção local era utilizada para o próprio consumo.

Já que essa tradição local mantém esse perfil agropecuário de fins do século XIX, com a criação de gado e as plantações de subsistência, verifica-se que o café é um produto novo inserido na localidade, porém sem romper com a cultura tradicional, mesmo que essa atividade esteja inserida no mercado, gerando lucros.

CAPÍTULO 3: A ANÁLISE DE UM PEQUENO MUNICÍPIO: Cristais Paulista (SP)



Figura 18 - Via de acesso à cidade de Cristais Paulista, 2004. (Fonte: AH de CP).

A preocupação central do capítulo é entender as relações entre a pequena cidade e o meio rural no pequeno município. Por meio da literatura já discutida e pela coleta de dados, apresentaremos o perfil sócio-econômico do pequeno município de Cristais Paulista (SP).

Essa etapa da pesquisa foi realizada no município, pretendendo caracterizar sua organização interna, sua dinâmica urbana e a vinculação que o centro urbano estabelece com o meio rural. Apresentaremos alguns dados primários sobre o comércio, serviços, equipamentos urbanos²⁰, entrevistas com moradores e observações sobre o modo de vida da população e também sobre a infra-estrutura urbana presente em Cristais Paulista.

Ao adotarmos a metodologia que define o pequeno município sugerida por Wanderley (2001a), Cristais Paulista poderá ser classificado como *majoritariamente urbano, predominantemente rural* ou se enquadrando numa *situação intermediária*. Apesar de o município apresentar uma dinâmica que evidencia a presença de elementos do mundo rural, são necessárias evidências empíricas para entender sua

²⁰ O termo é aqui empregado conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas, documento NBR 9284 de março de 1986, que define equipamentos urbanos como: “todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados”. Segundo essa norma, equipamentos urbanos contemplam as seguintes categorias: circulação e transporte; cultura e religião; esporte e lazer; infra-estrutura (sistema de comunicação, energia, iluminação pública, saneamento); segurança pública e proteção; abastecimento; assistência social; administração pública; educação e saúde. (MELO, 2008, p, 343).

dinâmica urbana, identificar como o rural se configura nesse local e como os dois espaços interagem.

Fundamentamos nossos estudos numa base teórica que pretende contribuir de alguma forma na discussão da temática dos pequenos municípios e em levantamento de dados secundários, feito junto aos órgãos públicos, como IBGE, Fundação Seade, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, além da Secretaria Municipal de Agricultura e do Arquivo Histórico de Cristais Paulista.

O levantamento de dados primários foi efetuado por intermédio de pesquisas diretas na cidade. Foram elaborados roteiros de entrevistas e questionários que foram aplicados em diversos setores da cidade, como: prefeitura, comércio e serviços, indústrias, escolas e moradores. Foi elaborado também o material iconográfico com fotografias e mapa da cidade.

Com a coleta de dados, as informações foram sistematizadas paralelamente com os dados secundários, relacionando-os com a base teórica já mencionada. Essa sistematização foi realizada, com a tabulação dos dados obtidos durante a pesquisa de campo através de planilhas dinâmicas em Excel, que proporcionou uma análise mais detalhada do trabalho.

3.1 - As dimensões de análise de Maria Nazareth Baudel Wanderley

Utilizaremos as dimensões de análise já descritas para aplicá-las ao município de Cristais Paulista (SP). Após a utilização da tipologia de José Eli da Veiga na análise das mesorregiões e microrregiões paulistas para discutir as definições de rural e urbano no Brasil, escolhemos um pequeno município da microrregião de Franca para utilizar a metodologia proposta por Wanderley (2001). O objetivo é conseguir elementos que melhor classifiquem um município como pequeno ou não e se esses pequenos centros podem ou não ser considerados cidades. Wanderley (2001a) estabeleceu algumas comparações entre a realidade dos pequenos municípios e os conhecimentos teóricos já existentes.

Pensamos que a metodologia aqui aplicada, aprofunde alguns elementos não propostos por Veiga (2001) na análise do rural e do urbano. A contribuição de José

Eli da Veiga é de grande importância para o debate atual acerca do rural e do urbano, porém, ele não faz uma análise interna do município, como é possível realizar com Wanderley (2001a) e como diz a própria autora, uma análise que só será possível com a pesquisa de campo.

Procura-se empregar esse instrumento para reforçar nossa discussão sobre as definições que possam caracterizar os pequenos municípios e no presente trabalho, o município de Cristais Paulista e sua importância na economia regional. Segundo Wanderley (2001a), esta trama é composta por cinco dimensões que se complementam, e que neste capítulo se busca explicitar, fixando comparações.

Como dissemos, o estudo sócio-econômico do local foi baseado em dados obtidos junto ao IBGE, Fundação Seade, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, à Prefeitura do Município e jornais da região e da pesquisa de campo realizada durante os anos de 2010 e 2011.

Cristais Paulista está localizado numa das regiões mais ricas e urbanizadas do Estado de São Paulo e muito próximo a um grande centro regional que é Franca, um importante pólo do setor calçadista e também não muito distante de Ribeirão Preto, outro grande pólo do agronegócio nacional e se encontra num ponto de ligação entre o Estado de São Paulo e Minas Gerais.



Figura 19 - Vista aérea da cidade de Cristais Paulista – à esquerda, foto de satélite. (Fonte: Google e Prefeitura Municipal de Cristais Paulista).

Apoiando-se na metodologia proposta por Wanderley (2001a), veremos a intensidade do processo de urbanização, as transformações ocorridas no município e se as mudanças na zona rural influenciaram a cidade. Dentro dessa perspectiva é que apresentamos os resultados da pesquisa sobre a estrutura sócio-espacial de Cristais Paulista, sempre considerando a interação rural/urbano.

Os resultados apresentados a seguir, se estruturam dentro da trama espacial proposta por Wanderley (2001a), em que todos os resultados de pesquisas teóricas, empíricas e observações realizadas durante o trabalho no município aparecem dentro das cinco dimensões propostas pela autora: *o exercício das funções propriamente urbanas; a intensidade do processo de urbanização; a presença do mundo rural; o modo de vida dominante; a dinâmica da sociabilidade local.*

3.1.6 - O exercício das funções propriamente urbanas

Essa dimensão se refere à concentração das atividades econômicas e principalmente à estrutura administrativa da cidade. Constitui a responsabilidade do poder público de administrar e prover recursos para os serviços básicos, como educação, saúde, saneamento básico, pavimentação de ruas e serviços assistenciais, ou seja, a cidade como centro do poder municipal e como esse poder atua para o desenvolvimento municipal.

Veiga (2001, p. 48) retrata a importância do poder público nos pequenos municípios: “não resta dúvida de que o desempenho socioeconômico de um município rural depende muito das qualificações individuais de seu prefeito”.

Destacamos o fato de que Cristais Paulista, mesmo possuindo uma população inferior a 20 mil habitantes, possui um Plano Diretor Participativo²¹ elaborado em 2008, com a participação de vários setores da sociedade.

Atualmente a cidade conta com 13 bairros, dois deles criados a partir de 2005 (ver anexo 1: mapa da cidade de Cristais Paulista), ocupado por uma população de 6.579 habitantes, segundo o Censo Demográfico 2000, o que faz com que apresente uma baixa densidade demográfica, observando que é a menor densidade entre os municípios da microrregião, conforme tabela 13.

Com relação à infra-estrutura urbana, ressalta-se que (99,81%) dos domicílios contam com fornecimento de água e energia elétrica, esse mesmo percentual se

²¹ O Plano Diretor Participativo é uma Lei Municipal elaborada com a participação da sociedade. Foi concebido como um instrumento fundamental no processo de planejamento e gestão municipal e orientando a administração pública na aplicação dos recursos, nos termos do art. 182 da Constituição Federal de 1988 e Lei Federal n. 10.257, de 2001. (PLANO DIRETOR, 2008).

refere ao esgoto sanitário. A coleta de lixo também atende quase que 100% da área urbana. (SEADE, 2009).

Cristais Paulista ocupa (não incluindo o município de Franca), o terceiro lugar no ranking da região no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) sendo superado por Patrocínio Paulista e Pedregulho, municípios com população acima de 10 mil habitantes. (IBGE, 2000).

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), Cristais Paulista ocupa também a terceira posição, perdendo somente para os mesmos municípios citados acima, ressaltando que sempre não estaremos computando Franca, por se tratar de um grande centro.

Tabela 13 - Municípios, segundo situação de domicílio, densidade demográfica – microrregião de Franca – Estado de São Paulo – 2000

Municípios	Total	Densidade	Urbana	Rural	%	%
Cristais Paulista	6.579	16,97	3.898	2.681	59,2	40,8
Franca	287.737	473,22	282.203	5.534	98,1	1,9
Itirapuã	5.412	33,73	4.312	1.100	79,7	20,3
Jeriquara	3.280	23,24	2.510	770	76,5	23,5
Patrocínio Paulista	11.416	19,03	8.606	2.810	75,4	24,6
Pedregulho	14.994	21,38	10.909	4.085	72,8	27,2
Restinga	5.584	22,65	4.142	1.442	74,2	25,8
Ribeirão Corrente	3.881	26,15	2.939	942	75,7	24,3
Rifaina	3.325	19,36	2.866	459	86,2	13,8
São José da Bela Vista	8.075	29,13	6.967	1.108	86,3	13,7

Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2000, o município apresenta uma população total de 6.579 habitantes, 40,8% da população vive no campo, se destacando como o maior índice na microrregião de Franca, conforme tabela acima.

Para alcançar nossos objetivos foram feitas observações no local, juntamente com um levantamento de toda a infra-estrutura da cidade. O quadro abaixo nos mostra como o poder público atua de forma a contemplar a população com os serviços e equipamentos urbanos, que seriam de responsabilidade do governo municipal. Ver quadro 5.

Quadro 5 – Cristais Paulista: serviços e equipamentos urbanos – 2011

Descrição	Qtde
Associação da terceira idade Centro de Convivência do Idoso	1
Biblioteca pública Biblioteca Municipal de Ensino Fundamental	1
Câmara Municipal de Cristais Paulista	1
Casa da Cultura e Arquivo Histórico de Cristais Paulista	1
Cemitério e Velório Municipal	1
Clínica de Reabilitação para Excepcionais - adultos e crianças (CREIA)	1
Coleta de lixo	1
Conselho Tutelar	1
Cooperativa Lua de Cristal	1
Creche Cantinho da Amizade	1
Delegacia de Polícia	1
Entretenimento e lazer e esportes Campo Municipal de Malhas Centro de Lazer do Trabalhador (inclui o único clube da cidade) Estádio de Futebol Cristais Paulista F. C. Estádio Municipal de Hipismo Parque agropecuário	6
Parque Infantil e de Exercício do Idoso	1
Escolas públicas de ensino infantil CEMEI Aparecida Guilherme Garcia CEMEI Profª. Joelcy de Vasconcelos	2
Escolas públicas de ensino fundamental EMEB Jarcy Araci de Matos (educação básica) EMEB Amélio de Paula Coelho (ensino fundamental)	2
Escolas públicas de ensino médio <i>Escola Estadual João de Faria</i>	1
Estradas de acesso	6
Poliesportivo Ginásio Municipal de Esportes	1
Posto de saúde Unidades Básicas de Atendimento	2
Praças	6
Rodoviária	1
Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto de Cristais Paulista	1
Serviço de assistência social (asilos, Rotary....) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Fundo Social de Solidariedade	2
Sindicato ou associação patronal/ou de produtores	1
Total	43

Fonte: Pesquisa de campo realizada por SILVA, A. P., no mês de julho de 2010 e janeiro de 2011.
Org.: SILVA, 2011.

No que diz respeito aos investimentos públicos para o desenvolvimento da cidade, destacamos no quadro acima, alguns serviços oferecidos pelo poder municipal. Na pesquisa de campo, notamos que a população aprova esses serviços,

mas, é importante ressaltar que espera muito mais do poder público em relação ao desenvolvimento da cidade. Boa parte da população está satisfeita com o que a cidade oferece, enquanto um local de moradia, pois os serviços que as pessoas não conseguem na cidade, elas procuram em Franca, pela proximidade. Para muitos, o fato de estar próximo à Franca é um privilégio. Então, para essas pessoas, é mais importante que a cidade preserve suas características e seus aspectos positivos do que se desenvolva e com isso traga problemas até hoje desconhecidos pelos cidadãos. O que caracteriza na verdade uma urbanização deficitária (WANDERLEY, 2001a) em Cristais Paulista é justamente a inexistência de um hospital, mais escolas de ensino médio, de cursos técnicos e profissionalizantes, unidade de ensino superior, esta escassa na maioria das pequenas cidades. A área da saúde aparece como um dos maiores problemas, depois do desemprego (23,9%), apontado pelos moradores.

Tabela 14 – Problemas mais citados, segundo os entrevistados, 2011.

Descrição	%
Emprego	23,9
Saúde	11,7
Lazer	11,1
Segurança	4,6
Transporte	4,6
Cultura	3,5
Educação	3,5
Dependência de Franca	2,9
Moradia	2,3
Comércio	1,7
Drogas	1,7
Não tem problemas	11,1

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2011.

Org.: SILVA, A. P., 2011.

A tabela acima não mostra todos os problemas apontados pelos moradores entrevistados, e sim, apenas os mais mencionados, não aparecendo aqueles que atingiram somente 1%.

As principais questões indicadas pelos habitantes de Cristais Paulista se referem, principalmente ao emprego, aos serviços de saúde e em relação à falta de opções e espaços de lazer.

A cidade conta apenas com duas unidades básicas de atendimento, que só funcionam durante o dia. Esse problema foi “resolvido” pela criação de um convênio com a Santa Casa de Franca, onde as pessoas são atendidas quando os postos de atendimento fecham ou não possuem médicos especializados, apesar de possuir o atendimento no sistema médico da família. A cidade também não possui um Fórum, pois ainda é comarca do município de Franca.

Na educação, o problema se torna grave no ensino médio, pois há uma única escola pública, e a saída é procurar também a cidade vizinha, Franca para estudar. Escolas de cursos técnicos também trariam grandes benefícios para a cidade, pois o pouco número de empregos ofertados é às vezes ocupado por pessoas que não residem no município, pela pouca qualificação dos que moram em Cristais Paulista.

Destaca-se a fala de um morador e empregador da cidade que descreveu o seguinte: *“É preciso oferecer cursos de capacitação para os jovens da cidade. Quando ele vem atrás do emprego, não consegue porque não sabe desenvolver a função, aí pegamos alguém de Franca que já sabe”* (PESQUISA DE CAMPO, 2011).

No percentual representado pelas respostas que se relacionam com o emprego, incluímos as respostas que apontam a falta de indústria, estando esta relacionada, pelos moradores como sendo causa da falta de vagas de trabalho.

Outro problema que se destaca entre os citados, é relacionado ao lazer. No município, as opções são realmente limitadas, restando à população, as praças, os bares, algumas festas locais, como as promovidas pelas escolas, entidades sociais, como por exemplo, quermesses e festas juninas onde são apresentadas as quadrilhas juninas²² e servindo também de ponto de encontro da população.

É importante destacar que nas respostas dos entrevistados, “não tem problemas” é a terceira resposta que mais aparece seguido da saúde.

Percebemos pelas entrevistas realizadas que há uma preocupação do poder público municipal em administrar e destinar recursos para serviços como educação

²² A dança de quadrilha é de origem inglesa, que ao longo dos séculos XIII e XV foi assimilada pela nobreza francesa. Da Franca se propagou pelas cortes europeias. A dança chegou ao Brasil no início do século XIX com a família real portuguesa e aqui se tornou uma dança essencialmente popular. Medeiros (2005, p. 138).

(infantil e fundamental), saneamento básico, pavimentação de ruas, lazer e assistência social. Elementos que não caracterizam uma completa urbanização do município, como os citados acima para muitos não são vistos como grandes problemas.

No quadro 6, encontramos um aspecto importante, mas que não iremos aprofundar aqui. É o crescimento das igrejas protestantes no município. Estaria ocorrendo uma quebra da hegemonia da igreja católica no município e com isso uma perda de tradição representada por essa instituição? É preciso um maior levantamento entre seus moradores para que possamos obter o número de fiéis de cada instituição.

Quadro 6 – Cristais Paulista: templos religiosos – 2011

Descrição	Qtde
Templos religiosos	
Assembléia de Deus	
Congregação Cristão no Brasil	
Igreja Cristã da Promessa	
Igreja do Evangelho Quadrangular	
Igreja Evangélica A Mensagem	
Igreja Internacional da Graça de Deus	
Igreja Metodista	
Igreja Universal do Reino de Deus	
Salão dos Testemunhos de Jeová	
Igreja Nossa Senhora da Abadia (salão paroquial)	
Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo	
Total	11

Fonte: Pesquisa de campo realizada por SILVA, A. P., no mês de julho de 2010 e janeiro de 2011.
Org.: SILVA, 2011.

3.1.7 - A intensidade do processo de urbanização

Constitui uma dimensão que se baseia na concentração das atividades econômicas e ofertas de serviços.

Essa dimensão de análise complementa a primeira ao tratar da urbanização da cidade, contemplando as atividades econômicas que não estão diretamente ligadas ao poder público.

A urbanização ocorre, como uma dinâmica espacial e social em que a população residente na zona urbana reivindica infra-estrutura básica, acesso à moradia, equipamentos coletivos e uma série de estabelecimentos de serviços para suprir as necessidades de uma vida urbana.

Na cidade de Cristais Paulista as atividades econômicas se configuram de forma bastante limitada, se concentrando no setor terciário e este se apresentando de forma bastante incipiente. Algumas fábricas surgem na cidade e em áreas rurais próximas ao perímetro urbano e mesmo sendo ainda pouco representativas, inserem-se na rede urbana regional e também nacional.

A sua dinâmica espacial e social se assemelha muito aos demais municípios pequenos. A cidade basicamente se coloca como centro das trocas comerciais, das áreas residências e administrativas. Nesse sentido o centro comercial se apresenta como a principal área da cidade, com relação à concentração das atividades comerciais e de serviços (...) transportes, onde diversos atores da cidade encontram-se para consumir suas necessidades, Soares (2002).

O setor econômico que mais utiliza mão de obra no município é a agropecuária, seguido pelo setor de serviços. A indústria e o comércio são os que menos proporcionam emprego no município e a construção civil não existe no local.

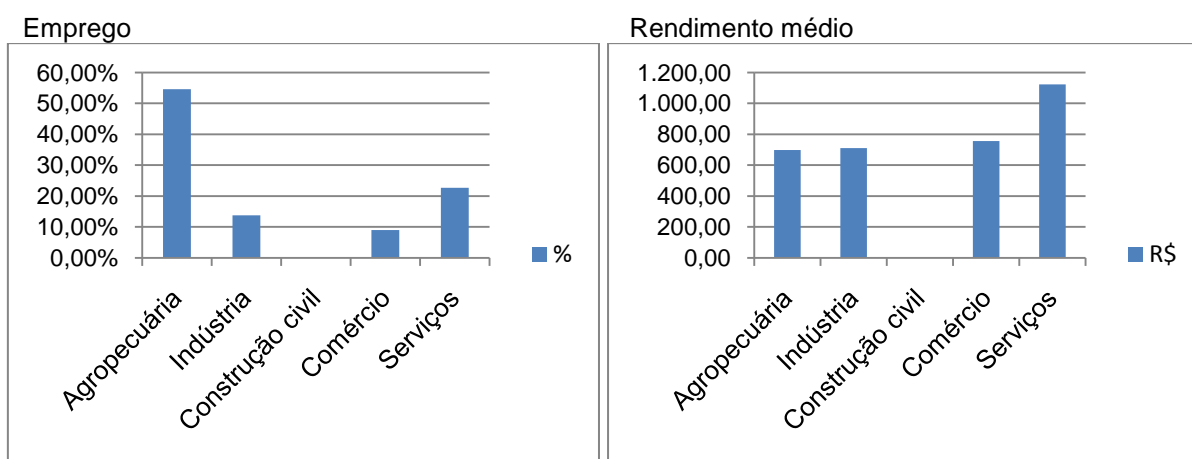


Figura 20 - Emprego e rendimento por setores em Cristais Paulista – 2008. (Fonte: SEADE, 2009).

A participação da agropecuária no município é significativa, onde 54,62% dos vínculos empregatícios ocorrem no setor agropecuário, mas ao mesmo tempo não gera uma renda proporcional, pois o rendimento médio dos vínculos empregatícios da indústria supera a agropecuária. (SEADE, 2009), conforme também tabelas constantes nos anexos 13 e 14. Apesar do rendimento médio do setor de serviços e

indústria, ultrapassar a agropecuária, veremos adiante que parte destes setores está ligada à agropecuária.

Pelos gráficos representados na figura 20, pode-se notar o potencial agropecuário do município, notadamente com a cultura do café e a pecuária.

Atualmente parte das indústrias presentes no município está instalada no campo, envolvendo esses dois setores da agropecuária municipal.

A concentração da maior fatia das atividades econômicas se localiza no centro da cidade, onde geralmente é o local das primeiras habitações, onde temos atualmente a Igreja Nossa Senhora D'Abadia, juntamente com o salão paroquial, local onde ocorre a Festa da Padroeira no mês de agosto.

A cidade possui algumas edificações históricas em seu centro. Destaque para o casarão do Coronel José Pedro de Faria e a casa do Dr. Luiz Rodrigues Nunes, da década de 10 do século passado. O centro abriga a Prefeitura Municipal, uma agência bancária, a agência dos Correios, escolas de ensino fundamental e médio (municipal e estadual), a biblioteca municipal e a maioria dos estabelecimentos comerciais do município.



Figura 21 - Sobrado do Coronel José Pedro de Faria “Juca Pedro”, construção de 1914 – Foto de 2004 e a casa do Dr. Luiz Rodrigues Nunes, construção de 1917, foto de 2002. (Fonte: AH de CP).



Figura 22 - Casa do Sr. Messias Medeiros, construção de 1917 – Foto de 2002 e Praça Nossa Senhora D'Abadia, 2002. (Fonte: AH de CP).

Com as atividades econômicas concentradas num determinado local, temos a avenida principal denominada Antonio Prado, em homenagem, ao comerciante da cidade, que não exercia somente essa função, ele emprestava dinheiro a juros para financiar a produção agrícola e ainda possuía máquina de beneficiamento de grãos, tulha, comprava café, sendo também fazendeiro (COSTA, 2009). Enfim, foi um senhor de relativa importância para o município e a avenida que leva o seu nome representa também boa parte da história do município, com construções antigas e a presença de moradores também mais antigos.

O município é, em sua pequena extensão, horizontal com edificações térreas, sem a presença de muitos sobrados, como mostra a figura abaixo.



Figura 23 - Vista aérea da área central da cidade de Cristais Paulista. (Fonte: AH de CP).

A cidade de Cristais Paulista apresenta, como já foi dito, um comércio pouco diversificado, localizado em suas principais ruas, podendo ser notada uma pequena expansão em direção aos bairros, pelo menos na última década. São atendidas somente as necessidades cotidianas da população no que diz respeito à alimentação, bebidas. Em outras demandas esse comércio é insuficiente, como ótica, livraria e informática, hotel e pensão. Houve um grande crescimento no setor de roupas, calçados e moda em geral, como mostra o quadro 7.

Quadro 7: Cristais Paulista: atividades comerciais e quantidades de estabelecimentos – 2011

Descrição	Qtde	%
Açougue	2	2%
Bares, lanchonetes, sorveterias	26	26%
Borracharia	1	1%
Comércio de gêneros alimentícios, limpeza (mercado)	8	8%
Confecções, tecidos, aviamentos, acessórios, brinquedos e moda em geral	19	19%
Depósito de gás	1	1%
Farmácia	4	4%
Foto	1	1%
Loja de calçados	2	2%
Loja de móveis e eletrodomésticos	4	4%
Loja de telefonia celular - assistência técnica	1	1%
Loja de presentes e decorações	1	1%
Loja de equipamentos eletroeletrônicos	1	1%
Material para construção	4	4%
Mercado de verduras, frutas e legumes	2	2%
Panificadora	6	6%
Papelaria, fotocopiadoras	1	1%
Peças e equipamentos e acessórios para automóveis	5	5%
Peças para bicicleta	2	2%
Pizzaria	2	2%
Posto de combustíveis *	2	2%
Restaurante, churrascaria	1	1%
Supermercado	3	3%
Total	99	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada por SILVA, A. P., no mês de julho de 2010 e janeiro de 2011.
Org.: SILVA, 2011.

*Um posto de combustível possui loja de conveniência.

Analisando os estabelecimentos comerciais da cidade, constatamos que o ramo de produtos alimentícios, mesmo não sendo a maioria, representa a maior parcela (supermercados, bares, lanchonetes, mercearias, pizzarias, panificadoras,

mercados e sorveteria), ultrapassando 40% dos estabelecimentos e o de roupas e acessórios chega a 19%.

Com relação ao comércio voltado para o setor agrícola, não observamos na cidade, lojas de peças para máquinas agrícolas, de sementes, nem insumos. Isso se justifica em parte pela participação da pecuária de corte e leiteira e mais pela proximidade a cidade de Franca que oferece estabelecimentos especializados para as demandas da atividade.

Como explicou Soares e Melo (2005, p. 15077),

[...] devido ao alto grau de tecnificação exigido pela produção agrícola moderna, as pequenas cidades não atendem às necessidades mais especializadas, somente serviços básicos, o que faz com que seu entorno tenha que recorrer constantemente aos centros comerciais e industriais de porte médio e grande.

No quadro 8, apresentamos um levantamento das atividades e quantidade de estabelecimentos de comércios e serviços ligados ao setor agropecuário.

Quadro 8 – Cristais Paulista: atividades de comércio, serviços e outras, ligadas ao setor agropecuário, segundo número de estabelecimentos – 2011

Descrição	Qtde
Auto elétrica/mecânica	1
Carrocerias e marcenaria em geral	1
Cooperativa	1
Corretora de grãos - compra e venda de produtos agrícolas	1
Produtos agropecuários, sementes, insumos e defensivos, ferragens e utensílios para o campo	2
Parque agropecuário	1
Total	7

Fonte: Pesquisa de campo realizada por SILVA, A. P., no mês de julho de 2010 e janeiro 2011.
Org.: SILVA, 2011.

Um fator próprio de um pequeno município também citado pelos moradores, foi o preço dos produtos na cidade ser mais caro do que em cidades próximas, como Franca. Isso se explica em parte pela baixa concorrência, característica de pequenos centros e também pelo fato de que:

quanto mais complexa e integrada é a economia urbana, mais os preços tendem a ser inferiores aos verificados em outras cidades do mesmo sistema, ao se considerar os mesmos produtos nas mesmas condições de qualidade. Assim, os consumidores que têm mobilidade tendem a ir obter esses bens nas cidades de nível superior, na medida em que os custos de deslocamento não representem um obstáculo. Mas essa diferença de preço não tem significado para os consumidores sem mobilidade, que permanecem prisioneiros das cidades de economia menos evoluída para o essencial de seus consumos e, às vezes, para a sua totalidade. (SANTOS, 2004, p. 338).

A atividade industrial no município possui um pequeno número de estabelecimentos. Em sua maioria, a produção industrial tem como fonte o tratamento de madeiras, o processamento de carne suína, fábricas de calçados, bolsas/acessórios e torrefação de café, sendo que outro produto tradicional do município, o leite e seus derivados sofreram grande queda, tendo com isso o fechamento de vários laticínios no município. Notamos que, mesmo com a presença de um pequeno setor industrial, este se dedica em sua principal fonte produtos oriundos do meio rural. O rendimento médio das indústrias (conforme figura 18) ultrapassa o setor agropecuário, se bem que analisando a fonte dos produtos como já dito acima percebe-se uma interação entre os dois setores, ambos ligados ao campo, como podemos observar no quadro 9. Outro dado importante tratando da relação campo-cidade é que a maior parte dos trabalhadores empregada nas empresas situadas no campo reside na cidade.

Quadro 9 – Cristais Paulista: atividades industriais e quantidade de estabelecimentos - 2011²³

Descrição	Qtde
Confecções City Confecções	1
Extração de mel Apiário dos Cristais	1
Fábrica de blocos Blocos Barcelos	1
Fábrica e comércio de calçados, bolsas, carteiras e acessórios Berdinazzi	2
Setor de carne suína Califórnia - Frigorífico (abate de suínos) Camari - Processamento de carne suína	2
Processamento de doces caseiros Doces Marlene	1
Processamento de madeira Engetrat Teca	2
Torrefação de café Café Bravo - Cia. De Café Bom Retiro	1
Galpão do agronegócio - incubadora de empresas ²⁴	
Total	11

Fonte: Pesquisa de campo realizada por SILVA, A. P., no mês de julho de 2010 e janeiro 2011.
Org.: SILVA, 2011.

²³ Das atividades industriais constantes no quadro acima, quatro estão localizadas na zona rural e das sete localizadas na zona urbana, pelo menos três estão diretamente ligadas ao rural.

²⁴ O Galpão do Agronegócio hospeda atualmente seis microempresas: pesponto (2), embalagens (1), doces (1), frutas (1), buchas (1). O local funciona por meio de um convênio entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal.

Das seis microempresas hospedadas no Galpão do Agronegócio, duas são bancas de pesponto, basicamente com mão de obra da própria cidade. Essas bancas de pesponto atendem especificamente as fábricas de calçado de Franca, um exemplo de utilização da cidade como reservatório de mão de obra. Sobre o depoimento de um prestador de serviços da cidade, que por sinal mora em Franca, reivindica que a prefeitura ofereça cursos de capacitação para que jovens se especializem para conseguirem emprego na cidade vizinha.

Em relação aos serviços e equipamentos urbanos, a cidade de Cristais Paulista oferece os serviços básicos em vários setores. Notamos a ausência de uma associação comercial, cartório de registro de imóveis, fazendo com que, juntamente com outros elementos já mencionados e ausentes no espaço urbano, o processo de urbanização de Cristais Paulista se torne incompleto e com isso, seus moradores são obrigados a recorrer à cidade de Franca na busca por serviços mais sofisticados que a cidade não oferece (ver quadro 10) e até mesmo usufruir de uma maior variedade de lazer e consumo no *shopping center*, cinemas, casas noturnas e bares.

Quadro 10 – Cristais Paulista: serviços e equipamentos urbanos - 2011

Descrição	Qtde
Academia de ginástica	1
Agência bancária	1
Antena parabólica - revenda e instalação/assistência técnica	2
Associação de produtores locais	1
Atendimento odontológico particular	4
Auto-escola despachante	1
Banca de jornal e revistas	1
Banco do povo	1
Banco postal	1
Cartório de registro civil e notas	1
Cooperativa de crédito – Crediconai	1
Correios	1
Correspondente bancário	2
Emissora de rádio (comunitária)	1
Escola de informática	1
Escola particular infantil	1
Escritório de advocacia	2
Escritório de assessoria e planejamento rural	1
Escritório de contabilidade	1
Escritório de engenharia e construções	1
Imobiliária	1
Jornal ou periódico impresso/digital	1
Lan house	2
Lava a jato	2

Locadora de filmes	1
Loteria da Caixa Econômica Federal	1
Moto táxi	1
Oficina de auto-elétrica	1
Oficina mecânica para autos em geral	2
Oficina mecânica para motos	1
Oficina de conserto de móveis	1
Provedor de internet	1
Salão de beleza (cabelereiro/manicure/pedicure) *	11
Serralheria	1
Serviço de funilaria e pintura para autos	1
Táxi	1
Transporte coletivo intermunicipal	3
Total	58

Fonte: Pesquisa de campo realizada por SILVA, A. P., no mês de julho de 2010 e janeiro 2011.
Org.: SILVA, 2011.

*Muitos atuando na própria residência.

3.1.8 - A presença do mundo rural

A terceira dimensão consiste nos indicadores sócio-econômicos e demográficos. Destacamos o peso da população rural no total da população do município e a proporção de pessoas que se ocupam de atividades rurais agrícolas e não-agrícolas.

A população rural desse município vem apresentando nas últimas décadas, uma redução em seu conjunto como podemos observar na tabela 15.

Tabela 15 - População residente, segundo situação do domicílio – Cristais Paulista – Estado de São Paulo – 1970 – 2010.

Anos	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Total	Urbana	Rural	Total %	Urbana %	Rural %
1970	4.974	1.131	3.843	100	22,7	77,3
1980	4.903	1.413	3.490	100	28,8	71,2
1991	5.649	2.401	3.248	100	42,5	57,5
2000	6.579	3.898	2.681	100	59,2	40,8

Fonte: IBGE – Censos Demográficos. Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

A presença de hábitos rurais é perceptível no espaço urbano. Temos, como exemplo várias hortas cultivadas na cidade, duas inclusive em uma de suas principais ruas, convivendo lado a lado com residências de porte médio (figura 24 e

25). Também em seus arredores e em vias próximas ao centro tem-se a utilização de terrenos para o plantio de certos produtos, como também às vezes são cultivados no espaço da própria calçada (figura 26 e 27).



Figura 24: Horta localizada em uma das vias principais no centro da cidade, 2010/11. (Fonte: SILVA, A. P.).



Figura 25: Ao lado da horta podemos verificar uma casa de porte médio e na mesma avenida Alexandre Vilela de Andrade (centro) outra casa de porte mais elevado, 2010. (Fonte: SILVA, A. P.).



Figura 26: Utilização de espaços como a calçada, na primeira foto elementos rurais (plantas) e urbanos (automóvel) convivem um ao lado do outro e na segunda foto diversos terrenos utilizados para plantação são como “ilhas” em meio as residências.



Figura 27: outro exemplo de utilização da calçada, uma grande quantidade de árvores, algumas frutíferas, o pé de bucha invade o espaço e a rua acima seria o divisor entre a área rural e a área urbana do município e no alto uma árvore no centro da via, criando uma bifurcação.

Soares (2007), chama atenção para a descontinuidade na forma de ocupação do território. Ela está ligada ao dinamismo do mercado habitacional e de acordo com a autora essa urbanização ocorrente em algumas cidades de porte médio, se apresenta também Cristais Paulista, que segue um modelo chamado por ela de difuso, que é o resultado da interpenetração da condição rural na condição urbana ou vice-versa. Esse modelo de urbanização difusa permite a relação entre rural e urbano e entre campo e cidade, criando um modelo de ocupação territorial que não preenche todos os espaços vazios e nem por isso se torna um sistema desordenado ou caótico.

A especialização econômica e a estrutura fundiária de Cristais Paulista não se alteraram de forma significativa no decorrer dos anos, desde o início do século. O município mantém o café e a pecuária como suas principais atividades desenvolvidas na grande maioria em pequenas e médias propriedades. O fato é que essa especialização trouxe problemas para a cidade, fazendo com que não se criassem oportunidades de emprego na cidade e empregos para aqueles excedentes do processo de modernização do campo, que acabam emigrando para outros centros.

Por isso decidimos fazer uma caracterização do rural do município para demonstrar sua importância no conjunto da economia local.

3.1.8.1 - Caracterização da paisagem rural

Um importante elemento para iniciarmos a caracterização do espaço rural em Cristais Paulista é o clima predominante no município. Observa-se que as temperaturas oscilam entre 15°C. e 35°C., com média de 26°C. Com uma precipitação pluviométrica em torno de 1.600 mm e 1.800 mm., ocorre uma quantidade maior de chuvas nos meses de outubro à março e apresentando meses mais secos entre abril e setembro. Tem-se então um clima temperado com inverno seco.

A altitude varia entre 690 a 1062 metros em relação ao nível do mar, fazendo com que o município apresente duas regiões distintas, que influenciarão decisivamente na produção agrícola. Uma região de altiplano, com altitude entre 900 e 1.062 metros com topografia levemente ondulada e plana e outra região com altitude variando entre 690 e 850 metros, com a mesma topografia.

A hidrografia de Cristais Paulista é representada pela oitava região hidrográfica do Estado de São Paulo, que pertence à Bacia Sapucaí-Mirim/Grande, juntamente com outros 21 municípios e cinco distritos. O município de Cristais Paulista é membro do Comitê dos municípios da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim/Grande, fazendo parte do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (MBH), Município Verde Azul e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). O município conseguiu em 2009 a melhor colocação no Projeto Município Verde Azul²⁵ da Secretaria do Meio Ambiente entre todos os municípios da região e ficou em 32º no ranking estadual em 2010. Os corpos d'água principais são o ribeirão dos Cristais, ribeirão Pouso Alto, ribeirão Canoas, ribeirão Mococa e ribeirão das Pratas.

Com relação ao solo do município, temos a ocorrência de dois tipos: o cambissolo (predominante 75%) e o nitossolo (20%) e neossolo (5%).

²⁵ O governo do Estado de São Paulo lançou em 2007 um projeto ambiental, o "Município Verde", posteriormente alterado para o "Município Verde Azul". O objetivo é descentralizar a política ambiental, ganhando eficiência na gestão ambiental e valorizando a base da sociedade. O projeto propõe 10 Diretivas Ambientais que abordam questões ambientais prioritárias a serem desenvolvidas, orientadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. As 10 Diretivas são: Esgoto Tratado, Lixo Mínimo, Recuperação da Mata Ciliar, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Habitação Sustentável, Uso da Água, Poluição do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho de Meio Ambiente.

Segundo dados do LUPA e da Secretaria Municipal da Agricultura, o uso e ocupação do solo/cobertura vegetal mais freqüentes no município são: o cultivo de pastagem, para atividades de pecuária; pastagem natural; mata nativa: vegetação natural; cultura: podemos incluir a área de cultura permanente, o café e as de cultura anual, tais como o milho, a soja e aquelas denominadas de semi-perenes como a cana-de-açúcar que foi introduzida no município a partir de 2000 em áreas menos férteis do município. Conta-se com uma área urbanizada: compreende a área edificada do município de Cristais Paulista, incluindo áreas de uso misto e industrial, novos loteamentos e chácaras.

Cristais Paulista se constitui também por vários bairros rurais, como Água Limpa, Angolas, Areias, Bálsamo, Borda da Mata, Cachoeira, Caetetu, Chave da Taquara, Califórnia, Faquinha, Limeira, Pouso Alto, Santa Lúcia e Sapé, muitos deles datam da primeira metade do século XIX.

Outros núcleos habitacionais surgem na área rural como Água Viva, Recanto Morada dos Sonhos, Recanto Ouro Verde e Recanto Terra Brasil e também condomínios perimetrais de chácaras.

Com relação à estrutura fundiária do município, 68,4% dos produtores possuem área menor que 51 ha e são classificados como pequenos produtores, em sua maioria caracterizando-se como agricultores familiares, conforme tabela 16.

Tabela 16 - Estrutura fundiária – Cristais Paulista - 2008

Área (ha)	Nº. De propriedades	Área (ha)
0 a 20	187 (33,7%)	2.293,9 (06,12%)
20 a 50	193 (34,7%)	6.319,9 (16,85%)
50 a 100	82 (14,7%)	5.720,9 (15,26%)
100 a 200	57 (10,2%)	7.881,9 (21,02%)
200 a 500	27 (04,8%)	8.169,3 (21,79%)
500 a 1000	07 (01,2%)	4.885,3 (13,03%)
1000 a 2000	02 (0,36%)	2.223,5 (05,93%)
Total	555	34.494,70

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual 2010.

Nota: Dados extraídos de LUPA, 2008.

3.1.3.1.1 - As atividades agrícolas e não-agrícolas do município

O crescimento inicial de Cristais Paulista está intimamente ligado à criação de gado e à cultura do café juntamente com a ferrovia se caracterizando como uma economia rural.

A região é composta por um espaço, originado de um processo histórico específico de ocupação territorial, primeiramente pela migração mineira praticando uma agricultura de subsistência e criação de gado, posteriormente ocupada pela cultura do café e imigração europeia, notadamente, italianos e portugueses.

Atualmente ainda mantém essa característica econômica, onde predomina um rural agrícola, que é uma particularidade dos pequenos municípios, representados por populações de tamanho limitado, baixa densidade populacional, por suas relações estabelecidas com o meio rural, que, de acordo com Kayser (1990), são características do “espaço rural”. Mas, seguindo uma tendência de transformação e diversificação do rural, apresenta, mesmo que ainda de forma incipiente, outras atividades caracterizadas como não-agrícolas, que já convivem com o rural agrícola do município, como podemos ver na tabela 17.

Tabela 17 - Atividades não-agrícolas no município de Cristais Paulista em quantidade de UPAs*

Atividades	Nº de UPAS
Esporte e Lazer	3
Hotel Fazenda, Pousada ou SPA	1
Pesque-pague	1
Restaurante ou lanchonete	2
Turismo rural ou ecoturismo	2
Outras atividades econômicas	3

Fonte: LUPA, 2008.

* UPA (Unidade de Produção Agropecuária)

É o caso do turismo rural e ecológico. Cristais Paulista começa a investir neste setor, graças à localização privilegiada, próxima a região dos Lagos como dito anteriormente, o local possui fazendas históricas bem conservadas, belas cachoeiras. Duas propriedades, a fazenda Belo Horizonte e Jaborandi se dedicam ao turismo rural no município, oferecendo restaurante, comida caseira, atividades esportivas monitoradas. Segundo Rodrigues e Lourenço (2009) uma das fazendas chega a receber oito mil turistas por ano e não possui políticas públicas, ou seja, não recebem auxílio da prefeitura da cidade.

Além das duas propriedades ainda há um pesque-pague, em outra antiga fazenda do município.

Tabela 18 - Casa de moradia no campo – microrregião de Franca - 2008

Municípios	Nº de UPAS		%
	Habitada	Total	S/ habitação
Franca	591	692	15%
Pedregulho	517	605	15%
Patrocínio Paulista	465	567	18%
Cristais Paulista	417	452	8%
Restinga	283	292	3%
Ribeirão Corrente	209	247	15%
Itirapuã	202	209	3%
São José da Bela Vista	185	207	11%
Jeriquara	98	108	9%
Rifaina	67	93	28%

Fonte: LUPA, 2008.

O município sempre se caracterizou pelas atividades agropecuárias. As propriedades rurais exploram em sua maioria a criação de gado e a produção de café. Algumas se destacando pela produção de cafés finos, como por exemplo, a fazenda Bom Retiro que lançou uma marca especial produzida para clientes como Pão de Açúcar, Grupo Viena, Carrefour e Walmart. Segundo levantamento censitário de produção agrícola do Estado de São Paulo (LUPA, 2008), a área do município ocupada com culturas totaliza 13.375 ha. As principais atividades produtivas da agropecuária no município são hoje, a pecuária leiteira e de corte e o café. A tabela 19 mostra as principais culturas (somente as maiores áreas) do município de Cristais Paulista.

Tabela 19 - Principais atividades agropecuárias do município de Cristais Paulista - 2010

Áreas	Nº. de UPAS	Definições
Cultura perene	318	Aquela que cresce durante um período de vários de vários anos até se tornar produtiva não perecendo após a colheita
Cultura temporária	277	Aquela que normalmente completa o seu ciclo num período de duas ou mais estações
Pastagem	476	Compreende as terras ocupadas em capins que sejam efetivamente utilizada em exploração animal
Reflorestamento	87	Terras dedicadas ao plantio de essências florais exóticas ou nativas
Vegetação natural	494	Compreende as terra ocupadas com diversos tipos de vegetação natural, incluindo mata natural
Complementar	515	Aquela ocupada com benfeitorias (casa, currais, etc.), bem como estradas, açudes, lagos e similares.
Descanso	2	Compreende as terras que não estão sendo aproveitadas em atividades agropecuárias, mas que apresentam potencial para tanto

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual 2010.

Nota: Dados extraídos de LUPA, 2008.

O setor agropecuário ganha importância nos pequenos municípios devido à dinâmica das relações sociais que propicia devido às atividades e ocupações agrícolas. Para Abramovay (1999) devido ao peso das atividades agropecuárias no campo, “elas terão durante muito tempo (...) um peso determinante”. Quando analisamos o meio rural de Cristais Paulista, os resultados apontam também para o que diz Wanderley (2002), quando afirma que apesar dos fatores de crise que têm atingido a agricultura (...), ela permanecerá por longo tempo, sendo a atividade principal e a fonte para criar alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização.

Tabela 20 - Área cultivada de Cristais Paulista – 2008

Cultura	Área (ha)	Nº. UPAS
Braquiária	15.594	460
Café	6.382	287
Cana-de-açúcar	2.400	179
Milho	1.900	118
Eucalipto	600	87
Capim-napier ou capim-elefante	78	78
Pomar doméstico	-	46
Gramas	-	25
Colonião	-	24
Milho-silagem	300	14
Outras gramíneas para pastagem	-	13
Capim-jaragua	-	12
Mandioca	30	11
Soja	1.000	10
Banana	61	7
Horta doméstica	-	5
Viveiro de café	-	4
Bucha	22	4
Chuchu	-	3
Sorgo	124	2
Feijão	2	2
Tomate envarado	-	2
Abóbora (ou jerimum)	-	2
Laranja	355	1
Abacate	-	1
Milho-doce	-	1
Seringueira	-	1
Ervas medicinais ou aromáticas	-	1
Arroz	1	1
Maracujá	-	1

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual 2010.

Nota: Dados extraídos de LUPA, 2008.

Segundo os dados mencionados acima, a área mais significativa é a de pastagem, quarenta e um por cento da área do município é ocupada por pastagem. O café ocupa dezessete por cento de toda a área de Cristais Paulista e somarmos a pastagem natural com a área de mata nativa e cerrado, soma-se mais dezesseis por cento, totalizando todas as áreas de pastagem, mata e café setenta e quatro por cento da área do município.

Tabela 21 - Rebanho bovínico por número de cabeça e produção

Corte	Uso misto	Leite	Total	Nº UPAS	Prod. Leite	Mil litros
12.519	10.677	1.344	24.540	456	59	5.549

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Plurianual 2010.

Nota: Dados extraídos de LUPA, 2008.

Tabela 22 - Outras explorações animais por nº de UPAs

Suinocultura	Avicultura de corte	Avicultura ornamental	Equinocultura
128	9	249	271

Fonte: LUPA, 2008.

Foi extinto o ensino no campo, com o fechamento de escolas rurais. A administração municipal providenciou o transporte dos alunos do campo para a cidade, como também estruturou as escolas da cidade para atendê-los.

Atualmente o município possui o horto municipal, com viveiro permanente de espécies vegetais, muitas nativas da região. Desenvolve projetos sobre o meio ambiente para atender alunos do município com visitas monitoradas. Em sua horta são produzidas hortaliças que beneficiam famílias cadastradas para receber verduras e legumes. O destino da produção é a merenda escolar, mas devido à alta produção, o excedente está sendo distribuídos às famílias do município.

O município de Cristais Paulista participa também do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PPA) do governo federal desenvolvido em parceria com o município, como parte de uma política pública de segurança alimentar e nutricional. As ações do programa consistem em valorizar o homem no campo, a agricultura familiar, incentivar o produtor rural em relação à produção e venda de seu produto, com verbas do governo federal e municipal.

A região sempre apresentou excelentes condições para a cultura do café, em virtude de alguns fatores, como o clima, a altitude, a precipitação, o solo e principalmente à baixa umidade no período de maturação dos grãos e colheita. A qualidade do produto e a produtividade estão acima da média do país, como citado anteriormente.

O café destaca-se como o principal produto agrícola da região e do município. É a principal atividade sócio-econômica. Tem uma função social relevante devido as

suas características em relação à demanda de mão de obra e demais serviços. Basicamente a economia de Cristais Paulista se fortalece na renda oriunda da cafeicultura.

Atualmente a pecuária leiteira, mesmo sendo tradicional está em decadência em um município que já foi um dos grandes produtores, principalmente os pequenos produtores que não possuem grande capacidade de investir, além de fatores como baixa produtividade, pouca união entre os produtores locais e falta de uma política para o setor. Como consequência desse fato, os produtores de leite acabam migrando para outras atividades e até mesmo vendendo suas propriedades.

Ainda pode ser considerada significativa na economia do município, apesar dessa perda de espaço, até porque ela demanda mão de obra durante o ano todo e contribui para fixar o homem ao campo. Enquanto na cafeicultura a mão de obra é em grande parte volante e diarista, na pecuária leiteira o trabalhador reside na propriedade.

Na pecuária de corte encontramos o mais baixo nível tecnológico, mesmo com a propagação que tem no município, tratada de forma bem rústica pelo produtor, encontrando nela somente um meio de ocupação de áreas, não aproveitando o espaço que possui.

Devido à estrutura fundiária com alta porcentagem de pequenas propriedades essa atividade se limita às poucas grandes propriedades do município, que de maneira geral é explorada no sistema extensivo.

Através dos dados do Projeto Lupa 2008 já apresentados e aqueles constantes nos anexos e reafirmando o que disse Abramovay (1999) e Wanderley (2002), mostramos mais uma vez a importância das atividades agrícolas, na economia do município de Cristais Paulista.

São relevantes os dados referentes ao município se compará-lo somente com os outros pequenos municípios da microrregião. Cristais Paulista se destaca juntamente com Patrocínio Paulista e Pedregulho (estes com população superior a 10 mil habitantes). Os dados constantes nos anexos 10, 11 e 12 nos oferecem algumas informações a respeito das atividades agrícolas de Cristais Paulista comparados com a microrregião de Franca. Eles nos revelam alguns pontos importantes para analisarmos o rural no município como: a quantidade de upas que utilizam energia elétrica em suas atividades agrícolas; o uso do computador e

internet também apresenta dados importantes, pois o uso dessas tecnologias supera muito os demais municípios da região.

Por isso que,

Em suma, a manutenção de tradições culturais (oriundas do campo) não seria incompatível com a modernização da sociedade que deve ser encarada apenas como uma nova fase, com novos objetivos, que pode incluir o que anteriormente era tido como "tradicional" e "atrasado". Carneiro (1998, p. 2).

A participação da agropecuária no total do valor adicionado chega aos 32,33% (SEADE, 2009), perdendo para a participação dos serviços, mas superando os índices da microrregião. Com relação ao PIB e a participação no PIB do Estado, Cristais Paulista só fica atrás de Patrocínio Paulista e Pedregulho.

Enfim, através dos dados obtidos, constatamos que a atividade agropecuária no município supera em muitos aspectos a maioria dos pequenos municípios da região. Ver anexo 14.

Por meio dessa economia agrícola Cristais Paulista se insere e integra a outros centros urbanos com a comercialização de sua produção agropecuária.

3.1.9 - O modo de vida dominante

Essa dimensão diz respeito aos elementos culturais e sociais que darão sustentabilidade à vida urbana, compreende a acessibilidade da população aos recursos materiais, sociais e culturais. São alguns dados já mencionados no texto, referentes aos serviços básicos de educação, saúde e também segurança. O comércio, mesmo que de forma simples e também limitado e equipamentos urbanos de lazer. A cidade, de alguma forma contempla esses elementos que contribuem para a formação de uma mentalidade urbana, ao menos para aqueles que têm acesso aos recursos.

Essa quarta dimensão da metodologia proposta por Wanderley (2001a) é de extrema importância, pois através dela a autora buscou sair de explicações meramente econômicas da sociedade para uma tentativa de interpretação da totalidade, quando ela envolve relações culturais, sociais, ideológicas e como estas foram se acumulando durante o tempo e construindo a sociedade local.

Cada lugar tem sua própria dimensão histórica e cultural que foi se moldando por meio de práticas cotidianas, como as festas (religiosas ou não), a arquitetura, o lazer, os costumes que referenciam a identidade e a memória coletiva de um determinado lugar. Ao analisarmos o município de Cristais Paulista encontramos algumas práticas que poderiam dizer algo sobre identidade, mas estas se mantêm fortes ainda no meio rural, pois o modo de viver da cidade vem se modificando ao longo do tempo devido às transformações econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas.

Segundo Carneiro (1998), a heterogeneidade social, mesmo que crie situações de tensão, não provoca obrigatoriamente a descaracterização da cultura local.

Se nos referirmos ao território, como espaço de planejamento, ele é algo novo, quando justamente se apresenta com particularidades culturais de cada lugar.

De acordo com Abramovay (2000, p. 22),

Na OCDE (...) a ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Geralmente a população de cidades pequenas apresenta uma maior homogeneidade do que os grandes centros urbanos em suas características como: tradições, crenças, linguagem, opiniões e comportamento. O que comumente favorece essa homogeneidade em pequenos centros é que a população conserva uma estabilidade, tanto quantitativamente, como qualitativamente, junto com um quase inexistente fluxo de imigração de pessoas para a cidade. No caso de Cristais Paulista ocorre um fato diferente nesse aspecto e importante para analisarmos a questão da identidade do lugar.

Utilizando os dados do Censo Demográfico 2000, descobrimos um fato que chama atenção para o município. Cristais Paulista possui o maior contingente populacional que não é natural do local dentre os municípios da região de Franca e até mesmo se comparado à média estadual que é de 54,7% e para municípios de até 10 mil habitantes o percentual aumenta para 56,8%. A menor taxa no estado

seria para municípios entre 100 e 500 mil habitantes que chega apenas a 49,6%, sendo que a de Cristais Paulista é de apenas 37,0%, conforme tabela 23:

Tabela 23 - População total e sua respectiva distribuição percentual, por situação de domicílio proporção de pessoas naturais dos municípios – Estado de São Paulo e microrregião de Franca – 2000

Estado de São Paulo e microrregião de Franca-classes tamanho da população	População			
	Total	Situação de domicílio (%)		Proporção de pessoas naturais dos municípios (%) 1
		Urbana	Rural	
São Paulo	37.035.456	93,4	6,6	54,7
Até 5.000	577.011	71,1	28,9	52,6
De 5.001 até 10.000	822.767	77,4	22,6	56,8
De 10.001 até 20.000	1.605.382	79,0	21,0	59,5
De 20.001 até 50.000	3.680.323	87,6	12,4	57,5
De 50.001 até 100.000	3.826.838	91,5	8,5	53,9
De 100.001 até 500.000	10.996.139	97,3	2,7	49,6
Mais de 500.000	15.526.996	95,6	4,4	57,2
Cristais Paulista	6.579	59,2	40,8	37,0
Franca	287.737	98,1	1,9	56,3
Itirapuã	5.412	79,7	20,3	59,9
Jeriquara	3.280	76,5	23,5	50,6
Patrocínio Paulista	11.416	75,4	24,6	60,4
Pedregulho	14.994	72,8	27,2	62,1
Restinga	5.584	74,2	25,8	51,1
Ribeirão Corrente	3.881	75,7	24,3	48,3
Rifaina	3.325	89,5	10,5	51,7
São José da Bela Vista	8.075	86,3	13,7	69,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) Refere-se às pessoas que sempre moraram ou nasceram no município de residência por ocasião do Censo.

Para explicar este fato buscamos os dados dos censos demográficos de 1970 a 2000 do IBGE e, ao analisar esses dados juntamente com alguns acontecimentos ocorridos na região, verifica-se que eles podem ter criado em parte o fato acima, ou sido pelo menos responsável juntamente com a migração intra-regional.

Na década de 1970, no município de Rifaina, devido à instalação da Usina Hidrelétrica Jaguará, foi construído um reservatório no rio Grande, que acabou se tornando um grande problema. Para construí-lo, parte da cidade ficou submersa, fazendo desaparecer residências, lojas de comércio, a estação ferroviária junto aos trilhos da Mojiana. Esse acontecimento na verdade seria uma hipótese para de explicação da migração para o município de Cristais Paulista.

Outro evento, a construção na década de 1960 da usina hidrelétrica em Estreito no Rio Grande, município vizinho de Pedregulho, que foi chamada a partir de seu funcionamento em 1969 de Usina Luiz Carlos Barreto de Carvalho ou Usina de Estreito construída pela empresa Furnas Centrais Elétricas S. A., pode também ter causado o fato descrito acima.

Outra usina hidrelétrica, a de Peixoto, hoje denominada “Mascarenhas de Moraes”, que continuou popularmente conhecida como “Peixoto” foi inaugurada em 1968. A obra dessa usina foi tida como a maior de toda América do Sul na época. Construída a partir de 1950, pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e somente a partir de 1973, passou a ser operada por Furnas. A sua construção pode ter trazido para a região cerca de 15 mil homens. Migrantes nordestinos foram atraídos pela grande obra. Ficava evidente a importância do rio Grande, pois além de “Peixoto” ele ganhou mais três usinas: Furnas, Jaguará e “Estreito”. Essas usinas de transmissão estão ligadas à Usina Hidrelétrica de Furnas, criada em 1957 no governo de Juscelino Kubitschek visando evitar um colapso energético na região Centro-Sul. Furnas permitiu a continuidade no processo de construção de usina e linhas de transmissão, criando as usinas citadas acima.

Dentro desse conjunto de investimentos do governo federal em infraestrutura, visando o desenvolvimento industrial e a integração nacional destacamos a pavimentação da Rodovia Cândido Portinari SP-334 que faz ligação entre os municípios de Ribeirão Preto, Batatais, Franca, se prolongando até a divisa com o estado de Minas Gerais. Sua pavimentação ocorreu entre 1960 e 1964 e passa por quase todos os municípios da microrregião de Franca: Restinga, Franca, Cristais Paulista, Pedregulho e Rifaina.

Curiosamente todos os fatos mencionados ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, permitindo a comunicação entre o município de Cristais Paulistas e os demais pequenos municípios da região de forma a estabelecer relações em escalas mais amplas, que até então não existiam ou eram inexpressivas.

Pelos dados da tabela 24 podemos notar também uma dinâmica populacional entre os municípios, que de certa forma pode ter relação com os fatos acima, além da imigração inicial, uma mais recente, de caráter intra-regional, onde as pessoas buscam melhores condições de vida, dependendo do momento que vive a economia de seu município. A proximidade de Cristais Paulista com o município de Franca,

também faz com que haja um maior contingente de pessoas vindo para a cidade, já que uma de suas características é ser uma cidade dormitório.

Tabela 24 – População residente, segundo situação do domicílio – Microrregião de Franca – Estado de São Paulo - 1970-2000

MUNICÍPIOS/ ANO	Número			Cres.% TOTAL	%		Cresc. Pop. %	
	TOTAL	Urbana	Rural		Urbana	Rural	Rural	Urbana
Cristais Paulista				8,7			-12,7	33,0
1970	4.974	1.131	3.843	-	22,7	77,3	-	-
1980	4.903	1.413	3.490	-1,0	28,8	71,2	-10,0	20,0
1991	5.649	2.401	3.248	13,0	42,5	57,5	-7,0	41,0
2000	6.579	3.898	2.681	14,0	59,2	40,8	-21,0	38,0
Franca				30,7			-8,7	32,0
1970	93.638	86.868	6.770	-	92,8	7,2	-	-
1980	148.990	144.091	4.899	37,0	96,7	3,3	-38,0	40,0
1991	233.098	227.854	5.244	36,0	97,8	2,2	7,0	37,0
2000	287.737	282.203	5.534	19,0	98,1	1,9	5,0	19,0
Itirapuã				5,0			-34,7	22,3
1970	4.684	1.993	2.691	-	42,5	57,5	-	-
1980	4.916	2.896	2.020	5,0	58,9	41,1	-33,0	31,0
1991	5.043	3.545	1.498	3,0	70,3	29,7	-35,0	18,0
2000	5.412	4.312	1.100	7,0	79,7	20,3	-36,0	18,0
Jeriquara				18,3			-9,0	30,3
1970	1.709	741	968	-	43,5	56,5	-	-
1980	2.564	1.549	1.015	33,0	60,4	39,6	5,0	52,0
1991	3.249	2.492	757	21,0	76,7	23,3	-34,0	38,0
2000	3.280	2.510	770	1,0	76,5	23,5	2,0	1,0
Patrocínio Paulista				8,7			20,7	24,3
1970	8.635	3.690	4.945	-	42,7	57,3	-	-
1980	9.016	4.931	4.085	4,0	54,7	45,3	-21,0	25,0
1991	9.715	6.343	3.372	7,0	65,3	34,7	-21,0	22,0
2000	11.416	8.606	2.810	15,0	75,4	24,6	-20,0	26,0
Pedregulho				0,0			-36,7	24,7
1970	14.780	4.609	10.171	-	31,2	68,8	-	-
1980	12.919	6.494	6.425	-14,0	50,3	49,7	-58,0	29,0
1991	13.729	9.073	4.656	6,0	66,1	33,9	-38,0	28,0
2000	14.994	10.909	4.085	8,0	72,8	27,2	-14,0	17,0
Restinga				-4,3			-46,0	29,3
1970	5.456	1.343	4.113	-	24,6	75,4	-	-
1980	3.541	1.451	2.090	-54,0	41,0	59,0	-97,0	7,0
1991	4.407	2.726	1.681	20,0	61,9	38,1	-24,0	47,0
2000	5.584	4.142	1.442	21,0	74,2	25,8	-17,0	34,0
Ribeirão Corrente				17,3			-17,0	36,0
1970	2.193	756	1.437	-	34,5	65,5	-	-
1980	2.741	1.221	1.520	20,0	44,5	55,5	5,0	38,0
1991	3.229	2.155	1.074	15,0	66,7	33,3	-42,0	43,0
2000	3.881	2.939	942	17,0	75,7	24,3	-14,0	27,0
Rifaina				-29,0			-135,0	-0,3
1970	6.180	2.814	3.366	-	45,5	54,5	-	-
1980	3.367	2.613	754	-84,0	77,6	22,4	-346,0	-8,0
1991	2.897	2.383	514	-16,0	82,3	17,7	-47,0	-10,0
2000	3.325	2.866	459	13,0	86,2	13,8	-12,0	17,0
São José da Bela Vista				5,7			-44,0	20,0
1970	6.781	3.568	3.213	-	52,6	47,4	-	-
1980	6.648	4.358	2.290	-2,0	65,6	34,4	-40,0	18,0
1991	7.119	5.221	1.898	7,0	73,3	26,7	-21,0	17,0
2000	8.075	6.967	1.108	12,0	86,3	13,7	-71,0	25,0

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Nota: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados.

Os dados populacionais do IBGE, identificados na tabela 24 nos revela apesar de baixo, um crescimento da cidade com relação às outras cidades da região, que mostra uma configuração populacional bem singular e interessante, com alterações de dados populacionais, alternando crescimento e decréscimo em sua população, que demandaria um estudo dos demais municípios para descobrir a causa, de cada dinâmica populacional e seu contexto local e regional.

Podemos atribuir esse inexpressivo crescimento populacional de Cristais Paulista a fatores como o poder atrativo do município de Franca, que fica à 22 Km de Cristais Paulista, a ausência de uma estrutura urbana mais diversificada e que atenda melhor sua população em setores como: saúde, educação e outros.

Além do baixo crescimento populacional da cidade, a migração campo-cidade influencia no modo de vida de seus habitantes. E com isso os costumes no campo também se alteram através de novos hábitos de consumo de produtos e serviços urbanos, como energia elétrica, tratamento de água, televisão, internet, lojas e supermercados.

O fato de Cristais Paulista sofrer forte migração principalmente de municípios do Estado de Minas Gerais, mas também de outros estados e da região, contesta o caráter conservacionista presente em cidades pequenas. Resgatamos a fala de um morador quando ele diz que o município não possui mais famílias tradicionais, existentes em qualquer pequena cidade e que você não mais conhece os moradores, devido à chegada de migrantes. Segundo a fala do morador: *“Quais são as famílias tradicionais de Cristais? Pode andar aí e perguntar. Não tem mais. Você não conhece mais ninguém. A gente anda aí nas ruas e não vê mais. Cristais não tem mais famílias tradicionais”*. (PESQUISA DE CAMPO, 2010).

Até a questão da permanência no poder de elites locais, presente nas últimas décadas no município, não mais ocorre pelos menos na atual administração, onde o ocupante do cargo de prefeito municipal reforça a característica da cidade, sendo ele produtor rural e não originário do município.

Diante do exposto podemos aferir que a construção de uma identidade local fica comprometida já que na cidade os laços fortes de parentesco são restritos, não propiciando também o interconhecimento, conforme aponta uma das características relacionadas ao campo. Wanderley (2004).

Na pesquisa de campo realizada, a questão da migração foi bastante mencionada, mas nunca como problema para a cidade, como pode-se observar na tabela 14, ela não aparece entre os problemas, nem sequer foi citada nas respostas.

Segundo Silva (2000, p. 474),

É na memória dos cidadãos que ampara a identidade da cidade, que está contida, de certa forma, a ideia ou sentimento de inclusão/exclusão. Portanto ela é elemento afetivo da pertença, da identidade que faz com que os seus habitantes percebam na fisionomia urbana [ou rural] sua própria história de vida.

Com isso, Cristais Paulista demonstra que, mesmo sem ter entre seus habitantes essa homogeneidade, estabelecida por relações de interconhecimento através do parentesco, que isso é possível através das relações de vizinhança e pelo nível das relações humanas que o tamanho da cidade propicia. Ocorre uma preservação da memória da cidade, enquanto agente que modela quem chega para ali morar. Mesmo com significativa migração, não houve grandes transformações no local, a cidade sim transforma o migrante em seu morador e estabelece uma certa homogeneidade e apesar da migração, conserva essa população estável quantitativamente e qualitativamente.

Em pequenos municípios as pessoas ainda se apegam as tradições, carregando consigo uma cultura, que se faz sentir nas relações sociais dos habitantes, com suas festas, atividades culturais. Esse conjunto de elementos retrata a identidade social da localidade, que traz elementos do campo para a cidade, ou seja, as ruralidades, que conforme Moreira e Gaviria (2002) expressa a junção entre as noções de rural e identidade social.

O modo de vida do habitante de Cristais Paulista estabelece vínculos com o campo, pois, é freqüente encontrar entre seus habitantes os que possuem propriedades rurais, chácaras de lazer, ou visitam a área rural em finais de semana. Na maioria das vezes encontra-se pessoas que trabalham e moram no campo ou somente trabalham no campo e moram na cidade, por ter acesso fácil a produtos e recursos não encontrados no campo. É comum encontrar no comércio da cidade estabelecimentos pertencentes a filhos de proprietários rurais ou do próprio proprietário, sendo de qualquer forma o capital vindo do campo, investido no setor urbano. Como não existe escola rural, os alunos do campo estudam na cidade,

fortalecendo ainda mais os vínculos entre campo e cidade, que segundo Carneiro (1998), a ruralidade não se apresenta como oposição a urbanidade, mas como um processo de reestruturação de hábitos locais, construídos por meio da relação entre o campo e a cidade.

Ainda encontramos na cidade estabelecimentos comerciais de baixa profissionalização, contribuindo para permanência de relações de trabalho e trocas monetárias com bases familiares, como por exemplo, supermercados, cujas relações de trabalho ocorrem no interior da família, onde o filho tem como herança o estabelecimento, e trabalha com o pai, não possuindo nenhum funcionário. É notório em alguns estabelecimentos a inexistência de cartões de débito/crédito e o uso da “ficha” para a venda de produtos. Enquanto no campo, encontramos situações em que as relações de trabalho, controle da produção, o uso de tecnologias são fortemente baseadas na racionalidade técnica.

Temos aqui o dualismo posto à população das pequenas cidades: a falta de perspectiva de manutenção econômica, juntamente com a ineficiência da estrutura urbana, sofrendo influência do modo de vida rural, construindo uma cultura rica, profunda conhecedora da natureza e vivendo uma relação forte de parentesco e de vizinhança. Na cidade de Cristais Paulista, as relações de vizinhança se sobressaem às de parentesco.

Ressaltamos que há uma interação entre valores urbanos e rurais entre os moradores das pequenas cidades, havendo até uma valorização do rural nessa relação. Não podemos negar que o morador do campo ao migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida (fala-se aqui principalmente de necessidades econômicas e educacionais), faz com que elementos urbanos se insiram na sociedade rural. Um aspecto que diferencia o habitante desses pequenos centros daqueles das grandes cidades.

Outro aspecto que diferencia as grandes e pequenas cidades é a ausência de uma nítida divisão espacial da cidade. A área central não apresenta características tão diversas de conjuntos habitacionais que nem pode-se dizer que são distantes do centro.

Não encontramos a deterioração tanto econômica como social do centro, como ocorre nas grandes cidades, por exemplo. Nessas pequenas cidades há uma conjugação de espaços. São ocupados por residências, pontos de encontro da população e lazer (geralmente a praça central tem essa função), a igreja matriz (a

principal), comércio e serviços, órgãos administrativos, incluindo a própria sede da administração (a prefeitura), bancos, unidades de saúde (no caso de Cristais Paulista, não tem hospitais, somente duas unidades de atendimentos) e escolas. A distância dos bairros geralmente são curtas pois e pode-se fazer o trajeto a pé. Os moradores geralmente mantém relações de vizinhança, mesmo não morando no mesmo bairro. Esse relacionamento se mantém entre os habitantes de pequenas cidades e de Cristais Paulista²⁶. A cidade é bastante tranqüila, sendo essa uma das características mais ressaltadas pelos moradores nas entrevistas. Não há uma preocupação maior com a violência, as pessoas não se preocupam tanto com roubos, conforme tabela 25 e nota-se com freqüência o conflito que se criou entre motoristas de automóveis e as pessoas que circulam pelas ruas, sendo este um antigo hábito da cidade quando ainda não existia uma grande quantidade de carros circulando. O tempo parece ter outro ritmo, mais “lento” do que nos grandes centros, encontra-se com bastante incidência, bancos nas calçadas das casas, onde os moradores sentam para conversar.

Tabela 25 – Aspectos positivos, segundo os entrevistados, 2011.

Descrição	%
Traquilidade	28,6
Segurança	16,0
Convivência com as pessoas, amizade e aproximação entre os moradores	13,5
Serviços públicos (educação)	7,2
Serviços públicos (saúde)	6,8
Infra-estrutura, organização	8,7
Qualidade de vida	2,9
Paz	2,4
Contato com a natureza	1,9
Serviços públicos (esporte)	1,9
Proximidade com Franca	1,4

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2011.

Org.: SILVA, A. P., 2011.

Como dito acima, a tranqüilidade, com 28,6% foi o principal aspecto indicado pelos entrevistados como elemento mais importante da cidade, juntamente com a

²⁶ Observações feitas por meio de trabalhos de campo realizado pelo autor, em Cristais Paulista entre maio e julho de 2010 e janeiro de 2011.

segurança (16%) e a convivência e amizade entre as pessoas com 13,5%. Nota-se que serviços de saúde aparecem tanto como problema, como também entre os cinco aspectos positivos da cidade. É relevante apontar que entre os fatores positivos mencionados acima: a tranquilidade, convivência, aproximação entre as pessoas, amizade, qualidade de vida, paz e contato com natureza são características geralmente atribuídas ao mundo rural.

Detecta-se nessa cidade, como em outros pequenos centros elementos de modernidade que encontramos também nas grandes cidades (lan house, parabólicas, internet, gêneros musicais diversos como rock, rap, arquitetura de algumas casas, que são produzidos em grandes centros e também uma quantidade significativa de automóveis), conforme figura 28 e 29, ao mesmo tempo elementos rurais também se fazem presentes, conforme figura 30 e 31.

12/08/2010

ARTIGO**HÁBITO PERIGOSO**

Um hábito bastante comum do cristalense é andar no meio das ruas. Hábito que vem se tornando bastante perigoso nos últimos anos em Cristais Paulista. O aumento constante de veículos em circulação na cidade, principalmente nas duas avenidas principais - Antonio Prado e Dr. Luiz Rodrigues Nunes - parece não ser percebido pela maioria da população, já que estes não trafegam nas calçadas. Apesar de uma melhoria substancial no trânsito da cidade gerada pela implantação de mão única nas avenidas principais, os veículos ainda se deparam com o risco enorme e eminente de atropelar pedestres, principalmente aqueles pedestres que teimam, mesmo sob buzinas, em não dar atenção ao trânsito de automóveis, disputando espaço nas ruas com estes. Interessante observar como em Cristais Paulista, o pedestre disputa a rua com os veículos. Dias atrás presenciei um automóvel trafegando pela Avenida Coronel Francisco Martins, quando em um certo ponto encontrou com uma “corrente” de adolescentes que trafegavam na rua, na mesma direção do veículo (portanto de costas para o automóvel). O automóvel, com um motorista bastante prudente, diminuiu a velocidade ao se aproximar da “corrente”, que não deixava espaço para o carro prosseguir, chegou perto bem devagar, buzinou pedindo passagem e, ainda assim, os adolescentes seguraram o veículo, fazendo-se que não percebiam sua presença. Este é apenas um caso observado. Vamos a outro: na saída dos alunos das unidades escolares poucos são os que trafegam pelas calçadas, o que gera um substancial aumento no risco de em qualquer momento ocorrer um acidente grave nesta região da cidade. E, pior, envolvendo crianças que pelo visto não são orientadas educacionalmente a respeito da utilização das vias de trânsito para automóveis e pedestres. E é exatamente nesse ponto que gostaria de chegar. Será que não estaria na hora de se começar a pensar em uma modificação dos hábitos do cristalense em relação a trânsito? A área urbana já não merece um estudo mais aprofundado de sinalização horizontal (de solo) para orientação dos pedestres? Já não seria a hora do poder público, através de suas unidades escolares, e outros setores iniciar um amplo trabalho de re-educação da utilização dessas vias? Ainda que Cristais Paulista seja uma cidade pequena, não podemos esquecer que boa parte desse movimento de automóveis em nossas ruas vem também de cidades vizinhas, cujas pessoas têm algum tipo de negócio ou até mesmo trabalham na cidade. E, sem dúvida, esse fato será uma constante preocupação, já que Cristais Paulista vem crescendo em diversos aspectos.

Escrito por Gazeta de Cristais

Figura 28 – Artigo publicado no blog Gazeta de Cristais sobre problemas enfrentados no trânsito de Cristais Paulista, 2010. (Fonte: <http://mf-dib.zip.net/>).



Figura 29 – Residência localizada na Rua Antonio Prado (2010) e o centro da cidade onde se faz notar a grande quantidade de automóveis, 2011. (Fonte: SILVA, A.P.).



Figura 30 – Residência no bairro André Franco Montoro, 2010 e propagandas em uma horta localizada na Avenida Dr. Alexandre Vilela de Andrade, próxima ao centro da cidade, 2011. (Fonte: SILVA, A. P.)

Um modo de vida simples, onde moradores “urbanos” oriundos do campo, trabalhadores e proprietários rurais participam de festividades como as festas de peão e religiosas, como da santa padroeira e competições como as corridas hípicas, e o concurso de bandas e fanfarras que ocorrem na cidade, freqüentadas também por moradores da zona rural, algumas delas ocorrem em propriedades rurais e os principais freqüentadores são moradores urbanos. Podemos identificar nesse momento também as “urbanidades” e “ruralidades”, RUA (2006), presentes em Cristais Paulista.

As “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores tanto nos países da OCDE (onde muitos criticam os critérios atualmente adotados) quanto em países como o Brasil, onde se luta para ultrapassar a concepção oficial de que rural é tudo que não é urbano. (RUA, 2006, p. 95).



Figura 31 – Residência e horta na Rua Dr. Alexandre Vilela, 2011 e a vista do bairro Zoroastro F. Coelho, onde ao fundo podemos observar a paisagem rural, 2010. (Fonte: SILVA, A. P.).

A vida social se restringe aos eventos que ocorrem na cidade (festas, competições esportivas, missas). Como dito anteriormente, o tráfego de veículos por se tratar de uma pequena cidade não é tão pequeno. Aliás, o meio de transporte mais utilizado na cidade é o automóvel e geralmente para se deslocar de um bairro a outro, a pessoa o faz a pé, pelas curtas distâncias.

Semanalmente ocorre a Feira do Produtor Rural, na praça central da cidade, onde pequenos produtores rurais levam seus produtos para serem apreciados e comercializados pelos moradores urbanos. Atualmente a feira necessita de algum incentivo, pois muitos produtores rurais acabam por não participar pelo motivo de que produtores de hortas domésticas também vendem seus produtos de casa em casa e com isso termina por prejudicar a realização da feira.

Outro evento, este anual que se realiza na cidade é a Festa do Peão, no parque de exposição. Ela se caracteriza como um evento de porte pequeno, que traz alguns expositores agropecuários e empresas ligadas ao setor de toda a região. Os rodeios, leilões e apresentações musicais se destacam entre as principais atrações. O evento atrai pessoas vindas de municípios vizinhos da região de Franca.

Segundo Carneiro (1998, p. 4),

Quais os significados das grandes exposições agropecuárias que reúnem diversos segmentos da sociedade e políticos de diferentes matizes, do vereador ao presidente da República? Que valores são reforçados e transmitidos nos eventos e manifestações da chamada cultura “*country*” organizados em torno de leilões de bois ou cavalos, rodeios, exposições e feiras agropecuárias que ocorrem tanto em espaços “rurais” como “urbanos”?

A cultura *country*, na análise de De Paula (1995, p. 18),

promove uma inserção singular do rural no mundo em geral, através de uma reelaboração simbólica do rural desvencilhado da noção que o associava ao tradicional. A cultura *country* se desenvolve, portanto, coo-afirmadora da integração do mundo rural com o mundo urbano como expressão da modernidade e de modernização do rural.



Figura 32 - Caminhada “João Pelizaro” Cristais Paulista - Chave da Taquara, 2009 e 11ª Caminhada “João Pelizaro” Cristais Paulista - Chave da Taquara, 2008. (Fonte: AH de CP).

A Caminhada “João Pelizaro”, que percorre a distância de sete quilômetros entre Cristais e a comunidade da Chave da Taquara se destaca como mais um evento em que rural e urbano se interagem, colocando o rural como pólo de atração, seja como lazer, festividades ou atividades esportivas, (figura 32). É considerada uma caminhada eco-esportiva realizada sempre no mês de agosto e no dia da santa padroeira às margens da Rodovia Cândido Portinari, por uma estrada rural atraindo a população urbana do município, já que a caminhada tem como ponto de partida a cidade. O evento é realizado pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do município, denominado de caminhada eco-esportiva, portanto, um órgão público e laico, mas que termina por ferir essa laicidade do poder público, ao convidar toda a comunidade de Cristais Paulista e região e ao mesmo tempo promover a caminhada para comemorar o dia da santa padroeira.

A Festa da Padroeira da cidade Nossa Senhora D’Abadia, é bem representativa na cultura popular local, simbolizando uma confraternização entre os habitantes. O evento é realizado no mês de agosto e na semana da celebração ocorrem a novena e a procissão, onde fazem orações e carregam a imagem da santa. Esse momento pode ser interpretado como uma celebração que de certa forma nos faz reviver um tempo sagrado, com encontros, atos e sentimentos de fé, (figura 33).



Figura 33 - Festa da Padroeira (2007) e procissão em louvor à Nossa Sra. D'Abadia, agosto de 2010. (Fonte: AH de CP/<http://mf-dib.zip.net/>).



Figura 34 - Bairro rural Chave da Taquara, 2007. (Fonte: AH de CP).



Figura 35 - Família Pelizaro, 2007 e Igreja Bom Jesus da Lapa, Chave da Taquara, 2009. (Fonte: AH de CP).

O bairro rural Chave da Taquara (conforme figuras 34 e 35, acima) assume grande importância nas festividades locais e na identificação com “hábitos rurais”. É nele que ocorre a também tradicional Festa Bom Jesus da Lapa, também realizada

no mês de agosto. Foi por volta de 1905 que os primeiros imigrantes italianos vieram para o Brasil e escolheram a região da Chave da Taquara para se instalarem. Foi devido à ferrovia que o bairro recebeu esse nome. “*A Maria-fumaça parava no vilarejo para se abastecer de mais madeira. No local, também ficava a chave para o desvio do trem e como tinha muito bambu lá, então ficou Chave da Taquara (espécie de bambu)*”, explica um morador do local (JORNAL COMÉRCIO DA FRANCA, 2006). Curiosamente neste bairro rural, notamos uma complexa formação social, onde ainda hoje percebe-se a presença de mineiros, imigrantes europeus (italianos e espanhóis), negros, baianos. Foram os migrantes baianos, que criaram e difundiram a festa e que hoje é freqüentada por moradores da cidade de Cristais Paulista e de toda a região de Franca e demais cidades vizinhas, a Festa Bom Jesus da Lapinha. Segundo conta a tradição, um baiano teria trazido a imagem de Bom Jesus dentro de sua camisa e se fixando no local, instituindo um culto religioso homenageando o santo. Atualmente, essa devoção pertence aos italianos, que organizam anualmente a tradicional festa, conseguindo mobilizar os moradores em torno da realização do evento, Costa (2009). Uma conhecida família baiana do bairro rural, a família Trajano, foi um exemplo de baianos que para cá vieram e do bairro saíram para investir em atividades urbanas. São donos hoje da rede de móveis e eletrodomésticos Magazine Luiza.

Segundo Queiroz (1973, p. 73),

(...) as atividades religiosas, cujo momento de realização comum são as festas, servem para congregar os moradores de um bairro (...). Além dessas ocasiões regulares, encontros informais e ocasionais também têm lugar, multiplicando as reuniões. A vida nos bairros se caracteriza por um ritmo que lhe é próprio, em que a dispersão habitual e cotidiana é alterada com momentos de aproximação, proporcionados ora pela necessidade de certos trabalhos em comum, ora pelas festas, tanto em sua função religiosa quanto em sua função recreativa.

A ruralidade neste pequeno município está presente no consumo pela sociedade urbana, de bens simbólicos e materiais e de práticas culturais que são próprias do meio rural, Carneiro (1998).

Cristais Paulista é conhecida hoje regionalmente por sediar as corridas hípcas. É uma das sedes das disputas, mas ganhou destaque por ter sido a

primeira cidade a praticar o hipismo rural²⁷ e ter a maior tradição regional na prática do esporte. Geralmente as corridas atraem um grande número de pessoas para o Estádio Hípico Municipal, vinda de todas as cidades da região. Nesses dias, a cidade chega a abrigar uma quantidade de pessoas maior do que a sua própria população e sua capacidade de hospedagem. (Figura 36).

A cidade abriga duas equipes, o Clube Hípico Areia e o Clube Hípico de Cristais Paulista. Esse evento nos proporciona a analisar a relação rural urbano no município. A competição ocorre na cidade, com a participação de moradores da cidade e também do campo, tendo uma origem no meio rural. Já nas primeiras décadas do século XX, cavaleiros realizavam apresentações na cidade, mas ainda, não havia competição. A hípica rural foi introduzida na região pelos monges sistercientes, vindos da Itália e que habitavam o Mosteiro de Claraval (MG). A prática desse esporte data por volta de 1953 no município mineiro como uma atividade comemorativa de festas religiosas como a festa de São Bernardo Abade promovida pelos monges, onde estes além de organizar as disputas, também ensinavam a prática do esporte.

Em 1956 o hipismo rural chega ao município de Cristais Paulista por meio de José Malaquias (Nenê Malaquias), introduzindo neste município o que aprendeu sobre a hípica rural em Claraval. Com a criação da equipe dos “Paulistas”, Cristais Paulista consegue com sucesso difundir a modalidade mais do que em qualquer outro município, conseguindo a aprovação e o gosto pela prática de toda a população.

O Clube Hípico Areia, os antigos “Paulistas” passou a ser conhecido por “Areia” a partir de 1992. É tradicional na cidade criado juntamente com a introdução do hipismo no município. Houve a união dos cavaleiros do bairro rural Borda da Mata com demais corredores dispostos a montar um clube novo. Possui campo próprio na zona rural. O outro clube é o Cristais, fundado logo após em 1963, seu estádio aparece como o mais moderno da região e situa-se na zona urbana.

²⁷ O Hipismo Rural nasceu no Brasil e é considerado um dos esportes mais completos da categoria. Juntos cavalo e cavaleiro precisam vencer obstáculos naturais e artificiais, corridas em terreno plano e montanhoso, além de provas com baliza, tambor e salto. Atualmente as disputas são compostas por cinco provas: agilidade, obstáculo, bandeira, lenço e chapéu. Associação Brasileira dos Cavaleiros de Hipismo Rural (ABHIR).

O município tenta oficializar o título de “Capital das Corridas Hípicas”, que traria vários benefícios econômicos para o município, fortalecendo o turismo na cidade, mas que também exigiria investir na infra-estrutura da cidade para que essa possa receber o público para as competições com a criação de pousadas, bares, restaurantes e outros.

Percebemos mais uma vez a interação entre elementos rurais e urbanos presentes no município, e tanto os aspectos produtivos, culturais e sociais ou religiosos estão intimamente ligados à hábitos e costumes rurais que se configuram nas festividades, em eventos esportivos e também surgem nos costumes e hábitos diários da população urbana, formando assim um modo de vida característico do local. É a presença e a permanência de ruralidades em pequenos municípios como Cristais Paulista, preservando ainda um pouco da tradição e heranças históricas diante da racionalidade imposta pelas relações capitalistas.



Figura 36 – Corridas hípicas em Cristais Paulista e região. (Fonte: <http://turismo.turismoecia.tur.br/revista/cidade34.asp> e foto de: Ângelo Pedigone).

Carneiro (2003, p. 9) se remete à desnaturalização de referências empíricas que sustentam a dualidade rural/urbano, quando diz que

essa dualidade, torna possível reconhecer experiências e relações sociais tidas como rurais, mas que se manifestam em espaços considerados urbanos. Nesses termos, o rural pode ser, em alguns contextos, expressão da tradição, da autenticidade das relações interpessoais, do simples, do atraso, como também pode, através de uma reelaboração simbólica por parte dos atores sociais, conter ícones da modernidade e ser expressão de uma modernização que se realiza em espaços tipicamente urbanos.

E ainda conforme Candiotto e Corrêa (2008, p. 17),

Todavia, assim como o espaço urbano e rural estão imbricados, o mesmo acontece com as ruralidades e urbanidades. Além da existência de atores, objetos técnicos e ações de caráter urbano no meio rural, conduzindo a urbanidades no espaço e na sociedade rural, existem ações e objetos técnicos característicos do rural (com origem rural ou industrialurbana) que acabam se inserindo no urbano (estilo *country*, músicas, festas, hortas), levando a ruralidades no espaço e na sociedade urbana.

Uma festividade já tradicional na cidade é o Concurso de Bandas e Fanfarras. (Figura 37). Um encontro que reúne pessoas não somente da região, mas também do Estado de São Paulo, pois participam corporações de todo o estado. Em 2010 o concurso integrou o campeonato paulista e a copa do Brasil de bandas e fanfarras.



Figura 37 - Banda Marcial de Cristais Paulista "Maestro Rossini", 2010. (Fonte: <http://turismo.turismoecia.tur.br/revista/cidade34.asp> e www.cristaispaulista.sp.gov.br)

Esse evento podemos dizer é predominantemente urbano, mas atrai uma grande quantidade de pessoas vinda do meio rural para assistir ao espetáculo que une arte e também cultura. As bandas marciais se apresentam, além dos desfiles tradicionais em eventos como competições, como a que Cristais Paulista sedia e em jogos de futebol americano, pois além de bandas de marcha, elas se tornaram em bandas de show. Têm crescido consideravelmente as apresentações em festivais e encontros, principalmente em países como Estados Unidos e Inglaterra.

Buscamos através de eventos que ocorrem no município de Cristais Paulista, mostrar a presença de ruralidades em várias extensões, seja pelas festas, ou pela relação próxima de vizinhança estabelecida entre seus moradores, de qualquer maneira essas ruralidades se fazem presentes no modo de vida dos habitantes do local.



Figura 38- Praça Nossa Senhora da Abadia, 2002 e morador da cidade, 2010. (Fonte: AH de CP e SILVA, A. P.).

3.1.10 - A dinâmica da sociabilidade local

Essa dimensão trata-se das relações sociais instituídas pela várias formas de ocupação do espaço urbano. Diz respeito também à maneira como cada cidadão se relaciona como o espaço onde mora, por meio de práticas cotidianas, manifestações culturais, responsáveis pela construção de uma identidade local, mesmo que parte dessa população não tenha nascido nesse lugar. Podemos ressaltar que na cidade, a relação estabelecida entre os seus habitantes adquire particularidades constituindo a identidade própria do morador do lugar. Um elemento importante para analisarmos o município de Cristais Paulista se encontra nas relações de poder, responsáveis talvez pelas mudanças e permanências no cenário urbano e rural do local. Com o processo de modernização agrícola, não houve grandes transformações no município a ponto de alterar sua base econômica. A economia e estrutura fundiária se mantiveram sem grandes mudanças e a mecanização das lavouras de café somente se intensificou na última década.

As tecnologias aplicadas à pecuária ainda são tímidas e pontuais. Ou seja, Cristais Paulista passa a sofrer algumas mudanças nos últimos dez anos no que diz respeito à introdução de novas tecnologias no campo que atinge uma minoria de grandes proprietários, ao êxodo rural, desemprego urbano e a migração. Muitas pessoas ou famílias mineiras que vem para Cristais Paulista para trabalharem na colheita do café, optam por não retornarem ao seu município de origem na perspectiva de obterem melhores condições de vida. Com isso muitas ficam no

campo, pois a cidade não oferece moradia para todas essas pessoas e não se encontra atualmente casa para alugar na zona urbana. (Ver anexo 2).

Outro fator relevante nessa dimensão de análise é a atuação do capital. De forma alguma pretende-se iniciar uma discussão sobre as formas que se apresenta o capital, e sim como atua o capital mercantil em pequenos municípios.

Apesar da área urbana ser o seu setor privilegiado de ação, ele também atua no meio rural. Toda a riqueza presente na grande propriedade da terra, se transforma em objeto de apropriação e de valor de troca, que lhe dá dividendos, seja pecuniários, políticos, por meio da especulação fundiária. A propriedade, além da renda direta, pode lhe conferir poder político e econômico sobre o uso do solo. É uma forma de acumulação primitiva, de onde nasce o capital mercantil imobiliário.

Segundo Cano (2010, p. 2).

Quanto mais atrasado ou subdesenvolvido for um determinado espaço (rural ou urbano), tanto maior e nefasta será a presença do capital mercantil, que dominará a maior parte ou até mesmo a totalidade desse espaço econômico. Essa dominação terá caráter conservador e procurará manter o atraso ou o subdesenvolvimento, pois disso dependerá a manutenção de seu poder econômico e político sobre aquele espaço, permitindo duradoura reprodução a esse capital mercantil.

Politicamente, foi também na última década que o cenário sofreu alterações, pois, por décadas ocorreu uma alternância no poder, onde por exemplo, duas pessoas ocuparam o cargo de prefeito, mas não através vínculos de parentesco, e sim com reeleições. Há uma certa estabilidade entre os interesses políticos e econômicos na cidade. Podemos verificar pessoas bem sucedidas nos setores produtivos como a agricultura e também o comércio. Esse é um aspecto que necessita de um maior aprofundamento, pois não temos como afirmar até que ponto uma elite política é também a elite econômica do município, em outras palavras se essas elites são compostas pelas mesmas pessoas. Ao analisar a situação política atual, pode-se afirmar que há uma identidade entre poder político e econômico, mas esses poderes se coincidem promovendo ações públicas direcionadas? Essa questão poderia ser outro tema de pesquisa, onde veríamos até que ponto o poder político reforçaria e manteria estável a atividade produtiva que sustenta a base econômica do município.

Diante das considerações, podemos afirmar que Cristais Paulista é um pequeno município, que se por um lado apresenta mudanças no campo, com a

mecanização das técnicas agrícolas, resultado da modernização agrícola, com a presença do capital e novas formas de organização da produção, as transformações na cidade ocorrem de forma mais lenta, pela própria base econômica do município e também por depender de centros urbanos maiores, como Franca.

CONCLUSÃO

O estudo dos pequenos municípios, e especificamente de um pequeno município paulista, possibilita conhecer melhor como se apresenta a ruralidade no Brasil, e sugere outras interpretações a respeito daquelas oficiais que se aproximam das teses que propõem uma urbanização da sociedade e, conseqüentemente, o fim do rural.

Durante o desenvolvimento do estudo, procura-se um olhar mais particular, regionalizado, dos estudos do mundo rural e não interpretações generalizadas. Mesmo tratando-se do Estado de São Paulo, o estado mais rico do país, foi possível, a partir do estudo do Censo Demográfico 2000, elaborar outra classificação em se tratando dos estudos do rural e do urbano no Brasil.

Assim, observa-se que os índices divulgados pelo IBGE para o Brasil e para o Estado de São Paulo diferem um pouco dos indicadores de muitos municípios, principalmente dos pequenos. Ao estudar o pequeno município de Cristais Paulista, fica evidente que as atividades agrícolas são fundamentais para a economia do município, assim como importantes na sua ruralidade. Diverge também, de estudos atuais que dissociam o rural do agrícola, o que não ocorre no município estudado, cuja sua economia ainda mantém um vínculo direto com a agropecuária.

O grande desafio é entender a atual diversidade no rural brasileiro, seja territorial e regional, sem no entanto, homogeneizá-la.

Para isso, utilizam-se as categorias de análise de tamanho populacional e densidade demográfica, proposto por José Eli da Veiga, baseado nos estudos da OCDE. Baseados nos dados dos censos demográficos e nesta tipologia, analisa-se como se apresentam as mesorregiões e microrregiões paulistas, sempre com o objetivo de mostrar a realidade do pequeno município.

A metodologia de Veiga não se desvincula e de certa forma se filia às correntes teóricas da sociologia rural, pois permite apreender as singularidades de pequenas localidades, de tamanho populacional limitado, baixa densidade, por suas relações com o espaço, que, segundo Kayser, remetem-nos ao mundo rural.

No presente estudo busca-se a junção de indicadores dos censos do IBGE, considerados dados secundários, com a pesquisa de campo realizada no município,

selecionado para estudo de caso. Os dados primários foram decorrentes do uso da metodologia de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, que constrói uma trama social composta por cinco categorias de análise.

Ao estudar o pequeno município, a pesquisa de campo é instrumento fundamental.

Para Maia (2005),

o conhecimento dessas realidades possibilita afirmar que para entender [os pequenos municípios] é imprescindível a observação em campo, ou mais exatamente nas cidades. As apurações estatísticas são valiosas e muito contribuem para algumas conclusões. No entanto, é através da observação direta – aqui entendida no seu sentido mais amplo – da maior aproximação com essas localidades que se pode apreender essas realidades. (MAIA, 2005, p. 15).

Essas observações reafirmam hipóteses de que existem diversos tipos de ruralidades, principalmente dentro dos pequenos municípios.

Por isso, Wanderley vai além da análise de Veiga sobre o rural e o urbano. Além dos indicadores secundários, que sempre foram utilizados pela sociologia rural desde o início do século XX nos Estados Unidos, chegando ao Brasil, influenciando os estudos de comunidade, dos bairros rurais paulistas e posteriormente os pequenos municípios pelos demógrafos, estão sendo recuperados atualmente por alguns autores, como José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Maria Nazareth de Baudel Wanderley, que aprofunda a análise ao propor um estudo interno do município para que possa conhecê-lo em todos os seus aspectos (econômicos, sociais e culturais).

De acordo com Coelho (2001), ao problematizar o que parece evidente faz-se uma reflexão crítica sobre elementos conceituais e abordagens que o tema consegue abarcar.

O conceito de cidade e pequena cidade, rural e urbano foram discutidos em todos os momentos do trabalho. Para chegar-se a um conceito ou abordagens teóricas sobre a pequena cidade, buscam-se algumas abordagens sobre o conceito de cidade que, ao longo da história, sempre se define pela diferenciação em relação ao rural.

Algumas ideias como a urbanização da sociedade (Lefébvre, 2004 e 2006); as novas ruralidades – manutenção das particularidades do rural (Carneiro, 1998);

(Abramovay, 2000); e Wanderley (2000 e 2001a) e Veiga (2001) e a unidade ou interação entre o rural e o urbano, formando novas territorialidades, que (Rua, 2005 e 2006) fazem parte do debate atual acerca do campo/cidade e rural/urbano.

A pesquisa empírica utiliza-se então das categorias apontadas por Wanderley (2001) com o objetivo de analisar o pequeno município e estabelecer a relação da cidade com o campo, constituindo uma dinâmica interna e também uma relação com o seu entorno.

Conclui-se com Wanderley, que os pequenos municípios, que mesmo apresentando características de um espaço rural, constituem locais em que a utilização do espaço e da vida social são definidos de uma forma bem particular.

Conforme Wanderley (2001a, p. 3),

na verdade, não se trata simplesmente de afirmar ou negar o caráter urbano destes aglomerados tomados globalmente, mas sobretudo de tentar entender as funções que elas exercem no chamado “sistema urbano”. A este respeito, parece-me importante não minimizar o seu significado, enquanto expressão de um “ethos urbano”, que precisamente, organiza, administra e integra a sociedade local, rural e urbana. Mas, por outro lado, parece evidente que estas cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência de vida urbana.

Por isso, ao aplicar as dimensões de análise sugeridas por Wanderley (2001a), para os pequenos municípios, pode-se dizer que Cristais Paulista, apesar de todas as características rurais, costumes, economia agrícola e ruralidades presentes no cotidiano da cidade, não pode ser classificado como *predominantemente rural* ou um município rural, segundo apontaria José Eli da Veiga, se fosse aplicada sua metodologia. Também não pode considerá-lo *majoritariamente urbano*. Após as descrições e análises efetuadas, afirma-se que o município de Cristais Paulista apresenta numa *situação intermediária*. Importante ressaltar que as três situações apontadas por Wanderley (2001a) na classificação dos pequenos municípios não significa que obrigatoriamente ou inevitavelmente ela tenha que evoluir para outra situação, ou seja, o município rural pode se manter nessa situação, como o que se encontra na *situação intermediária*, como é o caso de Cristais Paulista. Tanto a população quanto o poder público não devem associar urbanização com desenvolvimento. O município pode e deve manter sua base econômica e a partir daí, com investimentos em políticas públicas que privilegiem a esfera produtiva que lhe dá sustentação chegar ao desenvolvimento.

De acordo com Wanderley (2001b), o local seria o resultado do encontro entre o rural e o urbano e o desenvolvimento local, valorizando o potencial econômico, social e cultural da comunidade local, não podendo então, supor o fim do rural.

Dessa forma, as políticas públicas voltadas para os pequenos municípios, têm que ser repensadas e valorizadas, integrando o município ao mundo rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária** – revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Brasília, n. 1, v. 28, jan./ago., 1999.

_____. **Do setor ao território:** funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para discussão IPEA, São Paulo, n. 702, 2000.

_____. **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro. **Terra livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998a. p. 213-220.

_____. **A terra e o homem no Nordeste:** uma contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Universitária da UFPE, 1998b.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **Os mitos do “sertão” e do Triângulo Mineiro:** as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade. Uberlândia: Editora Compooser, 2003.

_____. As Pequenas cidades no Brasil e no Triângulo Mineiro. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **A pequena cidade nas teias da aldeia global:** as relações e especificidades sócio-políticas nas pequenas cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG. 2008. 377 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na estrada do Anhanguera:** uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, 1999.

BARRETTO, Alberto G. O e outros. **Atlas Rural de São Paulo**. São Paulo, 2005, p. 8.

BARROS, Afonso de. A sociologia rural perante a problemática do espaço. **Sociologia: problemas e práticas**, Lisboa, n. 8, p. 43-53, 1990. Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/32/350.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2009.

BLUME, Roni. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BORGES, Barsanufo Gomes. **O despertar dos dormentes**: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: CEGRAF, 1990

_____. **Goiás nos quadros da economia nacional**: 1930-1960. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100730&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 14 out. 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/cartilha_estatuto_cidade.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2009.

BRIOSCHI, Lucila Rei et al. **Os entrantes no Sertão do Rio Pardo**: o povoamento da freguesia de Batatais - séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERU, 1991.

CAMPOS, Ricardo Luiz Sapia de. Desenvolvimento rural, conhecimento e cooperação como força produtiva. **Perspectiva**, São Paulo, v. 32, p. 161-180, jul./dez., 2007.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 1997.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 252-280, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/11.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2010.

CANO, Wilson. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Texto para Discussão IE/UNICAMP**, Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia. Campinas (SP), N. 177, maio/2010.

CARNEIRO, Maria José Teixeira. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 63-75, out. 1998.

_____. **Ruralidade na sociedade contemporânea**: uma reflexão teórico-metodológica. 2003. Disponível em http://www.ftierra.org/ftierra1104/docstrabajo/jmcarneirobr_nr.pdf.> Acesso em: 09 mar. 2009.

CARVALHO, Daniel de. **Francisco Sales: um político de outros tempos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 71.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. **Sustainable rural livelihoods**: practical concepts for the 21^o. century. Brighton, UK: Institute of Development Studies, 1992. (Institute of Development Studies Discussion Paper, n. 296).

CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.

CINTRA, Anael Pinheiro de Uihôa. **Espaços rurais no Paraná**: um estudo das relações campo-cidade nos pequenos municípios. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antônio J. Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (Org). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. p. 19-46.

COMÉRCIO DA FRANCA. **Projeto Memória conta história do bairro rural**. 22 de abril de 2006. Disponível em: <<http://www.comerciodafranca.com.br/materia.php?id=2854>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. 1991. Novas dimensões do urbano no Brasil. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 21, n. 42, 1991.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 41-53, jan./jun. 1999.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. In: **Simpósio Nacional “O rural e o urbano no Brasil”**, 2., 2009, Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Danilo Roberto da. **A sobrevivência da cultura caipira no nordeste paulista: lembranças do Distrito de Crystaes**. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca.

CRISTAIS PAULISTA (SP). Lei Complementar nº. 009, de 06 de junho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Cristais Paulista. **Plano Diretor Participativo**, Cristais Paulista, jun. 2008.

_____. Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente. **Plano municipal de desenvolvimento agropecuário** – Plurianual 2010. Cristais Paulista: SAMA, 2010.

DE PAULA, S. G. **Campo e Cidade: A cultura country no Brasil contemporâneo**. 1995, datil.

DURKHEIM, Émile. Da divisão social do trabalho. In: GIANNOTTI, José Arthur (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 1-70.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 2001.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto (SP)**. São Paulo: Edusp, 2003.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FERNANDES, Florestan. (Org.). **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. Vol. 37. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

FOLHA DE S. PAULO. **Caderno Ribeirão**, p. C1, 04 de setembro de 2005 (Região tem urbanização abaixo da média).

_____. **Caderno Ribeirão**, p. C1, 09 de outubro de 2005 (Grupo tenta evitar 'segundo fim' de Rifaina).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

_____. A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro. In: _____. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 89-122.

GAZETA DE CRISTAIS. **Em revista Cristais Paulista**. Cristais Paulista (SP), setembro de 2005. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0004022014c1f2a74cb17>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

GUERRA, Isabel. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia: problemas e práticas**, Lisboa, n. 13, p. 59-74, 1993. Disponível em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/932/1/6.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 7-8.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 mai. 2009.

_____. **Banco de Dados Agregados**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2009.

IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP. **Características e tendências da rede urbana no Brasil**. Instituto de Economia - UNICAMP, 2000.

JOLLIVET, Marcel. A vocação atual da sociologia rural. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 5-25, out. 1998.

JUNGHANS LANZ, Helza de Abreu Ricarte. A ruralidade no urbano: novas perspectivas na relação campo-cidade. **VIII Encontro de Ciências Sociais do Norte/Nordeste. Modos de Pensar o Social: Espaço, Tempo e Imagem**. Fortaleza, 1997.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale**: sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

LÉFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 33-50.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006. p. 41-77.

MAIA, Doralice Sátryo. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9, 2005, Manaus, **Anais eletrônicos**. Manaus: SIMPURB, 2005.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 18-24.

MEDEIROS, Maria Suelly da Silva. **A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar**. 2005. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MELO, Nágela Aparecida de. **Rede urbana e pequenas cidades**: seus limites e possibilidades no sudeste goiano. Projeto de Pesquisa, Uberlândia, 2005. Mimeo.

_____. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MENDRAS, Henri. **Princípios de sociologia**: uma iniciação à análise sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MOREIRA, Roberto José. GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade Taquari. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 47-72, abr. 2002.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 113-143, abr. 2003.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identities sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-41.

OCDE. **Territorial Indicators of Employment** – focusing on rural development. Paris, 1996.

OLANDA, Rodrigues Elson; SOARES, Beatriz Ribeiro. Sanclerlândia – GO, das indefinições de pequenas cidades à singularidade da cidade local. 2005, Fortaleza. In: Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Geografia. VI Encontro Nacional da ANPEGE.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista 1890-1920**. Franca: UNESP-FHDSS, 2006.

PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas**. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PIERSON, Donald. **Cruz das Almas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966.

PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2003**. Disponível em <www.cidades.gov.br>. Acesso em 15 out. 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 119-265.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS PAULISTA. Histórico do município de Cristais Paulista, 2010. Disponível em: <http://www.cristaispaulista.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=25&Itemid=54>. Acesso em: 10 ago. 2010.

PROJETO RURBANO. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbanw.html>>. Acesso em: 23 nov. 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relações entre bairros rurais e zona urbana num município de desenvolvimento urbano modesto: o bairro Taquari, no município de Leme. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1973. p. 31-53.

_____. Do rural e do urbano no Brasil. In: _____. **Cultura, sociedade rural e sociedade urbana no Brasil**. São Paulo. Edusp, 1978. p. 46-67.

_____. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: _____. **Cultura, sociedade rural e sociedade urbana no Brasil**. São Paulo. Edusp, 1978. p. 263-311.

REDFIELD, Robert. **Civilização e cultura folk**. São Paulo: Livraria Martins, 1949. p.

RODRIGUES, Elisa de Oliveira Cruz; LOURENÇO, Estela Silva. O processo de turistificação como meio de exploração do turismo: o caso da fazenda Belo Horizonte. In: Congresso de Iniciação Científica, 3, , 2001, Franca. **Anais eletrônicos...**, Franca: Uni-Facaf, 2001. Disponível em: <<http://unifacef.com.br/novo/3fem/Inic%20Cientifica/Arquivos/Elisa%20e%20Estela.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2009.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, ano 2, n. 2, p. 45-66, 2005. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br/downloads/revista2.pdf#page=45>>. Acesso em: 03 jul. 2009.

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998. p. 15-20.

_____. **Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. Cidades locais no terceiro mundo: o caso da América Latina. In: _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008a. p. 85-91

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008c. p. 13.

_____. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2008d.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 225-256, mai./ago. 1997.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, v.11, p. 88-125. 2004.

_____. Ciências Sociais, ruralidade e territórios. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **O Estado dos municípios 2000-2008: Índice Paulista Responsabilidade Social. 2008**. Disponível em: < www.seade.gov.br > Acesso em: 14 abr. 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENA EMPRESAS – São Paulo. **Sistema Agroindustrial Integrado – SAI**. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/Principal/Sebrae%20em%20a%C3%A7%C3%A3o/desenvolvimento_territorial/programa_agronegocios.aspx>. Acesso em: 12 nov. 2010.

SILVA, José Francisco Graziano da. O novo rural brasileiro. In: _____; SHIKI, Shigeo; ORTEGA, A. César. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: EDUFU, 1997. p. 75-99.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de história regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 9-37, Inverno 2000.

SOARES, Beatriz Ribeiro; BESSA, Kelly Cristine F. O. Considerações sobre a dinâmica demográfica na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 6, p. 22-45, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewissue.php?id=31>>. Acesso em: 28 de jul. 2009.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Pequenas cidades: reflexões em torno das suas funções sócio-econômicas em áreas de modernização agrícola. **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**, 10, 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas e médias cidades: um estudo das relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSTIO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZWRESCSANYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 3-14.

SOROKIN, Pitirim. A.; ZIMMERMAN, Carle. C.; GALPIN, Charles. J. **A systematic source book in rural sociology**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1930. v. 1. Disponível em <<http://www.archive.org/details/systematicsource014430mbp>>. Acesso em: 28 mai. 2009.

_____. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

SUZIGAN, Wilson; CERRÓN, Ana Paula Munhoz; JÚNIOR, Antonio Carlos Diegues. Localização, inovação e aglomeração: o papel das instituições de apoio às empresas no estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 86-100, abr./jun. 2005.

SUZIGAN, Wilson et al. Inovação e conhecimento: indicadores regionalizados e aplicação a São Paulo. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 323-356, mai./ago. 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da classe operária inglesa: A maldição de Adão**, v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 39-69.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, Orlando (Org.). **Paralelo Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. 1998. 375 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. Crédito e pequena cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/SP 1890-1914. **RBE: Revista brasileira de economia**, Rio de Janeiro, v, 61, n. 3, p. 405-426, jul./set. 2007.

VEIGA, José Eli da. Ilusão de um país urbano. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 dez. 2000.

_____. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 19., 2001, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2001. Disponível em: <www.fea.usp.br/professores/zeeli/>. Acesso em: 12 ago. 2008.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 333-353, 2006.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem dos trópicos**. Companhia Editora Nacional, 1977.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, 2000.

_____. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife: UFPE, 2001a. Disponível em: <<http://fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.doc>>. Acesso em: 12 set. 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** In: GIARRACCA, Norma (Org.). ¿Una nueva ruralidad em America Latina¿ Buenos Aires: CLASCO, 2001b. Disponível em: <://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. (Org.). **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais:** conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, p. 39-52, 2002.

_____. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 82-98, dez. 2004.

WEBER, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: _____. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. p. 413-437.

_____. Conceito e categorias da cidade. In: _____. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB, 1999. p. 408-425. v. 2.

WILLEMS, Emílio. **Cunha:** tradição e transição em uma cultura rural do Brasil. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1947.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 201-229, fev. 2009.

AZEVEDO, Fernando de. A cidade e o campo na civilização industrial: antagonismo, oscilações e contradições. In: _____. **A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos**. São Paulo: Melhoramentos, 1962. Obras Completas v. XVIII. p. 213-229.

BOURDIEU, Pierre. Reprodução simples e tempo cíclico. In: _____. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 21-50.

_____. Uma vida perdida. In: _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 437-449.

_____. Compreender. In: _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693-732.

_____. **A formação do habitus económico**. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/266.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2009.

_____; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o sabir cultural. **Revista de sociologia política**, Curitiba, n. 26, p. 41-60, jun. 2006.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um tempo perdido**: a estrada de ferro Goiás e a cidade de Ipameri (início do século XX). 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 3. O tempo do mundo.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. **Tempo social** - revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 271-301, jun. 2006.

CANO, Wilson (Coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, 1988, v. 1 (Coleção Economia Paulista).

CANO, Wilson. Complexo cafeeiro paulista e alguns complexos regionais. In: _____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998. p. 29-99.

CASTELLS, Manuel. O fenômeno urbano: delimitações conceituais e realidades históricas. In: _____. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 39-52.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Estudos de comunidade: reflexividade e etnografia em Marvin Harris. **Revista universidade rural: série ciências humanas**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 195-210, jul./dez. 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2009.

CORRÊA, Machado Josel; CORRÊA, Walquíria Kruger; GERARDI, Lúcia H. de. A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano. Mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da Ilha de Santa Catarina. **Geografia**, Rio Claro, v. 25, n. 1, 2001.

COSAC, Claudia Maria Daher. Nordeste paulista, antecedentes, caminhos e ocupação. **Revista serviço social & realidade**, Franca, v. 8, n. 1, p. 153-186, 1999.

DELGADO, Guilherme. Caracterização geral do desenvolvimento recente da agricultura. In: _____. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: Ícone, 1985. (Coleção América Latina). p. 19-49.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. Populações rurais brasileiras. In: SZMRECSANYI, Tomás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 121-131.

DURHAN, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FABRINI, João Edmilson. A reprodução contraditória do rural nas pequenas cidades. **Terra livre**, São Paulo, ano 25, v. 1, n. 32, p. 137-152, jan./jun. 2009.

FERNANDES, Florestan. As implicações sócio-econômicas da independência. In: _____. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 31-85.

_____. Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança social no Brasil. In: _____. **A Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 190-211.

FERRÃO, João. Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **EURE (Santiago)** v. 26, n. 78, p. , set. 2000.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. O rural como categoria sociológica. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 12, p. 147-150, jun. 1999.

_____. Processos e sentidos do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 28-46, 2002.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; ROMANATTO, Maria José; COELHO, Maria do Socorro Alves. A cidade e o campo em seus limites, o rural e o urbano em suas interações. In: MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano**. Uberlândia: Assis Editora Ltda, 2008. p. 281-301.

FROEHLICH, José Marcos; MONTEIRO, Rosa Cristina. Transformações semânticas recentes do “termo rural”: uma leitura a partir da perspectiva urbana. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 02, p. 304-312, jul./dez. 2002.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casa-grande e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 40-77.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 154-189, jul./dez. 2003.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do Agreste Potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Trabalho e aventura. In: _____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 41-65.

IANNI, Octávio. O mundo agrário. In: _____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 33-50.

LIMA, Eli Napoleão. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005. p. 41-63.

LINHARES, Maria Yedda. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 2-18.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, São Paulo, ano 18, n. 19. p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, José de Souza. Modernização e problema agrário no estado de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 06, p. 121-145, dez. 1969.

_____. Tendências na sociologia rural. In: _____. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 179-197.

_____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 05-12, 2000.

MENDONÇA, Sônia Regina de. A vocação eminentemente agrícola do Brasil: a ordem a serviço do progresso. In: _____. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 83-111.

MENDONZA, Edgar S. G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 440-470, jun/dez. 2005.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (Org.). **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 33-40.

_____. Sociologia do meio rural. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (Org.). **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 41-63.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOTA, Dalva Maria; SCHMITZ, Heribert. Pertinência da categoria rural para análise social. **Ciência e agrotecnologia**, Lavras, v. 26, n. 2, p. 392-399, mar./abr. 2002. Disponível em: < http://www.editora.ufla.br/site/_adm/upload/revista/26-2-2002_21.pdf>. Acesso em: 23 out. 2009.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**. Dossiê desenvolvimento rural, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 172-191.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Introdução: Por que uma sociologia dos grupos rurais? In: MENDRAS, Henri et al. **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. P.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 187-204.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos avançados** – Dossiê desenvolvimento rural, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo: 1870-1900. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). **História econômica da independência e do império**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 177-196.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade**: problema de definição em escala europeia. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>. Acesso em: 14 abr. 2002.

SILVA, Armando Corrêa da. Uma técnica de pesquisa no estudo de pequenas cidades. In: _____. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 100-103.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al (Orgs.). **Mundo rural e política**. Ensaios interdisciplinares. Brasília: Embrapa, 1996.

SILVA, José Francisco Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SINGER, Paul. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 91-113.

SOUZA, Gisela Barcellos de. Paisagens rurbanas: a tensão entre práticas rurais e valores urbanos na morfogênese dos espaços públicos de sedes de municípios rurais: um estudo de caso. **Sociedade & natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 181-192, ago. 2009.

SOUZA, Gisela Barcellos de; SUZUKI, Cristiane Harumi; GOTO, Ellen. Entre acordos de vizinhança e representações do imaginário urbano: relações entre espaços públicos e privados em vilarejos nomeados cidades. **Revista tecnológica**, Edição Especial ENTECA 2009, Maringá, p. 75-85, 2009.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850 – 1980)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.

_____. A economia moral revisitada. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 203-266.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

TOSI, Pedro Geraldo. A cultura do café e cultura dos homens em Franca: a influência da ferrovia para a sua urbanização. **Estudos de história**, Franca, v. 5, n. 2, p. 113-148, 1998.

VEIGA, José Eli da. A Dimensão rural do Brasil. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-94, abr. 2004.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, maio/ago. 2004.

_____. Nem tudo é urbano. **Ciência e cultura**, Campinas: SBPC, ano 56, n. 2, p. 26-29, abr./maio/jun. 2004.

_____. A relação rural-urbano no desenvolvimento regional. **Cadernos do Ceam**, Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, UnB, v. 17, p. 9-22, fev. 2005.

_____. **Hierarquia urbano-rural, 1991 a 2000** (Banco de Dados), São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2001. Consórcio de Informações Sociais, 2006. Disponível em: <<http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>>. Acesso em: 18 out. 2006.

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos**. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Livros/2007_b_MUDANCAS_RUR_URB.pdf>. Acesso em: 17 set. 2008.

VEIGA, José Eli da. A atualidade da contradição urbano-rural. **Análise territorial da Bahia rural**, Salvador: SEI, Série Estudos e Pesquisas, n. 71.

VELHO, Otávio Guilherme. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Coleção Agricultura e Sociedade).

WACQUANT, Loic. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 26, p. 13-29, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000.

_____. O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processos de integração. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Wenceslau: Letras à Margem, 2002.

WILIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DISSERTAÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O ESPAÇO RURAL: Cristais Paulista (SP) – um estudo de caso.
AUTOR: ALMIR DE PAULA E SILVA

Anexo 1

Reportagem sobre Cristais Paulista e região no Jornal Folha de S. Paulo, 2005.

FOLHA RIBEIRÃO

Tel.: 0/xx/16/3964-7478
E-mail: folharib@uol.com.br
Fax: 0/xx/16/3964-7484

Serviço de atendimento ao assinante:
0800-775-8080

PÁGINA C 1 ★ SÃO PAULO, DOMINGO, 4 DE SETEMBRO DE 2005 ★ INCLUI COTIDIANO

DEMOGRAFIA *Em municípios como Cássia dos Coqueiros, 65,4% das pessoas moram na cidade; média do Estado é 93,6%*

Região tem urbanização abaixo da média



Edson Silva/Folha Imagem

MARCELO TOLEDO
ENVIADO A CRISTAIS PAULISTA

Levantamento feito pela Folha com base em dados da Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) mostra que 58,6% dos municípios da região de Ribeirão Preto têm taxa de urbanização — população morando na zona urbana — abaixo da média verificada no Estado.

Enquanto a média estadual de pessoas morando nas cidades neste ano é de 93,6%, na região há municípios em que a taxa é de somente 65,4%, como Cássia dos Coqueiros, ou 65,7%, caso de Cristais Paulista.

No total, 51 dos 87 municípios da região estão abaixo da média, contra 36 que apresentam maior concentração populacional urbana do que a média. Em 2004, as cidades abaixo da média eram 56.

A taxa de urbanização é o percentual da população urbana em relação à população total de um município. Ela é calculada a partir de dados censitários, da seguinte forma: divide-se a população urbana pela população total e, em seguida, multiplica-se o resultado por 100.

Quanto menor for a taxa, maior é a atividade rural existente no município, como acontece com Cristais Paulista, que tem uma forte produção cafeeira e leiteira (leia texto nesta página). “A existência de atividade rural não significa que esses municípios deixam de ter desenvolvimento, já que na região de Ribeirão Preto a cana-de-açúcar é predominante no campo”, afirmou à Folha Sônia Perillo, demógrafa da Fundação Seade.

Além de Cássia dos Coqueiros e Cristais Paulista, outras cidades da região com taxa abaixo da média, com características essencialmente rurais, são Motuca (69%), Gavião Peixoto (71,5%) e Guataporã (71,9%).

“O café é um grande empregador, e algumas cidades da região têm essa característica. É o que vemos em Cristais, Pedregulho, Pitrocinio Paulista e Jeriquara, por exemplo. A mão-de-obra, além de grande, normalmente é residente em fazendas”, disse o presidente da Cocapec (Cooperativa dos Caficultores e Agropecuaristas de Franca), Maurício Miarelli.

Do outro lado da tabela, há municípios em que a taxa de urbanização beira os 100%, ou seja, são cidades que praticamente não têm vida rural, como Ribeirão, que lidera o ranking, com 99,6%. Curiosamente, a segunda cidade da lista é Barrinha, com 99,1%, seguida por Franca (98,4%) e São Joaquim da Barra (98,3%).

No caso de Barrinha, de acordo com a prefeitura, a explicação é simples: a cidade é cercada de canaviais, mas eles estão em outros municípios, já que Barrinha tem pequena extensão territorial.

“Embora a cidade tenha muitos bóias-frias, eles trabalham em lavouras de municípios da região. Por isso, a zona urbana concentra essa população”, disse o demógrafo Celso Ribeiro Gaspar.

Entre os trabalhadores que compõem a população rural da região está Germe Damião de Luís Oliveira, 24, que diz preferir morar no campo. “Aqui eu cuido do gado, do pasto, das cercas, faço tudo o que for preciso. É calmo e gostoso”, disse o lavrador.

O trabalhador rural Germe Damião de Luís Oliveira, 24, que está em Cristais Paulista há 8 anos, depois de deixar Teófilo Otoni (MG)

Café mantém vida rural em Cristais Paulista

DO ENVIADO A CRISTAIS PAULISTA

A produção cafeeira é responsável pela manutenção do homem no campo em Cristais Paulista. A cidade é propícia para o café por causa de seu clima e altitude, que chega a mil metros, e pela topografia. A cultura do café ocupa 4.300 hectares do município, rendendo 150.500 sacas de 60

quilos por ano, de acordo com dados do IEA (Instituto de Economia Agrícola).

Cristais Paulista ocupa a segunda colocação entre os municípios com menores taxas de urbanização em toda a região, com 65,74% — perde para Cássia dos Coqueiros (65,42%). “É bom morar e trabalhar no campo. Gosto tanto que estou há oito anos aqui”, disse o

trabalhador rural Germe Damião de Luís Oliveira, 24, que deixou Teófilo Otoni (MG) para trabalhar em Cristais.

Ele já passou por cinco empregos até chegar ao atual, em um sítio. A mesma situação é vivida por Manoel Miranda de Souza, 33, oriundo de Frei Gaspar (MG).

“Não gosto da cidade. Quando vou lá, faço o que preciso e quero voltar logo para a roça”, disse Souza. Ele trabalha há seis anos em Cristais Paulista, onde ganha R\$ 20 por dia de trabalho e faz de tudo — desde plantar café a criar perus, galinhas e vacas no sítio em que trabalha.

O valor da diária é um atrativo para os migrantes, como ele. “Em Minas, pagam em média R\$ 15 por dia. No mês, faz diferença.”

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DISSERTAÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O ESPAÇO RURAL: Cristais
Paulista (SP) – um estudo de caso.
AUTOR: ALMIR DE PAULA E SILVA

Anexo 2

Roteiro de entrevista (1) – Pessoas residentes na cidade

Profissão: Idade: Sexo:

1. Renda familiar (salários)

1 a 5

6 a 10

Mais de 10

É natural de Cristais Paulista?

Se não, de onde veio e há quanto tempo?

2. Se for de outra cidade: qual (is) o (s) motivo (s) que trouxeram você ou sua família a esta cidade?

3. Se pudesse você mudaria para outra cidade?

Sim

Não

4. Se SIM, para qual cidade você mudaria?

5. Para você, quais os três maiores problemas em morar nessa cidade?

6. Para você, quais os três aspectos positivos em residir na sua cidade?

7. Você realiza alguma atividade cultural (teatro, dança, exposições, apresentações musicais, Folia de Reis, festas locais, etc.)

Sim

Não

Se SIM, qual?

8. Qual sua religião?

Católica

Evangélico

Outra:

Não tenho

9. Se tiver religião: você freqüenta as festas ou comemorações de sua religião:

Sim

Não

10. Você já viajou a passeio?

Sim

Não

11. Se SIM, com que freqüência realiza?
Sempre
De vez em quando. Especificar período:
Raramente (quase nunca)
12. Quais os últimos três locais que você visitou?
13. Existe na região um local para onde as pessoas passeiam com mais freqüência?
Sim
Não
14. Se SIM, qual seria esse local?
15. Onde você e sua família realizam suas compras?
Na própria cidade Cidade (s) vizinha (s)–qual (is):
Na sua cidade e também em outra localidade
16. Você possui computador em casa?
Sim
Não
17. Se NÃO, você pelo menos manuseou um computador?
Sim
Não
18. Você já acessou Internet?
Sim
Não
19. Se a resposta for SIM, com qual freqüência?
Todos os dias
Algumas vezes por semana
Raramente
20. Você lê jornal?
Sim
Não
21. Se a resposta for sim, com qual freqüência?
Raramente
Sempre
Qual jornal?
22. Como você e sua família tomam contato com as notícias do Brasil e do mundo?
Televisão
Jornal Impresso
Rádio
Internet
Revista semanal ou mensal
Outros meios

23. Em sua opinião o que deveria ser feito para melhorar a sua cidade?

Mais emprego

Mais educação

Mais lazer

Mais esporte

Mais turismo

Outras coisas:

Nada, assim está bom

24. Você conhece bem o seu município?

Sim

Não

25. Você conhece melhor a cidade (zona urbana) ou o campo (zona rural)?

26. É melhor viver na cidade?

Sim

Não

Por quê?

27. Nos finais de semana e feriados, quais as três atividades que você mais pratica? (Em ordem de frequência).

Esporte

Lazer (pescaria, caminhadas no campo, etc...)

Ir à lanchonete ou bar e tomar cerveja com amigos (as)

Passear em outras cidades

Ir aos outros bairros da própria cidade

Ficar em casa assistindo televisão, lendo (livro, jornal, etc.) ou estudando

Outras coisas

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DISSERTAÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O ESPAÇO RURAL: Cristais Paulista
(SP) – um estudo de caso.
AUTOR: ALMIR DE PAULA E SILVA

Anexo 3

Roteiro de entrevista (2): - Comerciantes da cidade

1. Nome fantasia:
2. Endereço: Bairro:
3. Há quanto tempo está instalado neste endereço?
4. Condição do imóvel:
 - Próprio
 - Alugado
 - Arrendado
5. Tamanho da empresa/prestadora de serviços:
 - Pequena
 - Média
 - Grande
6. Origem do proprietário:
 - Local
 - Outra localidade. Qual:
7. Possui filial em outras localidades?
 - Sim
 - Não
8. Se SIM na pergunta anterior. O caráter do empreendimento é:

Franquia	Rede regional	Rede estadual
Rede nacional	Tem filial, mas não caracteriza uma rede	
9. Tipos de produtos/serviços principal (ais) oferecidos:
10. Qual a origem dos (principais) produtos/serviços oferecidos?

Local	Regional	Estado de SP
Outros estados	Importados	
11. Clientela atendida (%):
 - Local Regional Estadual Nacional
 - Fluxo predominante da clientela:
 - Rural
 - Urbana
12. Nomeie as principais cidades de origem da clientela:

- 13. Tipos de vendas:**
- | | | | |
|---------|-------------------|-----------------------|---------|
| À Vista | Dinheiro | Cartão Débito/Crédito | Cheques |
| À Prazo | Cartão de Crédito | Cheques | Outros |
- 14.** Qual (is) o(s) melhor (es) período (s) de venda?
- 15.** Qual a freqüência de visita de um cliente a sua loja?
- | | | |
|-------------|--------------|----------------|
| Diariamente | Semanalmente | Quinzenalmente |
| Mensalmente | Anualmente | |
- 16.** Cada vez que um cliente visita sua loja, qual a média de gastos?
- 17.** Em sua opinião o comprador/usuário busca mais algum serviço no centro da cidade quando visita sua loja?
- Sim
- Não
- 18.** Geralmente ele encontra o produto de que necessita?
- Sim
- Não
- 19.** Você faz propaganda?
- Sim Não
- 20.** Se SIM, de que tipo?
- | | | |
|----------|-----------------|----------|
| Escrita | Falada | Televisa |
| Internet | Mais de um tipo | |
- 21.** A propaganda é de inserção:
- | | | |
|----------|----------|----------|
| Local | Regional | Estadual |
| Nacional | | |
- 22.** Quais seus objetivos com a propaganda?
- 23.** Os rendimentos/escoamento da empresa são aplicados:
- No município
- Outras cidades
- 24.** Qual a origem dos investimentos no negócio?
- Capital próprio
- Capital externo
- 25.** Possui funcionários:
- Sim Não
- Se SIM, quantos funcionários?
- 26.** Existem funcionários residentes em outras localidades?
- Sim Não
- 27.** Se SIM, qual a (s) localidades (s)?
- 28.** Qual a escolaridade média dos funcionários?
- | | |
|-------------|----------|
| Fundamental | Técnico |
| Médio | Superior |
- 29.** Por que você está localizado neste endereço?

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DISSERTAÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O ESPAÇO RURAL: Cristais
Paulista (SP) – um estudo de caso.
AUTOR: ALMIR DE PAULA E SILVA

Anexo 4

Roteiro de entrevista (3) – Prefeito e/ou representante do governo municipal

Identificação:

Nome:

Partido:

É o primeiro mandato:

Se não, qual o período:

Idade:

Formação/nível educacional:

Local de nascimento:

Há quantos anos está envolvido com a política:

Em quais outros cargos públicos já trabalhou:

Apresente de forma geral o município de Cristais Paulista.

Questões:

1. Quais as maiores dificuldades em administrar um pequeno município como Cristais Paulista? Cite, pelo menos três:
2. Quais os maiores problemas internos que a população do município sofre? Aponte em ordem decrescente ao menos três:
3. Quais os meios de sobrevivência mais comuns realizados pelos moradores?
4. Em sua opinião e experiência na administração do município, quais seriam as maiores virtudes ou vantagens em residir num pequeno município? Aponte em ordem decrescente pelo menos três:
5. Qual a arrecadação bruta (R\$) anual do município de Cristais Paulista?
6. Quais as fontes de arrecadação financeira do município?
Federais
Estaduais
Municipais: (empresas que atuam na cidade?)

Obs.: Galpão do Agronegócio (função e importância para a cidade):

7. Quais seriam as alternativas aplicadas para solucionar o problema de arrecadação financeira do município?
8. Segundo informações da Fundação Seade 2007, o PIB do município destacando como um dos maiores entre os pequenos municípios da região de Franca. O que se deve esse alto valor?
9. Em seu entender quais são as maiores virtudes e dificuldades no aspecto político na relação prefeito/população em um pequeno município?
Virtudes
Dificuldades
10. Qual a importância política, econômica e social de Cristais Paulista hoje na microrregião de Franca?
11. Pode-se dizer que Cristais Paulista é um município dependente de outros municípios dentro da região? Cristais seria uma cidade dormitório?
12. Aponte em quais aspectos Cristais Paulista se torna dependente de outros e em quais ele é independente e se existe uma dependência dos outros em relação a ele.
13. A proximidade de Cristais Paulista com uma cidade do porte de Franca, atrapalha ou ajuda o município?
Ajuda em que
Atrapalha em que
14. Quais as mudanças ocorridas no município durante as últimas décadas em relação a:
Educação
Saúde
Habitação: (crescimento da cidade e criação de novos bairros)
Transporte, energia e comunicação (acesso às redes de telecomunicações, empresas de telefonia celular:
15. Com relação à infraestrutura básica além dos itens citados acima: abastecimento de água, rede de esgoto, situação de estradas municipais.
16. Há programas e projetos sociais desenvolvidos na cidade? São municipais, estaduais ou federais? Cite-os
17. Quais as manifestações culturais mais importantes realizadas na cidade:
Principais festas populares - religiosa:
Principais festas populares – esportiva
Outras atrações e eventos culturais
Estas festas atraem pessoas: somente do local; de outros municípios ou tem uma abrangência maior?
18. Existe em Cristais Paulista, além das outras secretarias, uma especificamente para “*Assuntos Rurais e Serviços Urbanos*”. Qual a necessidade de se ter essa secretaria e qual seria sua atribuição?
19. Com relação à zona rural, como ela se configura hoje em termos de produção agrícola, de ocupação desse espaço rural e população.
20. Essa população do campo continua migrando para a cidade ou para outro município da região?

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DISSERTAÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O ESPAÇO RURAL: Cristais Paulista
(SP) – um estudo de caso.
AUTOR: ALMIR DE PAULA E SILVA

Anexo 5

Formulário de coleta de dados - estabelecimentos de comércio e de prestação de serviços

Serviços e equipamentos urbanos	Qtde	Serviços e equipamentos urbanos	Qtde
Academia de ginástica		Escolas públicas de ensino médio	
Açougue		Escritório de advocacia	
Advogados		Escritório de acessoria e planejamento rural	
Agência bancária		Escritório de central elétrica	
Agência rural		Escritório de serviço de abastecimento de água e esgoto	
Agência de fiscalização do Estado			
Armazém graneleiro		Escritório de contabilidade	
Artigos de pesca e caça		Estabelecimento de intermediação de compra e venda de prod. Agríc. (sementes, insumos...)	
Associação comercial/clube diretores lojistas			
Associação da terceira idade		Estradas de acesso	
Auto escolas		Farmácia	
Atendimento odontológico particular		Festa do peão	
Banca de jornais e revistas		Festa religiosa	
Banco do povo		Fórum	
Banco postal		Funerária	
Bares, lanchonetes, sorveterias, etc.		Hospedagem (hotel, pensão)	
Biblioteca pública		Hospital/pronto-socorro	
Borracharia		Imobiliária	
Calçados em geral		Jornal ou periódico impresso	
Campo de aviação ou aeroporto		Laboratório de análise clínica	
Cartório de registro civil		Lan house	
Cartório de registro de imóveis		Lava a jato	
Casa de festas (boate, etc.)		Linhas de transporte intermunicipal	
Cemitério		Livraria	
Chaveiro		Locadora de filmes	
Cinema (entretenimento/lazer)		Loja de 1,99	
Clube		Loteria da Caixa Econômica Federal	
Coleta de lixo		Maçonaria	
Comércio com serviço de entrega a domicílio		Material para construção	
Confecções, tecidos, aviamentos, acess., brinquedos, utilidades e presentes		Moto táxi	
		Móveis e eletrodomésticos	
Conjuntos habitacionais		Oficina de auto-elétrica	

estabelecimento diverso que serve refeição			
Rodoviária			
Salão de beleza			
Serralheria			
Serviço de assistência social (asilos, Rotary,)			
Serviço de decoração para festas			
Sindicato de trabalhadores			
Sindicato ou associação patronal/ ou de produtores			
Táxi			
Telefonia celular			
Templos religiosos (igrejas e outros)			
Transporte coletivo intermunicipal			
Vidraçaria			

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DISSERTAÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O ESPAÇO RURAL: Cristais
Paulista (SP) – um estudo de caso.
AUTOR: ALMIR DE PAULA E SILVA

Anexo 6

Roteiro de entrevista (4) – Estabelecimentos industriais do município

1. Nome do entrevistado (ou proprietário):

2. Nome do estabelecimento:

3. Produção:

4. Destino da produção:

5. Número de funcionários:

6. Tempo de funcionamento do empreendimento:

7. Desenvolvia alguma atividade antes:

8. Recebe incentivo para realização dessa atividade?

9. Qual a importância da empresa para o município de Cristais Paulista?

10. Qual a relação do empreendimento com outras localidades, seja, nacional, estadual ou regional?

Observações complementares:

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DISSERTAÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O ESPAÇO RURAL: Cristais Paulista
(SP) – um estudo de caso.
AUTOR: ALMIR DE PAULA E SILVA

Anexo 7

Roteiro de entrevista (5) – Equipe gestora das unidades escolares da cidade

1. Nome do entrevistado (função):
2. Nome da unidade escolar:
3. Há quanto tempo exerce esse cargo/função:
4. Há quanto tempo exerce nesta unidade? Já atuou em municípios maiores?
5. Quando foi fundada a escola?
6. Qual o seguimento de ensino e períodos:
7. Quantidade de alunos:
8. De onde vem os alunos da escola (zona urbana ou rural)? Possuem uma porcentagem dos alunos que moram no campo?
9. A importância da escola para o município:
10. Qual ou quais os maiores problemas enfrentados pela escola?
11. A escola apresenta problema de evasão escolar? Se sim, qual seria o motivo?
12. Apresenta problemas de violência entre alunos e com alunos e professores?
13. Qual seria a maior queixa do quadro docente em relação à educação em Cristais Paulista?
14. A maioria dos alunos é do próprio município? Teria uma rotatividade de alunos, por exemplo, de famílias que se mudam pra cidade e logo mudam novamente?
15. O tamanho da cidade influencia na realidade escolar? Como? Até que ponto os problemas da cidade influenciam na escola:
16. Há uma participação da família na vida escolar do aluno?
17. Existem alunos atendidos por programas assistenciais, seja municipais, estaduais ou federais?
18. A escola consegue atender todos os alunos do município?

19. Quando o aluno termina o ensino fundamental/médio, qual outra escola ele procura para prosseguir os estudos?
20. Há alunos da cidade que procuram por escolas em outros municípios? Se sim, por quê?
21. O município adota um currículo diferenciado ou segue o que o estado ou outro município adota?
22. Qual o material didático utilizado?
23. A escola desenvolve projetos? Quais? Tem tido resultados?
24. Como avalia a qualidade da educação oferecida na unidade escolar? Tem algo que a diferencie de outros municípios?
25. Um ponto positivo e outro negativo de uma escola de cidade pequena:
26. O quadro docente da unidade escolar é composto por professores da própria cidade? Atualmente ele reside aqui? Se não, de onde vem esse professor e onde mora?

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DISSERTAÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O PEQUENO MUNICÍPIO E O ESPAÇO RURAL: Cristais Paulista
(SP) – um estudo de caso.
AUTOR: ALMIR DE PAULA E SILVA

Anexo 8

Roteiro de observação – Aspectos das formas espaciais, conteúdos socioculturais, cotidiano e modo de vida na pequena cidade

Descrição/existência de:	Sim	Não	Observações
Animais típicos do meio rural, uso de carroças e animais como meio de transporte			
Conhecimento pessoal entre os habitantes			
Conjunto habitacional popular			
Construções antigas			
Construções novas, com padrão arquitetônico “moderno” e porte superior ao predominante na cidade			
Feiras			
Festas comemorativas como exposição agropecuária e outras ligada à alguma atividade produtiva			
Festas religiosas tradicionais			
Formas de representação da sociedade (associação de bairros, associação de terceira idade e outros)			
Localização de endereços associada a nomes de pessoas e estabelecimentos			
Moradias precárias			
Relações entre administração pública e moradores – questões tratadas individualmente			
Uso e conservação das praças			
Outros			

Fonte: MELO, Nágela Aparecida de., 2008

Anexo 10 - ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS, MICRORREGIÃO DE FRANCA - ESTADO DE SÃO PAULO, 2007-2008

Área	Km	C. Paulista	Franca	Itirapuã	Jeriquara	P. Paulista	Pedregulho	Restinga	R. Corrente	Rifaina	S.J.B.Vista
Total (UPAS)	Há	548	880	290	209	679	724	345	346	112	367
Com cultura perene		318	381	161	91	184	349	83	275	6	90
Com cultura temporária		277	291	165	126	330	252	217	119	49	261
Com pastagens		476	774	274	106	583	674	311	205	104	204
Com reflorestamento		87	92	47	4	83	74	60	32	2	15
Com vegetação natural		494	582	224	128	469	595	174	250	102	262
Com vegetação de brejo e várzea		32	61	7	65	197	20	12	66	25	9
Com em descanso		2	2	2	3	31	18	1	3	3	6
Complementar		515	712	254	131	584	658	246	309	86	276
Em hectare											
Com (0,1)		0	3	0	0	0	0	0	0	0	1
Com (1,2)		1	11	4	0	9	2	1	2	1	4
Com (2,5)		17	115	28	8	62	31	5	29	6	32
Com (5,10)		43	161	40	10	77	38	7	52	10	37
Com (10,20)		121	190	62	33	101	124	171	71	16	58
Com (20,50)		190	211	75	75	140	179	31	105	32	106
Com (50, 100)		83	97	41	48	114	160	39	50	19	60
Com (100, 200)		57	53	26	21	111	114	47	28	11	33
Com (200, 500)		27	34	14	12	55	55	32	7	14	27
Com (500, 1.000)		7	4	0	2	8	16	8	2	3	8
Com (1.000, 2.000)		2	1	0	0	2	3	4	0	0	1
Com (2.000, 5.000)		0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Familiars do proprietário que trabalham na UPA	unid.	455	728	132	84	465	398	327	255	50	205
Trabalhadores permanentes	unid.	301	351	166	65	343	357	128	118	50	140

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CAT/IEA, Projeto Lupa, 2008.

Anexo 11 - EXPLORAÇÕES ANIMAIS, MICRORREGIÃO DE FRANCA - ESTADO DE SÃO PAULO, 2007/2008

Item (unidade/cabeça)	UPAS	C. Paulista	Franca	Itirapuã	Jeriquara	P. Paulista	Pedregulho	Restinga	R. Corrente	Rifaina	S.J.B.Vista
Bovinocultura de corte	cabeças	191	164	80	25	75	181	4	23	33	71
Bovinocultura de leite	cabeças	35	3	93	11	107	119	5	19	32	35
Bovinocultura mista	cabeças	230	467	84	50	320	179	201	133	39	91
Bubalinocultura	cabeças	-	-	-	-	1	3	-	-	-	1
Apicultura	cabeças	-	1	4	-	3	-	-	-	-	-
Asininos e muares	cabeças	32	55	25	1	19	25	4	2	1	28
Avicultura de corte	cab./ano	9	4	49	3	21	9	18	1	-	47
Avicultura ornamental/dec./exótica	cabeças	249	8	31	1	9	263	98	2	-	-
Avicultura para ovos	cabeças	-	19	55	1	54	24	4	2	-	42
Caprinocultura	cabeças	8	5	2	-	11	9	-	2	-	4
Carcinocultura	pós-larvas	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Codomicultura	cabeças	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Cunicultura	cabeças	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Equinocultura	cabeças	271	397	163	6	295	359	144	52	2	82
Jacarés	cabeças	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Javalis	cabeças	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Minhocultura	canteiros	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Ovinocultura	cabeças	4	27	10	3	24	8	13	10	1	21
Piscicultura, área de tanques	m2	6	3	7	1	4	4	6	1	-	5
Suinocultura	cabeças	128	97	83	7	72	184	90	38	1	64
Outra exploração animal	cabeças	-	-	-	1	3	-	1	-	-	-

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CAT/IEA, Projeto Lupa, 2008.

Anexo 12 - OUTRAS ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS, MICRORREGIÃO DE FRANCA, ESTADO DE SÃO PAULO - 2007-2008										
Item	C. Paulista	Franca	Itirapuã	Jeriquara	P. Paulista	Pedregulho	Restinga	R. Corrente	Rifaina	S.J.B.Vista
Produtor faz parte de coop. produtor.	278	193	123	103	319	267	114	110	26	207
Produtor faz parte de assoc. de prod.	49	64	226	33	124	70	98	27	47	92
Não utiliza assistência técnica	319	715	30	99	303	486	96	97	61	208
Utiliza assist. téc. Govern./privada	110	3	95	50	79	58	51	48	6	48
Utiliza crédito rural	157	83	32	72	69	171	194	134	19	41
Utiliza escrituração agrícola	251	47	95	167	252	464	128	55	23	226
Dispõe de energia elétrica para uso na atividade agrícola	439	628	237	141	555	607	311	248	83	280
Utiliza computador nas ativ. agropec.	68	31	22	7	34	46	47	26	4	41
Acessa INTERNET para fins agrop.	61	11	19	5	34	30	32	32	2	48
Utiliza práticas de conservação de solo quando necessário	361	417	204	180	411	421	174	296	43	208
Realiza análise de solo, qdo neces.	337	295	161	175	339	349	143	269	40	139
Esporte e lazer	3	5	1	1	6	2	1	2		5
Hotel Fazenda, Pousada ou SPA	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Pesque-pague	-	-	2	-	2	1	-	-	-	2
Restaurante ou lanchonete	2	3	1	-	1	1	1	-	-	2
Transformação artesanal	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-
Turismo rural ou ecoturismo	2	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Outras atividades econômicas rurais	3	5	1	1	3	2	67	1	-	-
Agroindústria	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Proprietário sem instrução ou com instrução incompleta	16	61	7	-	10	32	33	31	8	8
Proprietário c/ antigo primário comp.	150	345	78	50	190	246	72	141	28	126
Proprietário com 1º grau (ou antigo ginásial) completo	110	76	55	27	94	110	38	30	12	59
Proprietário com 2º grau (ou antigo colegial) completo	155	132	55	74	119	108	77	71	22	42
Proprietário com curso superior comp.	117	243	93	58	254	223	121	72	42	130
Proprietário residente na própria UPA	124	184	51	30	111	180	165	84	20	58

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATVIEA, Projeto Lupa, 2008.

Anexo 13 - PERFIL DOS MUNICÍPIOS 1 - MICRORREGIÃO DE FRANCA, ESTADO DE SÃO PAULO - 2000-2009											
TERRITÓRIO E POPULAÇÃO	ANO	C. Paulista	Franca	Itirapuã	Jeriquara	P. Paulista	Pedregulho	Restinga	R. Corrente	Rifaina	S.J.B.Vista
Área em Km ²	2010	385,46	607,33	161,49	140,99	600,11	701,89	245,60	148,46	171,58	276,96
População	2009	7.392	336.853	5.795	3.421	12.948	16.052	6.595	4.546	3.733	8.733
Dens. Demográfica	2009	19,18	554,65	35,88	24,26	21,58	22,87	26,85	30,62	21,76	31,53
Tx. Geo. Cresc. Pop. (Em % a.a.)	2009	1,32	1,79	0,77	0,47	1,43	0,77	1,89	1,79	1,31	0,89
Grau de urbanização (%)	2009	73,39	98,57	86,38	78,28	83,89	71,65	76,18	78,16	77,55	89,13
CONDIÇÕES DE VIDA											
IDH	2000	0,771	0,820	0,760	0,748	0,809	0,794	0,757	0,751	0,774	0,753
Renda per Capita (em sal. Mín.)	2000	1,68	2,38	1,54	1,45	1,78	1,55	1,21	1,24	1,54	1,29
Domicílios c/ ren.per capita até 1/4 sal. mín. (%)	2000	1,80	2,16	2,64	2,78	3,66	6,90	5,08	6,55	5,02	5,72
Domicílios c/ ren.per capita até 1/2 sal. mín. (%)	2000	12,47	6,46	14,39	15,13	13,02	18,62	19,24	17,89	14,84	18,58
HABITAÇÃO/INFRA EST. URBANA											
Domicílios c/ espaço suficiente %	2000	91,37	87,97	92,00	84,64	91,53	92,48	84,16	89,72	94,18	87,78
Domicílios c/ infraestrutura interna urbana adequada %	2000	98,48	98,47	96,66	94,68	99,03	98,54	98,08	96,28	91,21	96,91
Coleta de lixo - nível atendim. %	2000	99,24	99,80	99,47	99,26	99,49	99,63	99,36	99,09	98,13	99,03
Abastecimento de Água -	2000	99,81	99,54	99,65	99,56	99,58	99,66	99,54	98,43	95,90	99,78
Esgoto sanitário %	2000	98,86	99,03	97,68	97,64	98,90	97,45	99,08	98,69	88,64	98,27
EDUCAÇÃO											
Taxa de analfabetismo da popul. de 15 e mais %	2000	11,57	5,63	12,11	14,17	9,67	10,99	13,56	13,31	9,58	13,56
Média de anos de estudos da população de 15 a 64 anos	2000	5,92	7,42	5,70	4,94	6,68	6,25	6,43	5,32	6,84	5,69
População de 25 anos e mais com menos de 8 anos de estudo %	2000	74,30	60,39	80,57	85,74	70,08	70,48	66,50	84,10	67,10	79,44
População de 18 a 24 anos com Ensino Médio completo %	2000	19,42	40,61	30,28	17,92	38,95	27,06	25,59	26,78	39,51	31,57

Fonte: SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Perfil Municipal, 2008.

Anexo 14 - PERFIL DOS MUNICÍPIOS 2 - MICRORREGIÃO DE FRANCA, ESTADO DE SÃO PAULO - 2000-2009											
EMPREGO E RENDIMENTO 1	ANO	C. Paulista	Franca	Itirapuã	Jeriquara	P. Paulista	Pedregulho	Restinga	R. Corrente	Rifaina	S.J.B.Vista
Participação dos Vínculos Empregatícios no total vínculos %											
Agropecuária	2008	54,62	1,54	51,01	35,94	28,66	40,90	49,15	46,82	16,33	33,63
Indústria	2008	13,72	41,06	16,38	2,61	37,00	20,77	10,03	3,00	13,27	4,83
Construção Civil	2008	-	2,64	-	-	2,01	8,45	6,62	6,37	-	2,33
Comércio	2008	8,97	25,45	6,55	8,94	8,85	8,22	5,72	6,74	17,09	20,04
Serviços	2008	22,69	29,30	26,05	52,51	23,48	21,67	28,49	37,08	53,32	39,18
EMPREGO E RENDIMENTO 2											
Rendimento médio nos Vínculos Empregatícios (em reais correntes)											
Agropecuária	2008	698,31	665,98	659,35	643,57	704,40	670,52	663,17	577,44	614,38	626,68
Indústria	2008	710,19	921,65	839,99	1.014,53	1.485,15	1.366,01	968,26	1.025,40	175,61	826,70
Construção Civil	2008	-	813,93	-	-	981,49	1.691,35	763,59	172,31	-	1.219,13
Comércio	2008	756,62	1.053,09	717,16	778,46	801,53	771,74	611,49	650,32	753,40	745,41
Serviços	2008	1.131,91	1.383,13	1.054,11	1.079,46	1.433,15	962,03	1.035,21	1.012,10	1.222,56	872,63
Rendimento médio no total de vínculos empregatícios	2008	803,57	1.083,55	795,58	894,20	1.178,55	972,68	803,44	731,15	904,20	770,26
ECONOMIA											
Participação exportações estado %	2008	-	0,355930	-	-	0,000679	-	-	-	-	-
Participação da Agropecuária no											
Total do Valor Adicionado %	2007	32,33	1,05	26,55	35,13	16,59	24,09	38,05	38,60	13,47	29,75
Participação da Indústria %	2007	7,14	22,51	7,41	15,37	37,52	11,37	8,28	7,39	11,77	22,02
Participação dos Serviços %	2007	60,53	76,44	66,04	49,50	45,89	64,55	53,67	54,01	74,76	48,24
PIB (em milhões de reais correntes)	2007	118,10	3.575,52	59,90	79,30	237,09	214,86	77,33	88,10	30,14	97,09
PIB per Capita (Em reais correntes)	2007	16.858,93	11.205,22	10.670,12	25.149,61	19.460,41	14.176,78	12.178,06	21.948,65	8.402,90	11.878,97
Participação no PIB do Estado %	2007	0,013081	0,396055	0,006635	0,008784	0,026262	0,023800	0,008566	0,009759	0,003339	0,010754

Fonte: SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Perfil Municipal, 2009.